

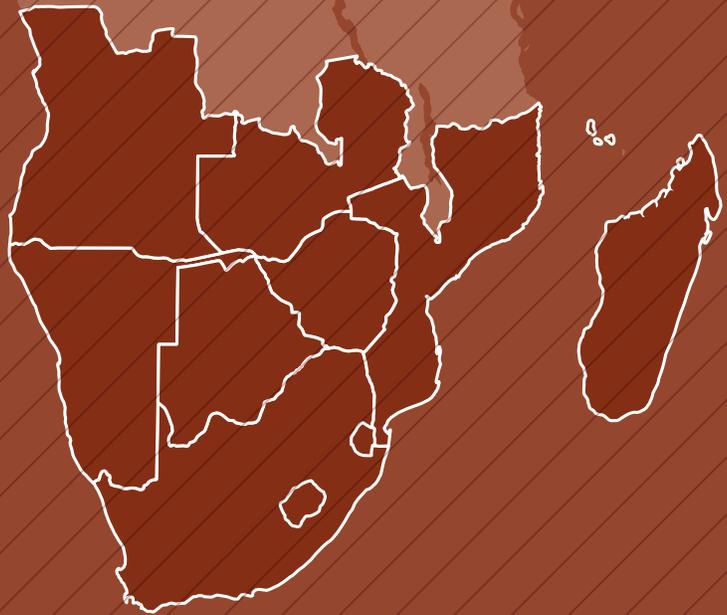
**CENTRO REGIONAL DE  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO  
FMI PARA A ÁFRICA AUSTRAL**



---

**RELATÓRIO  
ANUAL  
2023**

---



AFRITAC Sul é uma iniciativa do FMI apoiada pelos seguintes países membros e parceiros de desenvolvimento:



Angola



Botsuana



Comores



Essuatíni



Lesoto



Madagáscar



Maurícia



Moçambique



Namíbia



Seicheles



África do Sul



Zâmbia



Zimbabué



Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands



Banco Europeu de Investimento



**CENTRO REGIONAL DE  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO  
FMI PARA A ÁFRICA AUSTRAL**



---

**RELATÓRIO  
ANUAL  
2023**

---



# ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

<b>AFC</b>	AFRITAC Central	<b>EFP</b>	Estatísticas das finanças públicas
<b>AFE</b>	AFRITAC Oriental	<b>ICD</b>	Instituto do FMI para o Desenvolvimento de Capacidades
<b>AFS</b>	AFRITAC Sul	<b>SIGFE</b>	Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado
<b>AFR</b>	Departamento de África do FMI	<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>CBC/FT</b>	Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo	<b>LEG</b>	Departamento Jurídico do FMI
<b>ATI</b>	Instituto de Formação para África	<b>PLP</b>	Perito em missão de longo prazo
<b>AFW</b>	AFRITAC Ocidental	<b>MCM</b>	Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI
<b>SRB</b>	Supervisão e regulamentação bancárias	<b>OMMC</b>	Operações dos Mercados Monetário e Cambial
<b>ADMA</b>	Administração Aduaneira	<b>MdF</b>	Ministério das Finanças
<b>IDCCC</b>	Iniciativa para o desenvolvimento das capacidades no contexto da crise da COVID-19	<b>SNP</b>	Sistema nacional de pagamentos
<b>IDCRC</b>	Iniciativa para o Desenvolvimento das Capacidades de Regulamentação e Supervisão dos Riscos Cibernéticos	<b>GFP</b>	Gestão das finanças públicas
<b>DC</b>	Desenvolvimento de capacidades	<b>IPP</b>	Índice de preços no produtor
<b>DDC</b>	Departamentos de DC do FMI	<b>CNT</b>	Contas Nacionais Trimestrais
<b>IPC</b>	Índice de Preços no Consumidor	<b>SARB</b>	Banco da Reserva da África do Sul
<b>CD</b>	Correspondência de dados	<b>CP</b>	CP Comité de Pilotagem
<b>GCBCAOA</b>	Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral	<b>EP</b>	Empresa públicas
<b>UE</b>	União Europeia	<b>ASS</b>	África Subsariana
<b>FAD</b>	Departamento de Finanças Públicas do FMI	<b>STA</b>	Departamento de Estatística do FMI
<b>GAFI</b>	Grupo de Ação Financeira	<b>STATS-SA</b>	Statistics South Africa (Gabinete de Estatísticas da África do Sul)
<b>LFF</b>	Legislação fiscal e financeira	<b>PMCP</b>	Perito em missão de curto prazo
<b>IMF</b>	Infraestruturas do mercado financeiro	<b>AT</b>	Assistência técnica
<b>EFAC</b>	Estados frágeis e afetados por conflitos	<b>TADAT</b>	Ferramenta Diagnóstica de Avaliação da Administração Tributária
<b>IMFF</b>	Infraestruturas do Mercado Financeiro e <i>FinTech</i>	<b>ADMT</b>	Administração tributária
<b>FinTech</b>	Tecnologias financeiras	<b>WEO</b>	World Economic Outlook (Perspetivas económicas mundiais)
<b>FPAS</b>	Sistema de previsão e análise de políticas	<b>ZIMRA</b>	Zimbabwe Revenue Authority (Autoridade Tributária do Zimbabué)
<b>PIB</b>	Produto interno bruto		

# ÍNDICE

ii

Abreviaturas e acrónimos

1

## SECÇÃO I

Mensagem conjunta do presidente e do diretor do AFRITAC Sul

5

## SECÇÃO II

Execução do programa da fase II do AFRITAC Sul

9

## SECÇÃO III

Perspetivas económicas regionais

13

## SECÇÃO IV

Execução do EF2023 e prioridades do EF2024

- 19 **A** Programa orçamental
- 27 **B** Programa de Desenvolvimento dos Setores Monetário e Financeiro
- 36 **C** Programa de Estatísticas
- 40 **D** Trabalho sobre Questões Jurídicas, incluindo o CBC/FT
- 42 **E** Programa de Formação do Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades

45

## SECÇÃO V

Orçamento e financiamento

51

## ANEXOS

- 52 **Anexo I.**  
Execução do plano de trabalho para o exercício de 2023
- 63 **Anexo II.**  
Plano de trabalho para o exercício de 2024
- 70 **Anexo III.**  
Plano de ação atualizado sobre a avaliação externa intercalar
- 76 **Anexo IV.**  
Principais indicadores económicos

## FIGURAS

- 11 **Figura 1.**  
Crescimento real do PIB em 2024 GDP
- 11 **Figura 2.**  
Taxa de câmbio, moeda nacional por dólar dos EUA
- 14 **Figura 3.**  
Estado dos resultados do DC no final de abril de 2023, por departamento de DC
- 14 **Figura 4.**  
Estado dos resultados do DC no final de abril de 2023, por vertente de trabalho
- 15 **Figuras 5 e 6.**  
Taxas de execução no EF23 por programa de financiamento e país
- 25 **Figuras 7 e 8.**  
Participação em formações do AFRITAC Sul – Vertente orçamental
- 33 **Figuras 9 e 10.**  
Participação em formações do AFRITAC Sul – Vertentes do Setor Financeiro e Monetário
- 38 **Figuras 11 e 12.**  
Participação em formações do AFRITAC Sul – Vertentes sobre estatísticas
- 43 **Figuras 13 e 14.**  
Participação em formações do AFRITAC Sul – Cursos do Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades

## CAIXAS

- 21 **Caixa 1.**  
*Hackathon* sobre gestão das finanças públicas (Lesoto)
- 21 **Caixa 2.**  
Soluções digitais para a gestão das finanças públicas
- 22 **Caixa 3.**  
Ganhos de receitas obtidos com exercícios de correspondência de dados
- 23 **Caixa 4.**  
Projetos de administração tributária financiados pela IDCCC
- 28 **Caixa 5.**  
Reforço da Regulamentação Relativa ao Governo das Sociedades
- 29 **Caixa 6.**  
Iniciativa para o desenvolvimento das capacidades de regulação e supervisão dos riscos cibernéticos para países membros do AFRITAC Sul
- 31 **Caixa 7.**  
Transição para o regime de metas de inflação (Angola)
- 31 **Caixa 8.**  
Operações de política monetária (Comores)
- 32 **Caixa 9.**  
Projetos de Gestão da Dívida Financiados pela IDCCC
- 37 **Caixa 10.**  
Índice de Preços Residenciais (África do Sul)
- 39 **Caixa 11.**  
Novo assessor residente especializado em estatísticas das finanças públicas
- 41 **Caixa 12.**  
Fundo Fiduciário Temático para o CBC/FT

## QUADROS

- 16 **Quadro 1.**  
Atividades de DC no EF2024 por país e programa de financiamento
- 20 **Quadro 2.**  
Execução do Plano de DC para o EF2023 – Programa orçamental
- 26 **Quadro 3.**  
Prioridades para o EF2024 e a médio prazo – Programa orçamental
- 29 **Quadro 4.**  
Execução do plano para o EF2023 – Programa de desenvolvimento do setor monetário e financeiro
- 35 **Quadro 5.**  
Prioridades para o EF2024 e a médio prazo – Programa de desenvolvimento dos setores monetário e financeiro
- 38 **Quadro 6.**  
Execução do Plano de DC para o EF2023 – Programa de estatísticas
- 39 **Quadro 7.**  
Prioridades para o EF2024 e a médio prazo – Programa de estatísticas
- 47 **Quadro 8.**  
Fase II do AFRITAC Sul, execução do EF2023 e estimativas orçamentais para o EF2024 (em milhares de dólares dos EUA)
- 48 **Quadro 9.**  
Contribuições financeiras para a Fase II do AFRITAC Sul (em milhões de dólares dos EUA)
- 49 **Quadro 10.**  
Contribuições financeiras para a Fase III do AFRITAC Sul (em milhões de dólares dos EUA)

**SEÇÃO I**

MENSAGEM CONJUNTA  
DO PRESIDENTE E  
DO DIRETOR DO  
AFRITAC SUL

# MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE E DO DIRETOR DO AFRITAC SUL



**Hon. Ahmed Ali Bazi**  
Presidente do Comité  
De Pilotagem do  
AFRITAC Sul (Comores)



**Sukhwinder Singh**  
Diretor do AFRITAC Sul

**Uma série de choques económicos sucessivos e uma acentuada contração do financiamento continuam a limitar seriamente as respostas das políticas e as perspetivas de crescimento dos países membros.** As atividades do FMI nos domínios da supervisão, concessão de empréstimos e desenvolvimento de capacidades (DC) têm-se focado em ajudar os países membros da África Subsariana a lidar com a conjuntura económica mais difícil desde há décadas. Ao longo do exercício financeiro de 2023 (EF2023), o AFRITAC Sul colaborou com o Departamento de África e os Departamentos de Desenvolvimento de Capacidades (DC) para prestar apoio às reformas institucionais e ao desenvolvimento do capital humano, a fim de reduzir as vulnerabilidades macroeconómicas e reforçar a resiliência, que são essenciais para colocar a região na via de um maior crescimento. Além de apoiar objetivos de estabilização a curto prazo, as atividades de DC do AFRITAC Sul também incidiram sobre novos domínios prioritários fulcrais para as perspetivas de crescimento a médio e longo prazos, como o clima, o género, a digitalização e a governação. Num momento em que o AFRITAC Sul inicia a Fase III das suas operações (EF 24-28), temos diante de nós uma extensa agenda de reformas não só nestes

domínios, mas também nas áreas tradicionais da gestão das finanças públicas, administração tributária, políticas monetárias e financeiras e estatísticas macroeconómicas. A implementação dessa agenda vai exigir avanços rápidos no financiamento urgentemente necessário para apoiar estas áreas neste momento decisivo. Continua a ser fulcral que a comunidade internacional de parceiros para o desenvolvimento e o setor privado envidem esforços concertados para colmatar as lacunas de financiamento.

**Apesar do ambiente desafiador, o AFRITAC Sul fez progressos notáveis no que toca às prioridades definidas pelo Comité de Pilotagem para o EF2023.** No final do exercício, mais de metade dos objetivos fixados (53%) tinham sido alcançados na totalidade ou em grande parte. O presente relatório destaca alguns dos casos mais bem-sucedidos, bem como as principais realizações alcançadas ao longo da Fase II. Neste contexto de restrições de financiamento, o AFRITAC Sul conseguiu realizar uma elevada quantidade de atividades, transitando de volta a uma prestação de serviços mais presencial - auxiliada, em parte, por financiamento direto proveniente dos departamentos de DC. Mais especificamente, o AFRITAC Sul:

- realizou 202 missões, 49 das quais diretamente a Estados frágeis e afetados por conflitos;
- organizou 23 ações de formação sobre assuntos importantes para a região – vários dos quais em colaboração com outros Centros Regionais de Assistência Técnica em África (AFRITAC), com o Instituto de Formação para África (ATI) e com parceiros regionais –, o que permitiu a mais de 1125 funcionários reforçarem os seus conhecimentos sobre várias vertentes de trabalho;
- intensificou as atividades presenciais, que representaram cerca de 67% do total, aproveitando ao mesmo tempo as modalidades virtuais desenvolvidas durante a pandemia para alargar o acesso; e
- fez progressos nas recomendações da avaliação intercalar externa apresentada ao Comité de Pilotagem em junho de 2022.

**As perspetivas económicas regionais do FMI indicam um panorama desafiador, com vulnerabilidades significativas em vários países<sup>1</sup>.** Numa situação em que vários países enfrentam elevados níveis de dívida e de inflação, fracos saldos externos e um aumento do custo dos empréstimos, a margem de manobra ficou seriamente reduzida. Os decisores das políticas deparam-se com a difícil tarefa de aumentar as taxas de crescimento após a pandemia, dispondo, para tal, de amortecedores fiscais e externos limitados e de escasso financiamento, tendo ao mesmo tempo de lidar com as sequelas de choques sucessivos que aumentaram a pobreza e a desigualdade. Manter o desenvolvimento das capacidades em domínios tradicionais como a mobilização de receitas, a fim de apoiar os esforços de reforma das autoridades, é fulcral para apoiar a

recuperação dos países membros do AFRITAC Sul.

**Na reunião de junho de 2023, o Comité de Pilotagem aprovou as prioridades de desenvolvimento das capacidades para o EF2024, as quais estão estreitamente associadas às prioridades das políticas dos países membros do AFRITAC Sul, refletidas nos debates que têm mantido com o FMI sobre os seus programas e a supervisão.** O plano de trabalho prevê cerca de 199 intervenções de DC nos 13 países membros, e inclui 23 ações de formação regionais sobre domínios essenciais. O Centro continuará a:

- centrar-se em grande medida na mobilização de receitas, na Avaliação da Gestão do Investimento Público (PIMA), no reforço dos sistemas de gestão das finanças públicas a fim de melhorar a eficiência da despesa, no apoio a quadros e operações de política monetária que combatam a inflação elevada, na promoção da capacidade de gestão da dívida, no reforço da supervisão e regulamentação bancárias e no apoio a melhores estatísticas macroeconómicas;
- intensificar os serviços de DC sobre domínios em crescimento, incluindo o clima, as questões de género, a digitalização e a governação e o combate à corrupção;
- diversificar ainda mais o DC em matéria de estatísticas, a fim de incluir estatísticas financeiras públicas, dados os desafios orçamentais;
- focar-se nas necessidades especiais dos Estados frágeis e afetados por conflitos, através de intervenções de DC específicas;
- apoiar os países membros no que toca às agendas de harmonização e integração regionais<sup>2</sup>; e

- promover formas inovadoras de prestação de DC.

**O programa da Fase III aprovado pelo Comité de Pilotagem visa um financiamento de 59,4 milhões de dólares dos Estados Unidos.** O FMI toma nota dos recursos prometidos e desembolsados pela UE para o início da Fase III, como parte do acordo de financiamento global desta entidade com os AFRITAC e o Instituto de Formação para África. Estão em curso esforços de angariação de fundos, nomeadamente para diversificar a base de parceiros de desenvolvimento, mas continuam a existir importantes lacunas de financiamento, que geram incerteza no planeamento do DC. No final de julho de 2023, os compromissos firmes dos parceiros e países membros (Maurícia e Botsuana) ascendiam a 22,3 milhões de dólares dos EUA e a 2,8 milhões de dólares dos EUA do FMI, deixando uma lacuna de financiamento de 34,3 milhões de dólares dos EUA, correspondente a mais de metade do orçamento da Fase III. Será essencial concluir rapidamente os acordos financeiros pendentes para a Fase III, a fim de assegurar a previsibilidade do apoio ao DC. Em colaboração com a Sede, o Centro continuará a explorar a possibilidade de obter financiamento de outras fontes.

**O presente relatório contém cinco seções e quatro anexos informativos.**

A Secção II descreve a execução do programa da Fase II. A Secção III resume as perspetivas económicas regionais para a África Subsariana, com um foco na região do AFRITAC Sul. A Secção IV salienta a execução do plano de DC no EF2023, o plano de trabalho para o EF2024 e as prioridades de DC a médio prazo. A Secção V abrange o orçamento e o financiamento do AFRITAC Sul.

<sup>1</sup> Perspetivas Económicas Regionais do FMI de abril de 2023.

<sup>2</sup> Sobretudo com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), a União Aduaneira da África Austral (SACU) e a Comissão do Oceano Índico (IOC).



**SECÇÃO II**

EXECUÇÃO DO  
PROGRAMA DA FASE II  
DO AFRITAC SUL

# EXECUÇÃO DO PROGRAMA DA FASE II DO AFRITAC SUL

As prioridades estratégicas do programa da Fase II do AFRITAC Sul consistiram em preencher as lacunas de DC avaliadas pelas missões de diagnóstico realizadas durante a Fase I e apoiar os países a acelerarem as suas iniciativas relativamente às metas e resultados ainda não atingidos em matéria de DC, com vista a alcançar objetivos macroeconómicos mais amplos e progredir rumo à concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da agenda de financiamento do desenvolvimento<sup>3</sup>. O programa foi também concebido a fim de dar resposta aos compromissos dos países para com as organizações regionais em matéria de harmonização e integração.

Através dos vários pelouros, o AFRITAC Sul prestou DC nas vertentes de trabalho de base, nomeadamente as questões orçamentais, estatísticas, monetárias e financeiras, intensificando simultaneamente a assistência técnica e a formação (através de *workshops* regionais e personalizados e de destacamentos de profissionais). O programa orçamental visou sobretudo acelerar iniciativas de reforma da

gestão das finanças públicas, reforçar a credibilidade e caráter exaustivo dos orçamentos, melhorar a transparência e o relato, reforçar a gestão dos riscos orçamentais, proceder a ajustes em função da evolução das normas de gestão das finanças públicas e estabelecer estruturas mais eficazes e eficientes nas administrações tributárias, com vista a uma melhor mobilização de receitas. A fim de apoiar as funções de banco central, o programa visou reforçar as capacidades de supervisão e regulamentação do setor financeiro, com um foco na supervisão macroprudencial, nos testes de esforço, na supervisão com base em riscos, na supervisão consolidada e transfronteiras e na adoção das mais recentes normas e boas práticas internacionais. O programa deu também resposta à modernização dos quadros de política monetária e à melhoria das previsões, da análise de políticas, da comunicação da política monetária, da gestão da liquidez, da gestão das reservas cambiais, das estratégias de intervenção, das operações dos mercados primário e secundário e do desenvolvimento de sistemas de pagamento nacionais. O programa de

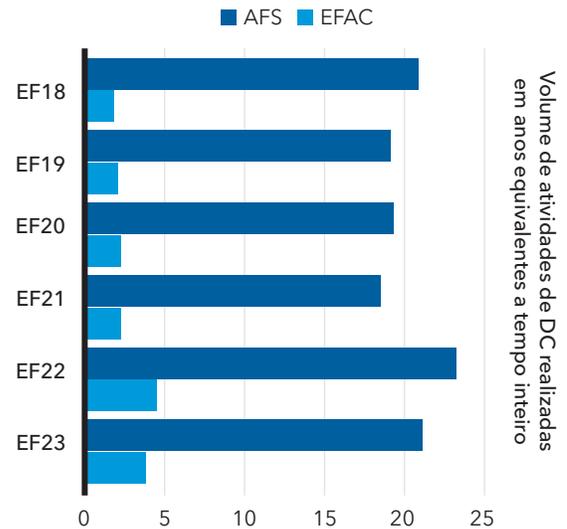
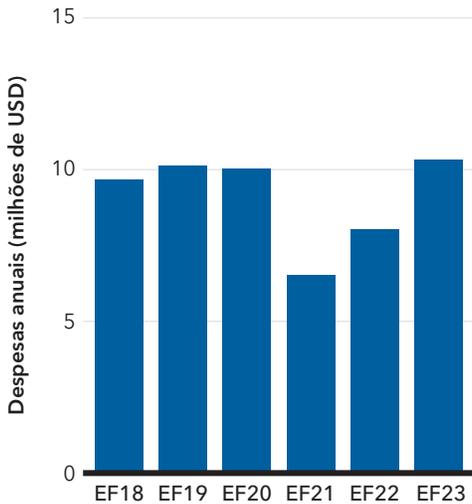
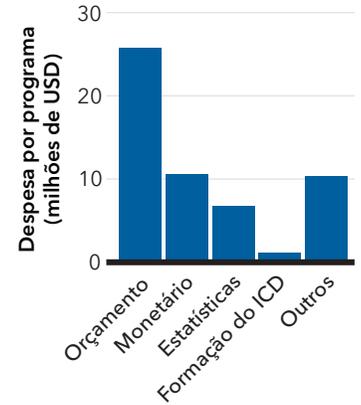
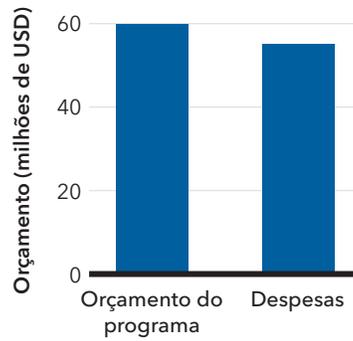
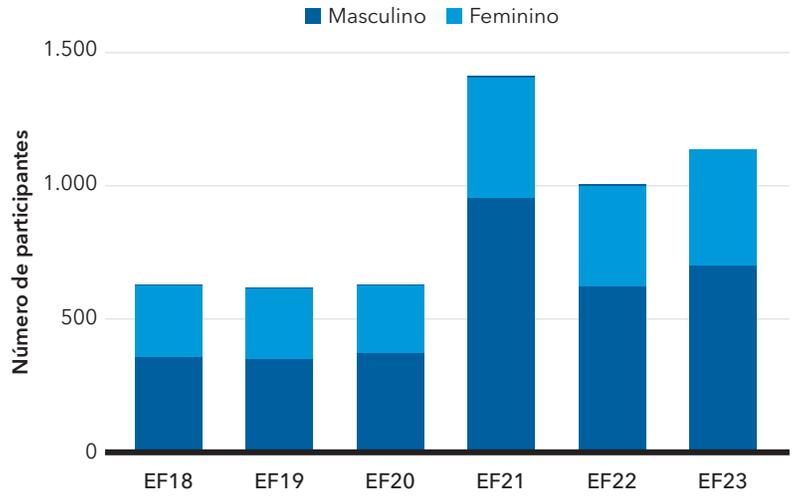
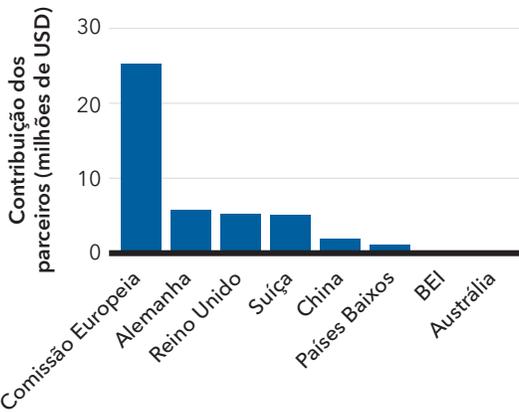
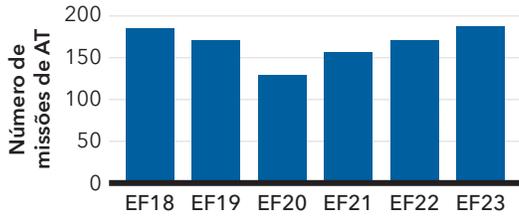
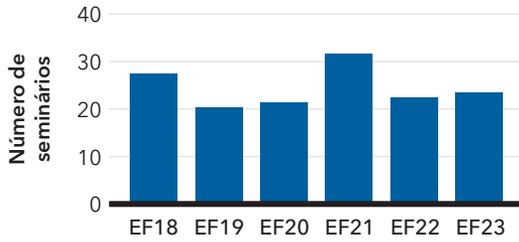
estatísticas do Centro visou melhorar a exatidão e fiabilidade das estatísticas do setor real.

**Mais de 960 missões de AT, 140 *workshops* regionais e vários programas de formação personalizados apoiaram os países membros ao longo da Fase II.**

Estes valores são muito superiores aos do volume de DC prestado na Fase I. O Centro continuou a dar resposta à mudança das necessidades dos países membros resultante das múltiplas crises, e continuou a inovar no que toca às modalidades de prestação de DC, na sequência da pandemia de COVID-19. O AFRITAC Sul assinala os progressos significativos dos países membros, que alcançaram resultados de DC específicos. No final da Fase II, cerca de 53% dos resultados de DC tinham sido alcançados, totalmente ou em grande medida, pelos beneficiários de DC, tendo-se assinalado bons avanços em 39%. A Secção IV destaca os principais resultados alcançados durante a Fase II pelos países nas diferentes vertentes de trabalho. O AFRITAC Sul continua a partilhar dados sobre o impacto positivo do seu apoio ao DC através de várias vias.

<sup>3</sup> O programa foi concebido originalmente para os EF2028-EF2022, mas foi prolongado durante um ano, incluindo também o EF2023.

## ASPETOS A DESTACAR NA FASE II (EF2018 - EF2023)





**SECÇÃO III**

PERSPETIVAS  
ECONÓMICAS  
REGIONAIS<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Com base nas Perspetivas Económicas Regionais do FMI de abril de 2023.

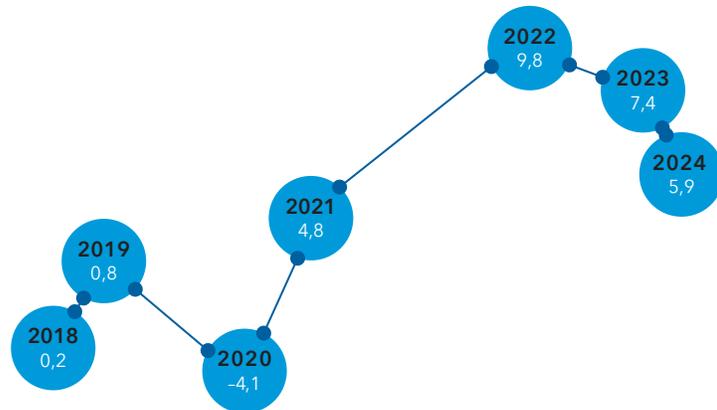
# PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

O impacto dos vários choques continua a influenciar a conjuntura macroeconómica na região do AFRITAC Sul e a atrasar a recuperação. Dez dos treze países do AFRITAC Sul deverão atingir, em 2023 ou depois, os níveis de PIB real *per capita* que tinham antes da pandemia, ao passo que a maior economia da região (a África do Sul) continua entre as que registam valores mais baixos (Figura 1). As perspetivas de crescimento a médio prazo continuam demasiado fracas para que a maioria dos países do AFRITAC Sul implemente grandes planos de desenvolvimento – uma situação que requer, por conseguinte, reformas estruturais mais ambiciosas e financiamento adicional. Prevê-se que a inflação na região diminua na maioria dos países em 2023 e nos anos seguintes.

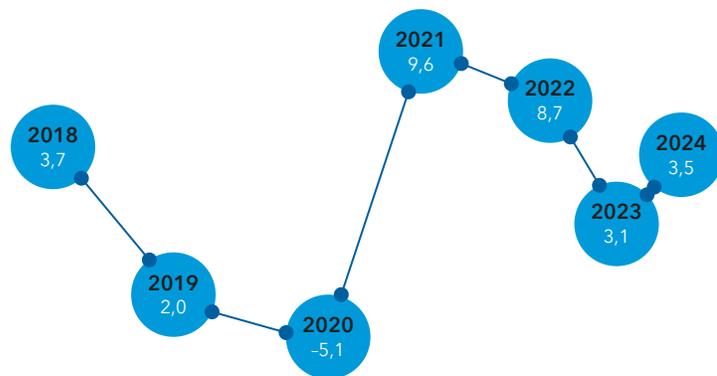
Continuam a existir vulnerabilidades orçamentais significativas em vários países, com elevados níveis de endividamento, elevado custo dos empréstimos e muitas empresas estatais com situações financeiras fracas. Em muitos países, a dívida pública global enquanto percentagem do PIB continua superior aos níveis anteriores à pandemia. Quatro países (Comores, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué) enfrentam atualmente um elevado risco de sobreendividamento, ou estão já sobreendividados<sup>5</sup>. Embora as projeções orçamentais de médio prazo indiquem uma redução do rácio de dívida pública/PIB para a região do

<sup>5</sup> Com base em análises da sustentabilidade da dívida – dados de 30 de setembro de 2022.

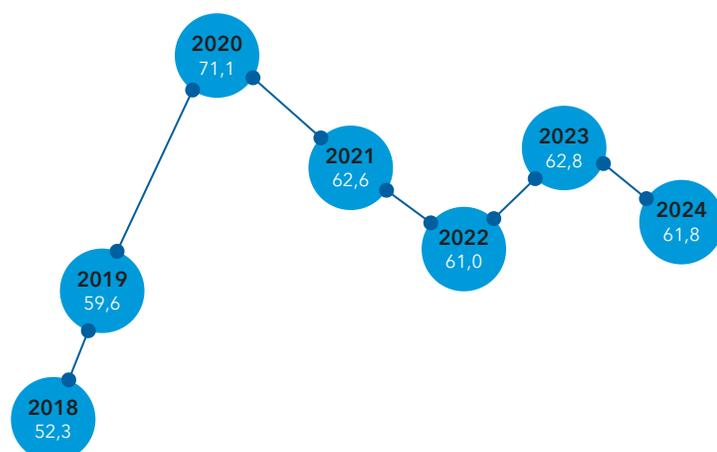
Crescimento médio ponderado do PIB (%), AFRITAC sul excluindo a África do sul



Crescimento médio ponderado do PIB (%), AFRITAC sul



Dívida bruta do setor público, média do AFRITAC sul (% do PIB)



AFRITAC Sul, prevê-se que esse rácio se mantenha superior ao nível anterior à pandemia na maioria dos países. O défice médio da conta corrente deverá baixar em 2023, com a queda dos preços da energia. A maioria dos países do AFRITAC Sul continua a sofrer pressões cambiais (Figura 2). A cobertura das importações da região tem vindo a diminuir desde 2020, prevendo-se que permaneça, a médio prazo, em níveis inferiores aos de antes da pandemia.

#### PRIORIDADES DE POLÍTICAS<sup>6</sup>

As seguintes prioridades em termos de políticas podem ajudar a corrigir os desequilíbrios macroeconómicos no contexto das atuais limitações de financiamento:

- consolidar as finanças públicas e reforçar a respetiva gestão num contexto de condições de financiamento difíceis. Para tal, será necessário continuar a mobilizar receitas, melhorar a gestão dos riscos orçamentais e gerir a dívida de forma mais proativa. A assistência internacional continua a ser essencial para atenuar as limitações de financiamento dos governos. Para os países que necessitam de reformular ou reestruturar a dívida, é imperativo que elaborem um quadro de resolução da dívida eficaz para criar espaço orçamental;
- conter a inflação. A política monetária deve ser executada com prudência até que a inflação adote uma trajetória claramente descendente e as projeções da inflação regressem ao intervalo definido pelo banco central;
- permitir um ajustamento da taxa de câmbio, mitigando simultaneamente os efeitos adversos na economia,

FIGURA 1. CRESCIMENTO REAL DO PIB EM 2024 GDP

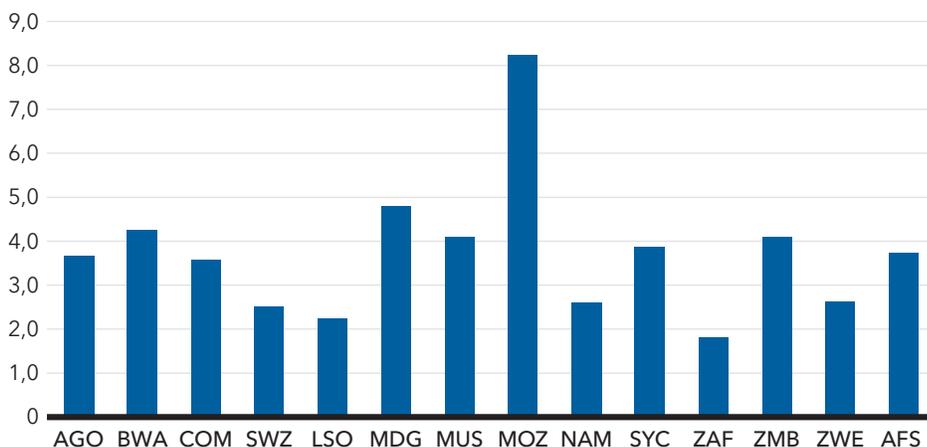
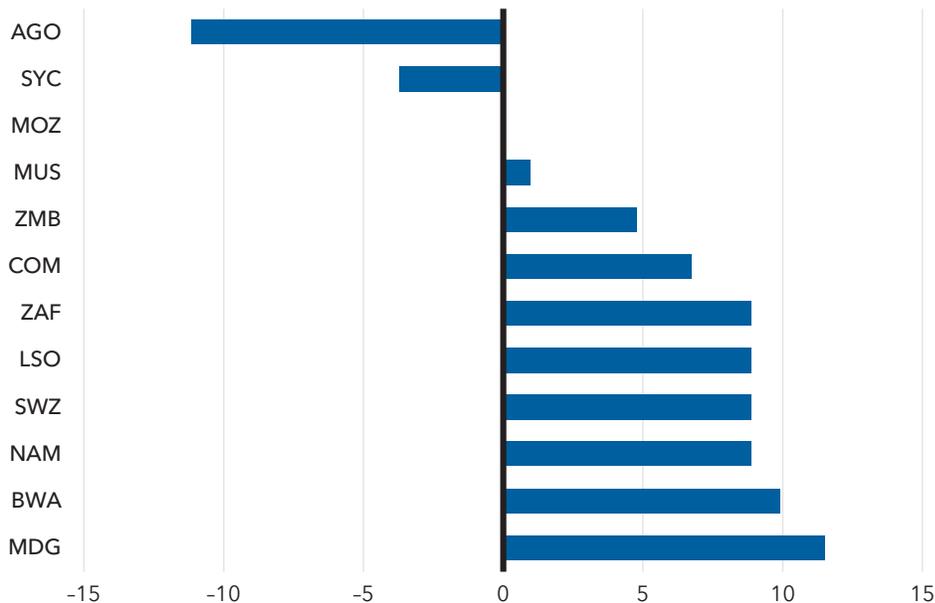


FIGURA 2. TAXA DE CÂMBIO, MOEDA NACIONAL POR DÓLAR DOS EUA (TAXA OFICIAL, VARIAÇÃO PERCENTUAL ENTRE DEZEMBRO DE 2020 E DEZEMBRO DE 2022), (+) = DEPRECIAÇÃO



Fonte: Base de dados WEO do FMI de abril de 2023; base de dados das Perspetivas Económicas Regionais da África Subsaariana de abril de 2023; e cálculos do corpo técnico do AFRITAC Sul.

tais como o aumento da inflação e da dívida; e

- assegurar que os importantes esforços de financiamento e combate das alterações climáticas não colocam em segundo

plano as necessidades básicas, como a saúde e a educação. O financiamento da ação climática disponibilizado pela comunidade internacional deve somar-se aos atuais fluxos de ajuda.

<sup>6</sup> Consultar também a atualização de julho de 2023 do World Economic Outlook do FMI.



**SECÇÃO IV**

EXECUÇÃO DO EF2023  
E PRIORIDADES DO  
EF2024

# EXECUÇÃO DO EF2023 E PRIORIDADES DO EF2024

O Centro realizou 202 atividades de DC, contra 246 aprovadas em dezembro de 2022 - uma taxa de execução de 82%<sup>7</sup> para a região do AFRITAC Sul e de cerca de 80% para os Estados frágeis e afetados por conflitos. Mais de 1125 funcionários (38% mulheres e 18% de Estados frágeis e afetados por conflitos) beneficiaram de 23 *workshops* regionais sobre temas fundamentais, incluindo a digitalização da gestão das finanças públicas e a introdução de moedas digitais dos bancos centrais, a gestão dos riscos climáticos, o reforço do governo das sociedades no setor bancário e a aplicação de novas ferramentas para apoiar a análise de políticas. Estes eventos foram complementados por *workshops* personalizados realizados nos países, no âmbito de missões. O desenvolvimento de capacidades permitiu aos países membros fazerem progressos na consecução dos resultados de DC. No final de abril de 2023, cerca de metade dos 374 objetivos fixados tinham sido alcançados, na totalidade ou em grande parte, em maior ou menor medida nas várias vertentes de trabalho (Figura 3 e 4). O plano de DC para o EF2024 e para o médio prazo apoiará a consecução dos restantes resultados. Os serviços de DC prestados a ministérios das finanças e autoridades tributárias ajudaram em

FIGURA 3. ESTADO DOS RESULTADOS DO DC NO FINAL DE ABRIL DE 2023, POR DEPARTAMENTO DE DC

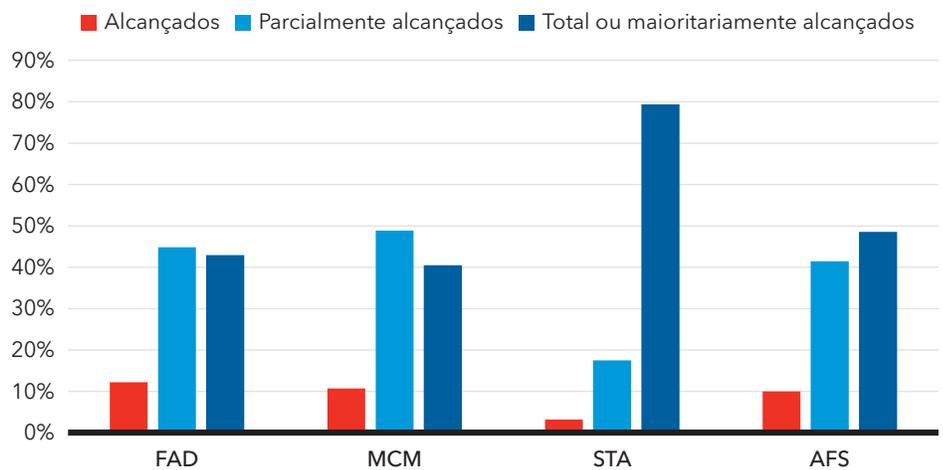
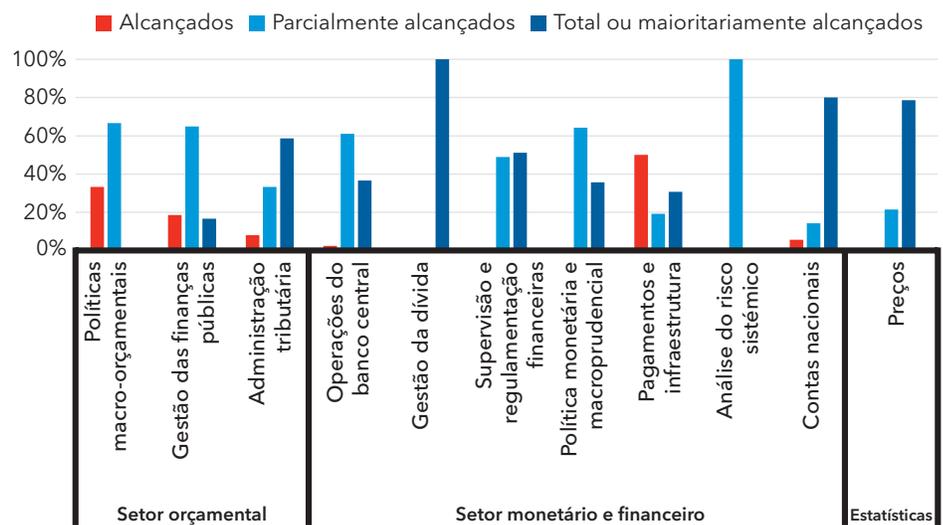


FIGURA 4. ESTADO DOS RESULTADOS DO DC NO FINAL DE ABRIL DE 2023, POR VERTENTE DE TRABALHO



<sup>7</sup> As taxas de execução no EF2023 baseiam-se no plano revisto aprovado pelo Comité de Pilotagem em dezembro de 2022.

grande medida os países membros a reforçar a gestão das finanças públicas e as administrações tributárias e aduaneiras a melhorar as finanças públicas e a aumentar a mobilização de receitas. O DC prestado aos bancos centrais apoiou esforços de reforço da supervisão e regulamentação financeiras, da cibersegurança e do governo das sociedades, de melhoria contínua das operações do mercado monetário e cambial e de combate aos riscos para a estabilidade financeira, inclusive os decorrentes das alterações climáticas. O DC no domínio das estatísticas continuou a apoiar projetos destinados a melhorar a qualidade e divulgação das contas nacionais e das estatísticas de preços.

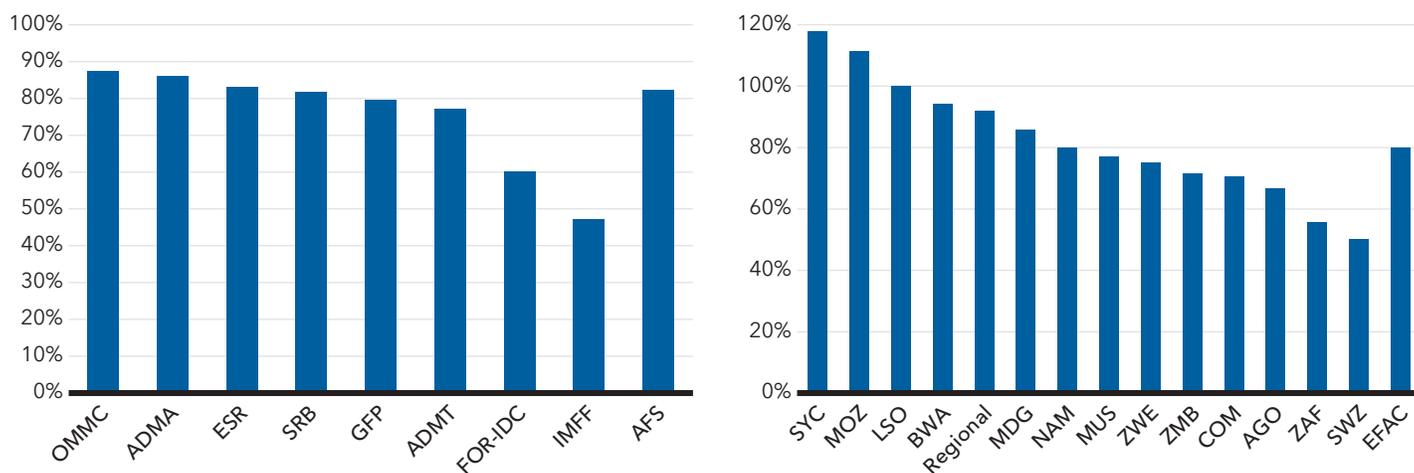
**A execução do plano para o EF2023 variou nos vários programas de financiamento e países (Figuras 5 e 6).** As alterações das prioridades de DC e o adiamento/cancelamento de missões por parte das autoridades foram os principais fatores que tiveram impacto na prestação de DC. O Centro reconsiderou também algumas missões

planeadas no último trimestre, devido a restrições de liquidez. Para evitar descontinuidades, os departamentos de DC do FMI financiaram algumas missões prioritárias. O Centro adiou outras missões para o EF2024 - especialmente missões não urgentes e não confirmadas. O AFRITAC Sul continuou a diversificar as formas de prestação de DC, usando formatos virtuais, mistos e presenciais. Neste ano, cerca de 67% do total da DC e cerca de metade dos seminários foram prestados presencialmente.

**O apoio do AFRITAC Sul foi complementado por outras fontes de financiamento, especialmente em vertentes de trabalho não financiadas diretamente pelo AFRITAC Sul.** A Iniciativa para o Desenvolvimento das Capacidades no contexto da Crise da COVID-19 (IDCCC) e o Fundo Fiduciário Temático sobre o CBC/FT financiaram 18 atividades de DC, incluindo quatro *workshops* regionais. Cinco missões de assistência técnica apoiaram os três países frágeis ou afetados por conflitos. Com

financiamento da IDCCC, os assessores residentes que prestam aconselhamento sobre gestão da dívida e administração de receitas apoiaram determinados países membros na elaboração de planos anuais de contração de empréstimos, nas estratégias de dívida a médio prazo, nas análises da sustentabilidade da dívida, na reconciliação dos dados da dívida, na Ferramenta de Avaliação e Diagnóstico das Administrações Tributárias, no IVA e na implementação do planos de reforma da administração tributária<sup>8</sup>. O Fundo Fiduciário Temático sobre o CBC/FT, apoiado pelo Departamento Jurídico do FMI, facilitou a realização de *workshops* sobre bancos correspondentes, a transparência dos beneficiários efetivos e os ativos virtuais, bem como a prestação de assistência técnica a Angola, ao Botsuana e à Namíbia sobre aspetos do CBC/FT. Continua a ser essencial financiar o DC nestes domínios, para que os países da região alcancem objetivos macroeconómicos e de estabilidade mais amplos.

**FIGURAS 5 E 6. TAXAS DE EXECUÇÃO NO EF23 POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E PAÍS**



SRB - Supervisão e regulamentação bancárias; ADMA - Administração aduaneira; IMFF - Infraestruturas dos Mercados Financeiros e FinTech; FOR-IDC - Ações de formação sobre macroeconomia lideradas pelo IDC; OMMC - Operações dos mercados monetário e cambial; GFP - Gestão das finanças públicas; ESR - Estatísticas do setor real; e ADMT - Administração tributária.

AGO - Angola; BWA - Botsuana; COM - Comores; SWZ - Essuatíni; LSO - Lesoto; MDG - Madagáscar; MUS - Maurícia; MOZ - Moçambique; NAM - Namíbia; SYC - Seicheles; ZAF - África do Sul; ZMB - Zâmbia; e ZWE - Zimbabué.

<sup>8</sup> A IDCCC financiou determinados projetos sobre as administrações tributárias entre 8 de dezembro de 2021 e 6 de junho de 2023, e tem financiado projetos específicos sobre gestão da dívida desde 1 de outubro de 2022.

## QUADRO 1. ATIVIDADES DE DC NO EF2024 POR PAÍS E PROGRAMA DE FINANCIAMENTO

	SRB	ADMA	LFF	IMFF	FOR-IDC	OMMC	GFP	ESR	ADMT	Total
Angola		1		2		3	4	2	1	13
Botsuana	2			2		2	2	2	1	11
Comores	2	3	1	1		1	5	3	3	19
Essuatíni		1		1		2	3	2	1	10
Lesoto	2	2		2		1	5	2	1	15
Madagáscar	2	4		1		3	4	2	2	18
Maurícia			2	2		2	2	3		11
Moçambique	3	1		1		3	2	3		13
Namíbia	4	3		2		1	3	2	3	18
Regional 1/	2	2	1	5	4	4	4		1	23
Seicheles	2	1		2		1	3	2	2	13
África do Sul				2			2	1	2	7
Zâmbia	2	1		1		1	3	2	3	13
Zimbabué	2	3		1			4	3	2	15
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>22</b>	<b>4</b>	<b>25</b>	<b>4</b>	<b>24</b>	<b>46</b>	<b>29</b>	<b>22</b>	<b>199</b>
<b>EFAC</b>	<b>32%</b>	<b>34%</b>	<b>31%</b>	<b>17%</b>	<b>23%</b>	<b>21%</b>	<b>26%</b>	<b>31%</b>	<b>24%</b>	<b>26%</b>

1/ Inclui *workshops* regionais, seminários, cursos, webinários e destacamentos de profissionais.

O plano para o EF2024, aprovado em junho de 2023 pelo Comitê de Pilotagem, dá resposta às prioridades debatidas e acordadas com os países membros no âmbito dos programas de concessão de empréstimos do FMI e dos debates realizados por ocasião das consultas ao abrigo do Artigo IV com as equipas de país do Departamento de África. Esse plano está bem alinhado com a estratégia de DC do FMI, especialmente para os Estados frágeis e afetados por conflitos e no que toca ao clima, à governação, à digitalização e ao género. O plano contribuirá para continuar a reforçar a capacidade dos países membros de implementar com êxito as políticas pertinentes, de alcançar os indicadores de referência estruturais dos programas num prazo adequado e de avançar nos compromissos assumidos com organizações regionais relativamente à integração económica e à

harmonização. Além disso, apoiará os trabalhos sobre questões de nível mundial às quais os países membros dão prioridade, e que serão acordados com os parceiros de desenvolvimento, incluindo a UE.

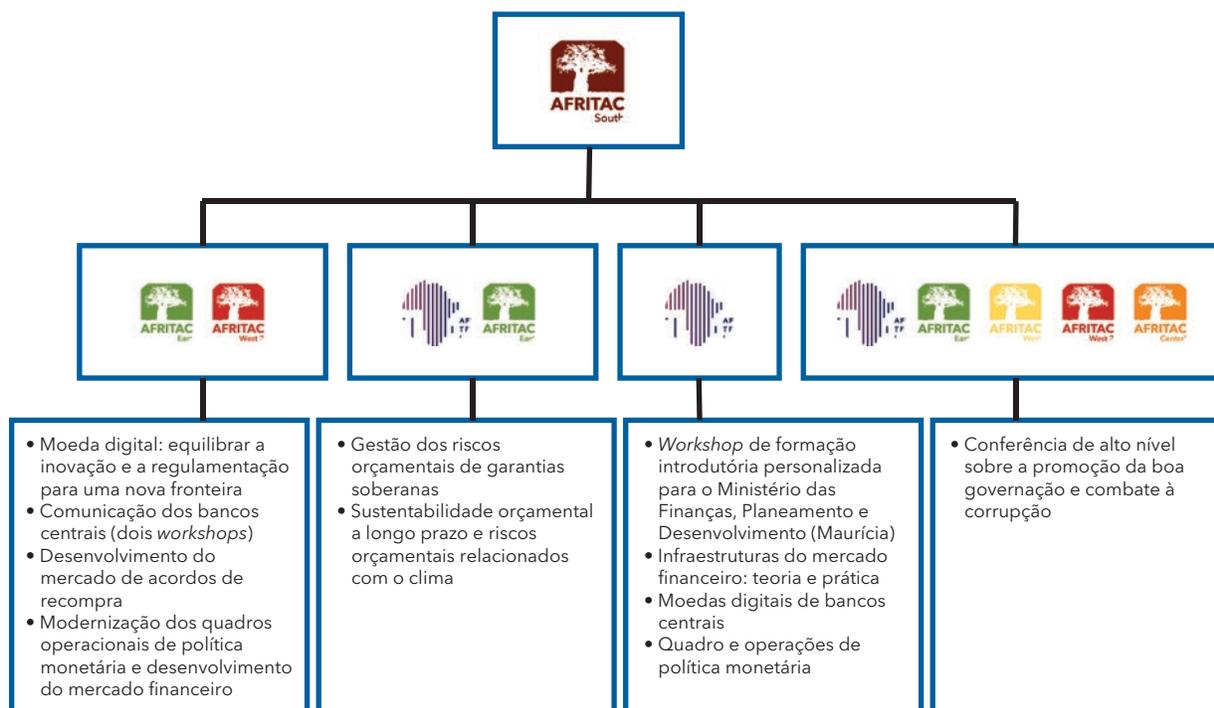
O AFRITAC Sul prevê a realização de 199 atividades de DC no EF2024 - aproximadamente o mesmo nível do que no EF2023. Um quarto dessas atividades visará os Estados frágeis e afetados por conflitos (Quadro 1). O [plano de formação](#) proposto inclui algumas formações inéditas para a região: “Análise da Política Monetária e Orçamental com Modelos DSGE”, “Macroeconomia das Alterações Climáticas” e “Alterações Climáticas e Políticas Macrofinanceiras”, que serão ministrados em colaboração com o Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades e o Instituto de Formação para África, bem como

o curso “Soluções Digitais para a Gestão das Finanças Públicas”, que será ministrado em colaboração com o Departamento de Finanças Públicas do FMI. O plano satisfaz as preferências dos países membros por atividades de DC presenciais, após uma certa fadiga com os cursos virtuais durante a pandemia. Neste ano, cerca de 75% das atividades deverão ser realizadas presencialmente, em comparação com 67% no EF2023. Ao mesmo tempo, também serão aproveitados os benefícios proporcionados pelos eventos virtuais, em termos de um diálogo mais alargado e rápido.

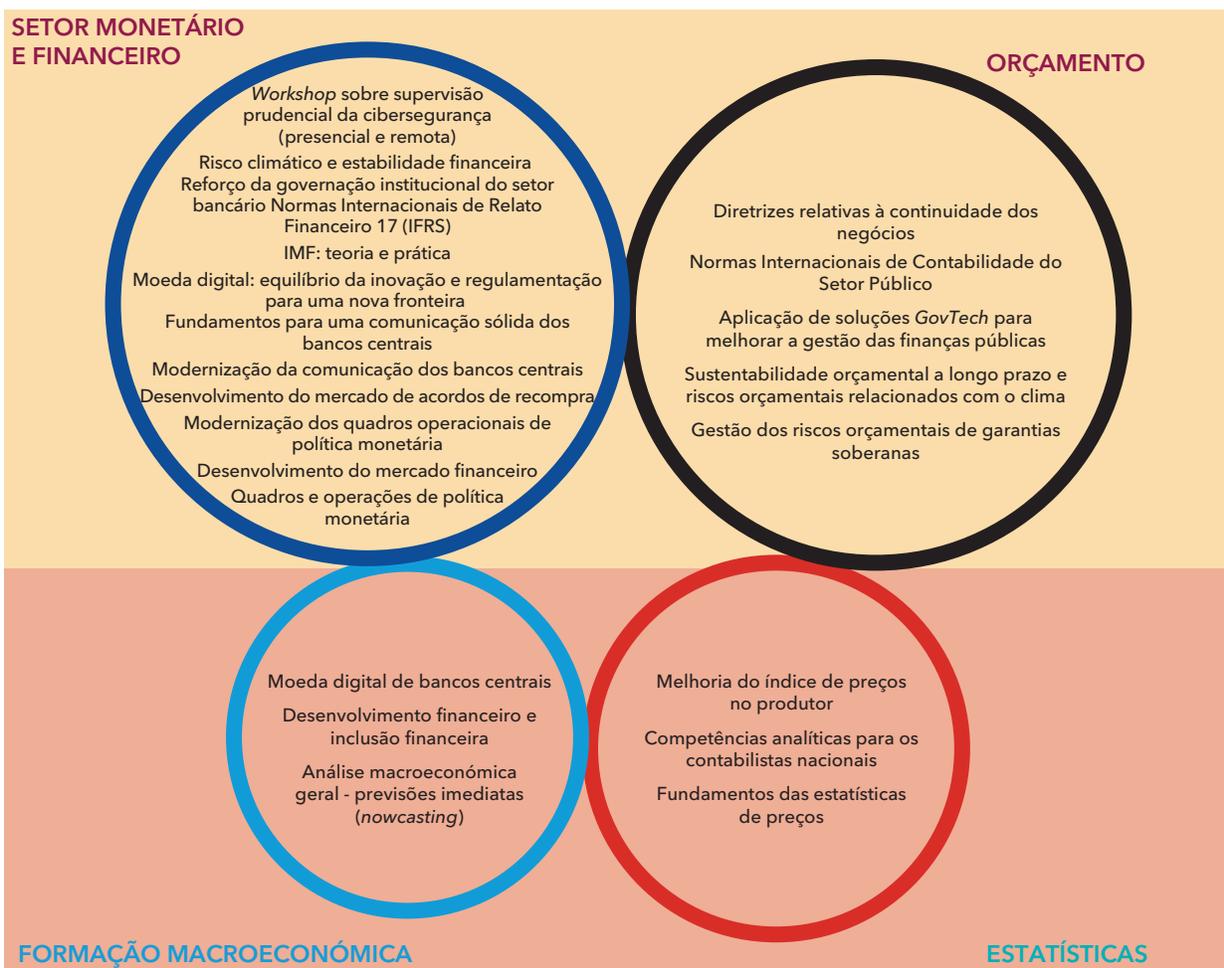
O financiamento proveniente de outros instrumentos ajudará a colmatar lacunas - especialmente no que toca à gestão da dívida<sup>9</sup>, através da IDCCC, e no domínio do CBC/FT, através do Fundo Fiduciário Temático sobre este assunto. A partir do EF2024,

<sup>9</sup> O assessor em matéria de gestão da dívida é financiado pela IDCCC.

## Colaboração com o ATI e os AFRITAC no EF23



## Ações de formação por vertente de trabalho no EF23



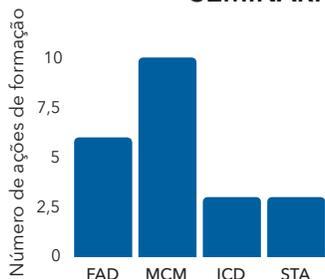
o novo assessor residente, apoiado e financiado pelo Departamento Jurídico, prestará assistência técnica e formação sobre governação e combate à corrupção a determinados países

do AFRITAC Sul. Os programas de DC referidos em seguida destacam a execução do plano de trabalho para o EF2023 por parte de diferentes programas de financiamento,

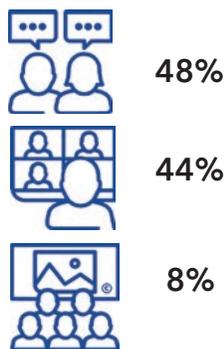
os progressos efetuados pelos países membros relativamente aos resultados de DC e as prioridades de DC para o EF2024 e o médio prazo.

## Panorâmica do trabalho de DC do AFRITAC Sul no EF2023 e EF2024

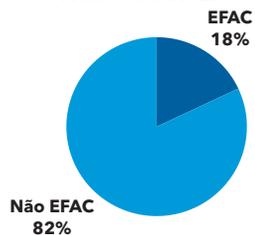
### SEMINÁRIOS EF2023



### MODALIDADES DE PRESTAÇÃO

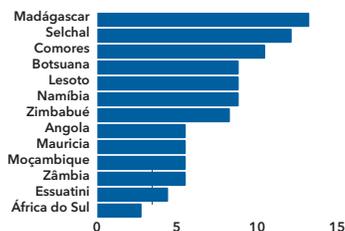


### DISTRIBUIÇÃO POR PARTICIPANTES



### MISSÕES DE AT no EF2023

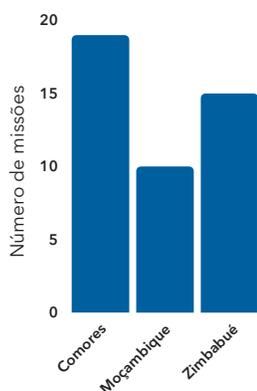
#### PERCENTAGEM DE MISSÕES DE AT



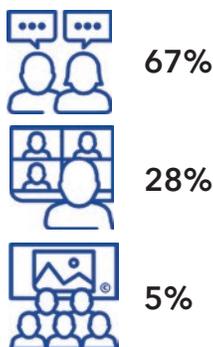
#### TAXA DE EXECUÇÃO DE AT

EF2023 82%  
EFAC 80%

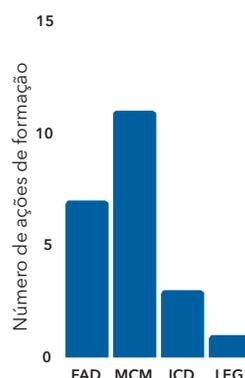
### MISSÕES DE AT NOS EFAC



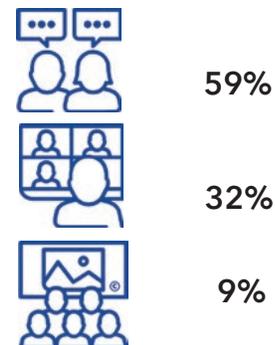
### MODALIDADES DE PRESTAÇÃO DE AT



### SEMINÁRIOS EF24

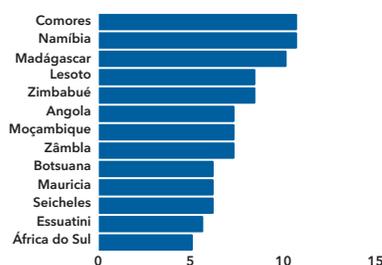


### MODALIDADES DE PRESTAÇÃO

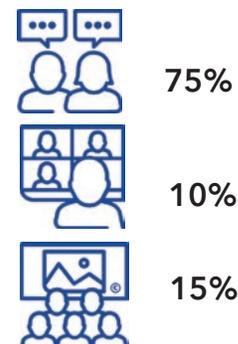


### MISSÕES DE AT EF24

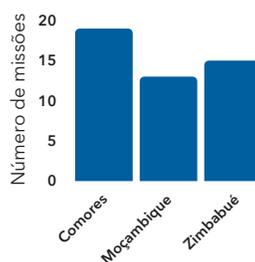
#### PERCENTAGEM DE MISSÕES DE AT



#### MODALIDADES DE PRESTAÇÃO



### MISSÕES DE AT NOS EFAC



#### LEGENDA:



## PROGRAMA ORÇAMENTAL

**EXECUÇÃO NO EF2023**

As vertentes de trabalho relativas a questões orçamentais continuaram a apoiar os países membros nos seus esforços de desenvolver resiliência orçamental, com ênfase na melhoria da mobilização de receitas, dos quadros orçamentais, da comunicação de dados e transparência orçamentais, da gestão do investimento público, da gestão dos riscos orçamentais, da governação orçamental, da resiliência

climática e das soluções digitais. No final de abril de 2023, cerca de 43% dos objetivos fixados já tinham sido atingidos, na totalidade ou em grande parte. Algumas das principais realizações da Fase II foram as seguintes: melhorias na transparência orçamental, através da publicação de um documento de estratégia orçamental e de um quadro da despesa a médio prazo (Angola); inclusão dos passivos contingentes e outros riscos orçamentais

do governo central na declaração dos riscos orçamentais (Zimbabué); entrada em funcionamento de planos de contas no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (Comores); melhoria das práticas de gestão do investimento público, através de um quadro de avaliação e monitorização de grandes projetos de infraestruturas (Maurícia e Botsuana); reforço dos quadros orçamentais de médio prazo (Essuatíni, Lesoto e Zâmbia);



Missão ao Botsuana sobre riscos orçamentais (13-24 de março de 2022)

**QUADRO 2. EXECUÇÃO DO PLANO DE DC PARA O EF2023 – PROGRAMA ORÇAMENTAL**

	GFP		ADMA		ADMT		Total		
	Plano revisto	Execução	Taxa de execução						
Angola	3	1	2	2	2	1	7	4	57%
Botsuana	2	2			4	3	6	5	83%
Comores	5	3	6	6	3	1	14	10	71%
Essuatíni	4	1	1	1	3	2	8	4	50%
Lesoto	3	5	3	2	2	2	8	9	113%
Madagáscar	4	3	8	6	5	4	17	13	76%
Maurícia	2	2					2	2	100%
Moçambique	2	2					2	2	100%
Namíbia	3	1	6	7	3	3	12	11	92%
Regional 1/	4	4	2	1			6	5	83%
Seicheles	3	4	2	2	4	3	9	9	100%
África do Sul	1	1			3	2	4	3	75%
Zâmbia	3	2	2	1	1	2	6	5	83%
Zimbabué	5	4	4	3	5	4	14	11	79%
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>31</b>	<b>35</b>	<b>27</b>	<b>115</b>	<b>93</b>	<b>81%</b>
Taxa de execução - AFS		80%		86%		77%		81%	
Taxa de execução - EFAC		77%		88%		63%		77%	

1/ Refere-se a *workshops* regionais, seminários, cursos, webinários e destacamentos de profissionais.

desenvolvimento de diretrizes para a elaboração de orçamentos sensíveis ao género (**África do Sul**); criação e entrada em funcionamento da Agência da Receita da Namíbia (**Namíbia**); melhoria da gestão da receita em atraso (**Zimbabué**); finalização das avaliações realizadas no âmbito da Ferramenta de Avaliação Diagnóstica da Administração Fiscal (**Botsuana, Madagáscar e África do Sul**); entrada em funcionamento de uma Unidade dos Petróleos, implementação de novos procedimentos de desalfandegamento e contabilidade para produtos petrolíferos e harmonização das avaliações do valor aduaneiro em conformidade com os requisitos da OMC (**Comores**); finalização dos exercícios de correspondência de dados

(**Essuatíni, Zâmbia e Zimbabué**); implementação de estratégias nacionais de recolha de informações (**Maurícia, Zâmbia e Zimbabué**); elaboração de um quadro estratégico para a gestão coordenada de fronteiras (**Zimbabué**); e elaboração de planos de continuidade operacional e de recuperação de catástrofes (**Seicheles**).

**O programa orçamental realizou 93 atividades de DC na região - uma taxa de execução de 81% em relação ao plano revisto para o EF2023 para a região do AFRITAC Sul, e de 77% para o grupo de Estados frágeis e afetados por conflitos (Quadro 2).** O programa orçamental continuou a ser o de maior dimensão, sendo responsável por 46% das atividades do AFRITAC

Sul. Cerca de 26% das atividades apoiaram os Estados frágeis e afetados por conflitos.

A vertente dedicada à gestão das finanças públicas realizou 35 atividades de DC e abrangeu os seguintes domínios: elaboração de orçamentos sensíveis ao género (**Lesoto e África do Sul**); avaliação da gestão do investimento público no clima (**Botsuana e Seicheles**); gestão dos riscos orçamentais (**Botsuana, Comores, Essuatíni, Madagáscar e Zâmbia**); quadro de despesas de médio prazo (**Angola**); quadros jurídicos (**Comores, Maurícia e Namíbia**); Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (**Seicheles e Lesoto**); gestão do investimento público (**Botsuana, Madagáscar,**

## CAIXA 1. HACKATHON SOBRE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS (LESOTO)

O Departamento de Finanças Públicas, em coordenação com o AFRITAC Sul e o Ministério das Finanças, organizou uma *hackathon* sobre gestão das finanças públicas, com o objetivo de conceber uma possível solução de tecnologia digital para autenticar transações e documentos no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado. Esta atividade surgiu no seguimento de uma missão de diagnóstico que avaliou os fatores que potenciam e restringem a digitalização da gestão das finanças públicas no Lesoto, usando um instrumento de avaliação da digitalização da gestão das finanças públicas (DiPAT). O evento ([lesothopfmhackathon.com](http://lesothopfmhackathon.com)), aberto a participantes da África Subsariana, recebeu mais de 600 inscrições e 61 propostas, de 22 países da região. Destas, foram selecionadas as cinco melhores propostas, cujos proponentes foram convidados a competir numa *hackathon* de três dias, em janeiro de 2023, em Maseru, com vista a desenvolver um protótipo para assinaturas digitais, usando a



infraestrutura nacional de identidades digitais do Lesoto. A equipa Tech Gang 2.0, do Maláui e do Essuatíni, foi a vencedora da competição. A primeira secretária do Ministério das Finanças inaugurou o evento e a ministra das finanças em funções presidiu à cerimónia de entrega dos prémios e ao encerramento do evento. As equipas participantes desenvolveram protótipos com recurso a tecnologias de ponta, como a cadeia de blocos, a inteligência artificial e a autenticação biométrica. Além disso, os

protótipos usaram licenças de código aberto e podem evoluir no sentido de se tornarem um bem público para o Lesoto. O Ministério das Finanças detém o protótipo digital e avançará com o desenvolvimento da solução tecnológica final. O evento foi financiado pela Fundação de Bill e Melinda Gates e pelo FMI.

**Leia o blogue sobre o evento: Crowdsourcing Digital Public Goods in Lesotho ([imf.org](http://imf.org))**

## CAIXA 2. SOLUÇÕES DIGITAIS PARA A GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

O Departamento de Finanças Públicas, em coordenação com o AFRITAC Sul, a Fundação de Bill e Melinda

Gates e o Instituto de Formação para África, organizou um *workshop* regional de cinco dias sobre Soluções

Digitais para a Gestão das Finanças Públicas, no qual participaram 13 países africanos. Foi a primeira vez



que o evento foi organizado em África, depois de ter sido ministrado com bons resultados em países da América Latina e da Ásia. O objetivo do *workshop* foi permitir que as pessoas que trabalham com sistemas de gestão da informação financeira e com os sistemas informáticos conexos usem os projetos de diretrizes para soluções digitais do Departamento de Finanças Públicas para avaliar a maturidade dos seus sistemas e elaborar um plano abrangente de melhorias. Foi um evento altamente

interativo, com metodologias de pensamento concetivo (*design thinking*) que permitiram aos participantes usarem o projeto de diretrizes do Departamento de Finanças Públicas para soluções digitais para a gestão das finanças públicas.

**Constituiu também um fórum para testar as diretrizes, permitindo recolher opiniões sobre as mesmas antes da sua publicação.** Os participantes manifestaram o seu apreço pelas diretrizes, referindo que os ajudariam a melhorar

os seus sistemas internos. Também demonstraram interesse em colaborar com o FMI e uns com os outros no futuro. No que toca aos temas, demonstraram especial interesse em aprender mais sobre dados abertos, cibersegurança e governação de dados. Os participantes solicitaram a realização de conversações de alto nível, a fim de apresentar estes temas à gestão de topo, recolher apoio aos esforços de digitalização e promover a abertura à inovação na região.

### CAIXA 3. GANHOS DE RECEITAS OBTIDOS COM EXERCÍCIOS DE CORRESPONDÊNCIA DE DADOS

**Nos últimos anos, o AFRITAC Sul intensificou o DC em matéria de correspondência de dados, a fim de apoiar as administrações tributárias e aduaneiras na região.** A correspondência de dados é uma abordagem organizada com vista a extrair, ordenar, comparar e analisar informações provenientes dos sistemas informáticos aduaneiros e tributários nacionais que sejam relevantes para identificar e selecionar casos de incumprimento e de risco para as receitas. Determinados países do AFRITAC Sul (**Essuatíni, Lesoto, Madagáscar, Maurícia, Zâmbia e Zimbabué**) beneficiaram de DC neste domínio, e foi dada formação a representantes de todos os 13 países, nomeadamente a respeito da aplicação do conjunto de ferramentas para a correspondência de dados. Os exercícios de correspondência de dados destacaram os dividendos potenciais que os países podem recolher se acederem aos dados existentes e identificarem e resolverem os casos de

incumprimento. A ênfase dos projetos de correspondência de dados continua a ser desenvolver capacidades para identificar a dimensão das fugas de receita provenientes de importantes fontes de receita tributária, bem como ajudar as autoridades a aplicarem medidas de combate adequadas. Os exercícios de correspondência de dados geraram receitas significativas durante este momento desafiador, em que a maioria dos países se debate com baixas bases da receita e/ou enfrentam desafios decorrentes do aumento das despesas e da dívida.

**Zimbabué: A Autoridade Tributária do Zimbabué realizou progressos significativos na correspondência de dados, com o apoio do AFRITAC Sul, sendo atualmente um dos líderes neste domínio em África.** Conseguiu também aumentar as taxas de declaração de impostos relativas ao imposto sobre o valor acrescentado, retenção na fonte e imposto sobre o rendimento

das pessoas coletivas. Em dezembro de 2022, a pessoa responsável pelo projeto de correspondência de dados da Autoridade Tributária do Zimbabué apresentou os resultados do último exercício de correspondência de dados. Foram auditados, no total, 65 casos, dos quais 34 apresentavam anomalias nos dados. Foram aferidos montantes num total de 54 milhões de dólares dos EUA, dos quais 45 milhões já tinham sido cobrados em dezembro de 2022.

**A implementação dos resultados do exercício de correspondência de dados e a recolha de receita adicional beneficiaram também de apoio de DC adicional prestado pela FCDO.**

**Zâmbia: As cobranças relacionadas com avaliações feitas na sequência da correspondência de dados ascenderam a cerca de 6,6 milhões de dólares dos EUA em 2021, e a 5,1 milhões em 2022.**

## CAIXA 4. PROJETOS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FINANCIADOS PELA IDCCC

Certos países do AFRITAC Sul (Comores, Madagascar e Lesoto) continuaram a receber serviços de DC adicionais através de um assessor residente financiado pela IDCCC. O foco incidiu sobretudo nas Comores e em Madagascar, que têm as maiores necessidades a curto prazo. As missões de diagnóstico TADAT a Madagascar e ao Lesoto ajudaram a identificar lacunas na administração que requerem um apoio de DC urgente, a fim de alcançar os objetivos de recolha de receitas destes países.

Com o fim do financiamento da IDCCC, em junho de 2023, foi celebrado um novo acordo de financiamento com o Departamento de Finanças Públicas, a fim de permitir a conclusão dos projetos financiados pela IDCCC nos domínios da administração das receitas. Ao abrigo desse novo acordo, o Departamento de Finanças Públicas financiará o salário



Missão TADAT a Madagascar

do perito em missão de longo prazo até dezembro de 2023, e o AFRITAC Sul financiará missões de DC a Estados frágeis e afetados por conflitos, bem como a outros países específicos (Comores, Lesoto, Madagascar, Moçambique e Zimbabué). No EF2024, o perito em missão de longo prazo irá: i) apoiar as Comores na reorganização da administração tributária e

Madagascar nos domínios do IVA e da estratégia pós-TADAT, através de, pelo menos, duas missões a cada país; ii) participar numa missão da Sede às Comores; iii) realizar uma missão estratégica pós-TADAT ao Lesoto, sob reserva de aprovação das autoridades, e iv) apoiar as missões de administração tributária a Moçambique e ao Zimbabué.

Maurícia e Zimbabué); previsões e gestão de tesouraria (Moçambique, Seicheles, Zimbabué e Comores); previsões macro-orçamentais (Lesoto e Zimbabué); e relato financeiro (Maurícia, Zimbabué e Lesoto).

O apoio prestado sob a forma de DC em matéria de administração aduaneira incluiu 31 atividades de DC e abrangeu os seguintes temas: planos de continuidade operacional (Angola, Madagascar e Namíbia), em colaboração com a IDCCC; estratégia de médio prazo e avaliações do valor aduaneiro (Comores), em conjunto com a JSA-Japão; impostos especiais de consumo (Essuatíni e Lesoto); programa de operadores económicos autorizados (Lesoto); legislação aduaneira (Comores e Madagascar); formação e desenvolvimento (Namíbia); processamento de entradas

(Seicheles); gestão de informações e de riscos (Comores, Madagascar, Zâmbia e Zimbabué) e auditorias pós-desalfandegamento (Madagascar, Seicheles e Zimbabué); legislação e regulamentação sobre impostos especiais de consumo (Comores, Essuatíni e Lesoto); procedimentos aduaneiros (Namíbia); conceção e implementação de um quadro de supervisão e avaliação para apoiar a implementação do plano estratégico (Namíbia); e gestão coordenada das fronteiras (Lesoto e Zimbabué).

O apoio de DC em matéria de administração tributária (ADMT) incluiu 27 atividades e abrangeu os seguintes domínios: reforço da unidade de grandes contribuintes e da estrutura organizacional (Botsuana); gestão do risco de incumprimento (Angola, Namíbia e Seicheles); formação

específica sobre auditorias (Namíbia e Zimbabué); serviços ao contribuinte e cumprimento do IVA (Madagascar e Zâmbia); cumprimento da FATCA (Seicheles); determinação de preços de transferência (África do Sul); gestão da dívida fiscal (Lesoto, Seicheles e Zimbabué); e reformas da administração tributária (Comores e Essuatíni).

**Workshops regionais no EF 2023: Em colaboração com o Departamento de Finanças Públicas e outros parceiros, o AFRITAC Sul realizou cinco ações de formação regionais e uma ação de formação inicial, para além de várias formações personalizadas nos países, organizadas por ocasião das missões de assistência técnica.** Prevê-se que os *workshops* reforcem ainda mais as competências analíticas dos funcionários dos ministérios das finanças, departamentos do Tesouro

e administrações responsáveis pelas receitas no que toca a gerir a transformação digital, as vulnerabilidades de governação e os riscos orçamentais, incluindo os associados aos desafios climáticos. O Centro continuou também a formar funcionários durante missões de assistência técnica sobre ferramentas desenvolvidas pelo Departamento de Finanças Públicas para melhorar a elaboração das políticas, nomeadamente: o Conjunto de Ferramentas para o Quadro de Governação da Administração Tributária, a Ferramenta de Avaliação e Diagnóstico das Administrações Tributárias, a Ferramenta de Avaliação de Garantias e Empréstimos Distintos, o Conjunto de Ferramentas para a Correspondência de Dados e a Ferramenta Orçamental de Avaliação Quantitativa de Risco das Alterações Climáticas. A formação regional prestada em colaboração com parceiros incluiu os seguintes *workshops* e formações iniciais personalizadas<sup>10</sup>:

- *Soluções Digitais para a Gestão das Finanças Públicas* realizado presencialmente em colaboração com a Fundação de Bill e Melinda Gates e a SECO (ver Caixa 2).
- *Sustentabilidade orçamental a longo prazo e riscos orçamentais relacionados com o clima*, realizado presencialmente e em colaboração com o Instituto de Formação para África e o AFRITAC Oriental, com um foco na preparação de cenários macro-orçamentais de longo prazo à luz de diferentes perfis de alterações climáticas.
- *Gestão dos Riscos Orçamentais de Garantias Soberanas*, realizado presencialmente e em colaboração com o Departamento de Finanças Públicas, o Instituto de Formação para África e o AFRITAC Oriental,

com vista a formar os participantes para a Ferramenta de Avaliação de Garantias e Empréstimos Distintos, usando exercícios práticos.

- *Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público*, realizado em formato híbrido com um foco no reforço da capacidade dos países de implementar o código de transparência orçamental.
- *Continuidade Operacional e Planeamento de Recuperação de Catástrofes*, realizado em modo virtual, visava elaborar diretrizes para a preparação e implementação de planos de continuidade operacional e de recuperação de catástrofes.
- *Workshop* de formação inicial personalizado, realizado presencialmente e em colaboração com o Instituto de Formação para África, para economistas recém-contratados e analistas séniores do Ministério das Finanças, do Planeamento e do Desenvolvimento (**Maurícia**), com o fim de expor os participantes ao amplo leque de trabalhos realizados sob a alçada da gestão das finanças públicas, bem como às dimensões macroeconómicas das alterações climáticas

**A preferência por formações presenciais continua a ser elevada, o que limita a possibilidade de chegar a públicos mais alargados.** No EF2023, foram treinados funcionários em cinco eventos de formação regionais, bem como através de ações de formação inicial (Figuras 7 e 8). Este valor representa 23% do total de pessoas formadas pelo AFRITAC Sul. Além disso, 32% dos participantes em formações sobre o orçamento foram mulheres.

## PRIORIDADES DE DC PARA O EF2024 E A MÉDIO PRAZO

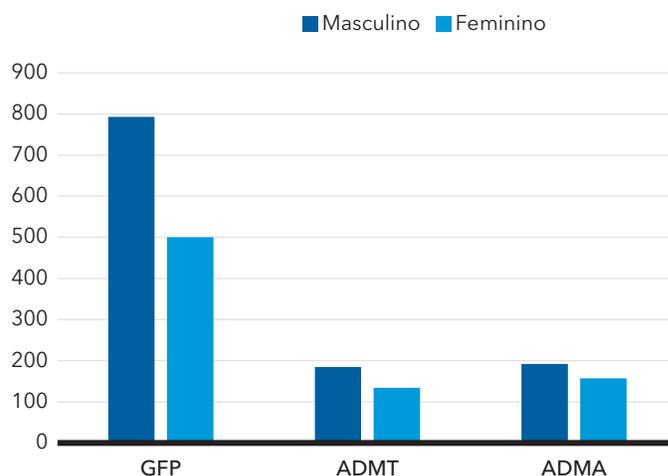
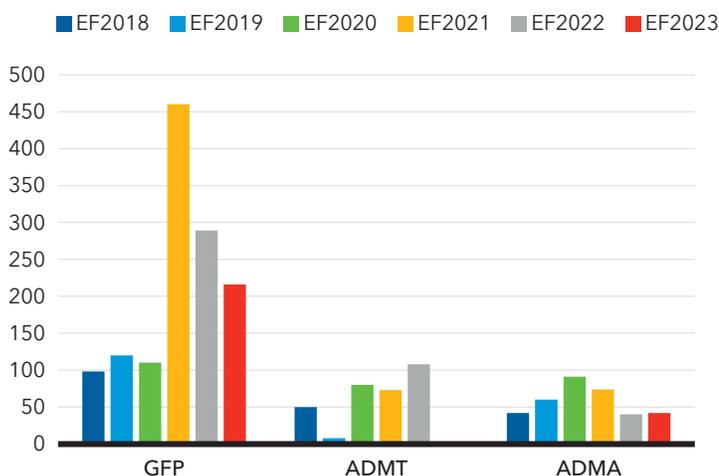
**É na vertente orçamental que será prestado o maior volume de DC no EF2024, com 90 atividades, incluindo 25 a Estados frágeis e afetados por conflitos.** Estas representam 45% do plano do Centro para o EF2024. O plano de trabalho para a gestão das finanças públicas continuará, entre outras atividades, a apoiar a modernização dos quadros jurídicos relativos a este domínio, as melhorias na gestão dos riscos orçamentais (incluindo os decorrentes de empresas estatais e das alterações climáticas), a reforçar a perspetiva de médio prazo na elaboração de orçamentos e a melhorar a gestão do investimento público, a comunicação de dados orçamentais e a transparência, bem como a gestão da tesouraria e da dívida. O DC em matéria de administração tributária e aduaneira visa sobretudo continuar a melhorar a mobilização de receitas, os serviços ao contribuinte – através de soluções digitais –, o comércio regional, as disposições de governação e a transparência (Quadro 3).

**O DC no EF2024 continua a ser fulcral para que os países resolvam problemas de sustentabilidade orçamental e atinjam os indicadores de referência estruturais acordados com o FMI ao abrigo de diferentes compromissos assumidos no âmbito de programas.**

Os indicadores de referência estruturais ao abrigo dos programas do FMI incluem, em grande medida, metas orçamentais sobre mobilização de receitas (Madagáscar, Seicheles), implementação de uma estratégia de gestão da dívida (Seicheles) e a digitalização dos serviços ao contribuinte (Moçambique). O plano prevê que se continue a intensificar o apoio a domínios que rendem elevados benefícios, como o clima, o género, a digitalização e a governação.

<sup>10</sup> Um economista do Instituto de Formação para África apoiou também as formações sobre “Sustentabilidade orçamental a longo prazo e riscos orçamentais relacionados com o clima” e “Workshop de formação inicial personalizado”, enquanto palestrante.

## FIGURAS 7 E 8. PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÕES DO AFRITAC SUL – VERTENTE ORÇAMENTAL



### WORKSHOP SOBRE AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO (IPSAS)



**TUMELO ESMERALDA TJALE**  
DIRETORA - FUNDOS E CONTAS EXTRAORÇAMENTAIS  
DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL, ÁFRICA DO SUL

O *workshop* sobre as IPSAS dotou-me de conhecimentos para consolidar as demonstrações financeiras das entidades públicas e o balanço do setor público. É crítico compreender os desafios enfrentados devido às diferentes datas de **prestação de contas destas instituições, considerar a agregação das entidades em grupos homogêneos**, compreender a uniformidade das políticas contabilísticas e colaborar plenamente com o Auditor Geral.



**CARLOTA EDUARDO COZZA** TÉCNICA DO ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS DIREÇÃO NACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA, MOÇAMBIQUE

No caso de Moçambique, o *workshop* foi muito importante, uma vez que o processo de modernização da Conta Geral do Estado e a adoção das IPSAS só agora se iniciaram. O curso serviu para formar e dotar os técnicos de conhecimentos em matéria de transparência orçamental e relato financeiro.

### WORKSHOP SOBRE A GESTÃO DOS RISCOS ORÇAMENTAIS DE GARANTIAS SOBERANAS



**HORÁCIO COSTA CAUTO**  
ANALISTA  
UNIDADE DE GESTÃO DA DÍVIDA, ANGOLA

A formação foi muito útil e possibilitou a partilha de experiências entre os diferentes países participantes sobre a gestão dos riscos orçamentais. A ferramenta utilizada durante o seminário contribuirá, de facto, para uma melhor gestão do risco da nossa carteira de garantias.



**HARITIANA JENNICA TOVOARIVelo**  
CHEFE DE DIVISÃO  
DIREÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS, MADAGÁSCAR

O *workshop* sobre a "Gestão dos riscos orçamentais de garantias soberanas" foi bastante útil, pois ajudou a reforçar os meus conhecimentos sobre as garantias e os passivos contingentes. Descobrimos uma nova ferramenta para a análise de riscos. Constituiu um bom ponto de partida, dado que estamos a tentar melhorar a gestão das garantias soberanas no nosso país.

### QUADRO 3. PRIORIDADES PARA O EF2024 E A MÉDIO PRAZO – PROGRAMA ORÇAMENTAL

Gestão das finanças públicas	
Previsão macro-orçamental	Execução orçamental e controlo das autorizações
Preparação do orçamento, designadamente com ênfase no género	SIGFE, digitalização e governação de dados
Gestão do investimento público, incluindo a avaliação da gestão do	Auditoria interna baseada no risco
Gestão dos riscos orçamentais, nomeadamente decorrentes do clima e das empresas públicas	Modernização dos quadros jurídicos da GFP
Aspetos orçamentais da gestão da dívida	Relato orçamental e governação de dados
Gestão dos ativos e passivos com ênfase na implementação da Conta Única do Tesouro e na gestão de tesouraria	
Administração tributária	
Estratégia de receitas a médio prazo e gestão da reforma	Principais áreas da administração tributária
Gestão do risco de cumprimento	Digitalização da administração tributária
Gestão do IVA e análise de lacunas	Auditoria: setores de telecomunicações, mineiro e financeiro
Gestão das receitas petrolíferas e fiscais	Implementação das reformas posteriores à ferramenta de avaliação e diagnóstico das administrações tributárias (TADAT)
Legislação fiscal	Gestão da unidade de grandes contribuintes
Governação fiscal	Fraude fiscal e contrabando
Reforma dos contribuintes informais e pequenos	
Administração aduaneira	
Avaliação aduaneira	Gestão de informações e de riscos
Legislação e regulamentação sobre impostos especiais de consumo	Gestão coordenada das fronteiras
Legislação e procedimentos aduaneiros	Auditoria pós-desalfandegamento
Isonções de direitos aduaneiros e impostos	Correspondência e análise de dados
Digitalização da administração aduaneira	Formação aduaneira introdutória

# PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES MONETÁRIO E FINANCEIRO

## EXECUÇÃO NO EF2023

Ao longo do EF2023, o AFRITAC Sul continuou a apoiar os países membros nos esforços de reforçar a resiliência do setor financeiro e a inclusão no mesmo, de melhorar os quadros de supervisão dos riscos climáticos e cibernéticos, de modernizar as infraestruturas do mercado financeiro e as práticas de supervisão, incluindo no domínio da *FinTech*, e de apoiar

o desenvolvimento das operações do banco central. No final de abril de 2023, 52% dos objetivos fixados em várias vertentes de trabalho já tinham sido alcançados, na totalidade ou em grande parte. Algumas metas importantes alcançadas durante a Fase II foram:

**Supervisão e regulamentação bancárias** – desenvolvimento do quadro ICAAP e do processo de

análise e avaliação pelo supervisor (**Angola**), revisão do quadro de emissão de licenças (**Essuatíni**), revisão do quadro de supervisão e regulamentação bancárias em conformidade com as novas orientações emitidas ao abrigo do Acordo de Basileia II (**Lesoto**), revisão da regulamentação relativa à titularização, à luz das normas internacionais, incluindo a IOSCO e o BCBS (**Namíbia**), implementação de



Curso sobre previsão e análise macroeconómica (5-16 de setembro de 2022)

## CAIXA 5. REFORÇO DA REGULAMENTAÇÃO RELATIVA AO GOVERNO DAS SOCIEDADES

**O AFRITAC Sul deu início à Iniciativa Regional de Reforma da Regulamentação - Reforço da Regulamentação sobre Governo das Sociedades no Setor Bancário através da organização de um webinar de alto nível e de um *workshop* aprofundado para os países membros do AFRITAC Sul, em setembro de 2022.** O webinar, que durou um dia, serviu para prestar informações atualizadas sobre as normas internacionais de governo das sociedades (Princípios do Comité de Supervisão Bancária de Basileia para o Governo das Sociedades no Setor Bancário, de julho de 2015) e sobre o cumprimento

dos princípios fundamentais do Comité de Basileia para uma supervisão bancária efetiva. Participaram do evento funcionários de topo e supervisores das agências de supervisão. O *workshop*, que durou quatro dias, prestou formação mais aprofundada sobre os quadros de regulamentação do governo das sociedades para supervisores pertencentes aos quadros médios e superiores. Um dos pontos altos foi a autoavaliação, por cada país participante, do seu nível de cumprimento das normas mundiais de governo das sociedades. Este *workshop* foi o ponto de partida para a Iniciativa Regional de

Reforma da Regulamentação - Reforço da Regulamentação sobre Governo das Sociedades no Setor Bancário, do AFRITAC Sul, e foi muito apreciado pelos participantes dos países membros. Após o webinar e o *workshop*, o AFRITAC Sul dará continuidade à iniciativa com atividades bilaterais com os países membros, a fim de elaborar estratégias de reformas da regulamentação e planos de DC, e de apoiar o reforço da regulamentação. Este trabalho teve início no Essuatíni, em outubro de 2022, e continuará durante o EF2024.

novos sistemas de avaliação e monitorização dos riscos de crédito (**Seicheles**) e atualização do documento sobre o quadro de inspeções à distância, em conformidade com as práticas internacionais (**Zimbabué**).

**Operações dos mercados monetário e cambial** - criação de um quadro de previsão da inflação para apoiar a formulação de políticas monetárias (**Botsuana, Maurícia, Moçambique, Seicheles e Zâmbia**), um quadro de previsão da liquidez suficientemente exato para nortear as operações de gestão da liquidez (**Comores, Botsuana, Maurícia, Zâmbia, Madagáscar, Moçambique, Seicheles e Namíbia**), introdução de diretrizes para a negociação no mercado interbancário e de um acordo-modelo de recompra que abranja a negociação entre bancos e o banco central e a melhoria do funcionamento do mercado interbancário (**Botsuana, Madagáscar, Moçambique, Zâmbia e Seicheles**), melhoria na comunicação da política monetária, com o estabelecimento de uma política de comunicação e de documentos estratégicos (**Botsuana, Seicheles e**

**Zâmbia**) e progressos na elaboração de quadros eficientes para os prestamistas de última instância / cedência de liquidez de emergência (**Angola e Comores**).

**Infraestruturas dos Mercados Financeiros e FinTech** - formulação de uma visão e estratégia nacionais para o sistema nacional de pagamentos (**Botsuana**), melhorias na eficiência e eficácia do quadro regulamentar (**Essuatíni**), melhorias nas disposições organizacionais e institucionais aplicáveis às operações e supervisão do sistema nacional de pagamentos e conclusão das avaliações das infraestruturas do mercado financeiro à luz das normas internacionais (**Namíbia**) e entrada em funcionamento e implantação do novo quadro regulamentar com duas autoridades ("*Twin Peaks*"), através de *workshops* de formação nacionais sobre as infraestruturas do mercado financeiro (**África do Sul**).

**O AFRITAC Sul realizou 56 atividades de DC - uma taxa de execução de 76% em relação ao plano revisto para o EF2023 para a região, e de 74% para os Estados frágeis e afetados por**

**conflitos (Quadro 4).** Cerca de 19% das intervenções apoiaram os Estados frágeis e afetados por conflitos.

**O DC no domínio da supervisão e regulamentação bancárias abrangeu 27 atividades, com um foco na reforma regulamentar do Acordo de Basileia II/III (Botsuana, Madagáscar, Seicheles e Zâmbia), na reforma da supervisão segundo o Acordo de Basileia II/III (Lesoto e Seicheles), no reforço da supervisão baseada em riscos (Lesoto e Namíbia), na regulamentação e supervisão dos ciber-riscos (Botsuana, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué), na reforma da regulamentação bancária (Madagáscar) e na reforma do governo das sociedades (na região e no Essuatíni).** Assistiu-se a um desempenho muito bom na prestação de DC neste domínio durante o EF2023.

O apoio ao DC no domínio das Operações dos mercados monetário e cambial incluiu 21 atividades de CD que focaram os seguintes temas: modernização do quadro da política monetária e transição para o regime de metas de inflação (**Angola**); elaboração

#### QUADRO 4. EXECUÇÃO DO PLANO PARA O EF2023 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR MONETÁRIO E FINANCEIRO

	SRB		IMFF		OMMC		Total		
	Plano revisto	Execução	Plano revisto	Execução	Plano revisto	Execução	Plano revisto	Execução	Taxa de execução
Angola	1		1		2	2	4	2	50%
Botsuana	4	2	2	2	1	2	7	6	86%
Comores	1		1		3	3	5	3	60%
Essuatní	2	1	1	1	1		4	2	50%
Lesoto	3	2	2	1			5	3	60%
Madagáscar	2	3	1	1	4	4	7	8	114%
Maurícia	4	3	1		3	3	8	6	75%
Moçambique	1	1	1	1	2	2	4	4	100%
Namíbia	3	2	1		1		5	2	40%
Regional 1/	4	6	2	2	5	4	11	12	109%
Seicheles	3	3	1				4	3	75%
África do Sul			2				2	0	0%
Zâmbia	3	3			2	1	5	4	80%
Zimbabué	2	1	1				3	1	33%
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>27</b>	<b>17</b>	<b>8</b>	<b>24</b>	<b>21</b>	<b>74</b>	<b>56</b>	<b>76%</b>
Taxa de execução		82%		47%		88%		76%	
d/q: EFAC		69%		42%		96%		74%	

1/ Refere-se a *workshops* regionais, seminários, cursos e webinários.

#### CAIXA 6. INICIATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DOS RISCOS CIBERNÉTICOS PARA PAÍSES MEMBROS DO AFRITAC SUL

Em meados de 2021, o AFRITAC Sul criou a Iniciativa para o Desenvolvimento das Capacidades de Regulamentação e Supervisão dos Riscos Cibernéticos (IDCRC), em colaboração com o Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI, a fim de prestar DC abrangente relativamente aos quadros regulamentares e de supervisão em matéria de riscos para a cibersegurança dos países do AFRITAC Sul, em consonância com as normas e práticas internacionais. A iniciativa

ajudou um grupo sub-regional de seis países membros do AFRITAC Sul (o chamado “Cibergrupo do AFRITAC Sul: Botsuana, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué), a reforçarem os seus quadros, abordando, para tal, três componentes de uma regulamentação prudencial eficaz dos riscos de cibersegurança: i) o quadro de regulamentação dos ciber-riscos; ii) a avaliação dos ciber-riscos pela entidade supervisora; e iii) a ciberestratégia para o setor financeiro.

A elaboração dos quadros para a regulamentação prudencial e a supervisão dos ciber-riscos para vários países em simultâneo permitiu que o AFRITAC Sul e o Departamento de Mercados Monetários e de Capitais contribuíssem para promover a harmonização da regulamentação desta matéria em toda a região. A coerência a nível regional é especialmente importante no caso dos ciber-riscos, já que encorajará a cooperação regional na gestão daquele que é, na prática, um risco

que não conhece fronteiras e que poderá ser abordado com a máxima eficácia através da cooperação regional e mundial entre as partes interessadas.

A colaboração com o Departamento de Mercados Monetários e de Capitais neste projeto permitiu ao AFRITAC Sul tirar proveito das competências e experiência dos peritos deste

departamento em matéria de riscos de cibersegurança, possibilitando também uma contribuição significativa para o financiamento da iniciativa de reforma regulamentar na região.

## Principais Realizações e Progressos da IDCRC

### Regulamentação

- Nova regulamentação prudencial em matéria de cibersegurança elaborada para o **Botsuana** (em projeto - pronta para a adoção final), na **Maurícia** (em projeto - pronta para a adoção final), em **Moçambique** (em projeto - atualmente sujeita às consultas das partes interessadas) e na **Zâmbia** (finalizada e em vigor).
- Regulamentação prudencial reforçada em matéria de cibersegurança, elaborada para o **Zimbabué** (em projeto, atualmente objeto de consultas do setor).

- Regulamentação prudencial em matéria de cibersegurança para a **Namíbia**, atualmente em fase de reexame.

### Supervisão

- Capacidade de avaliar eficazmente a gestão e controlo dos riscos de cibersegurança, através da realização de inspeções guiadas presenciais (**Maurícia, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué**).
- Elaboração de um projeto de agenda-modelo para inspeções presenciais dos riscos de cibersegurança, de uma lista de

pedidos de informações e de uma lista de exemplos de perguntas a fazer durante as inspeções técnicas.

- Elaboração de um calendário-tipo para as inspeções presenciais e de um quadro terminológico para as inspeções.
- Manual para as inspeções presenciais dos riscos de cibersegurança, atualmente em fase de elaboração.

### Estratégia

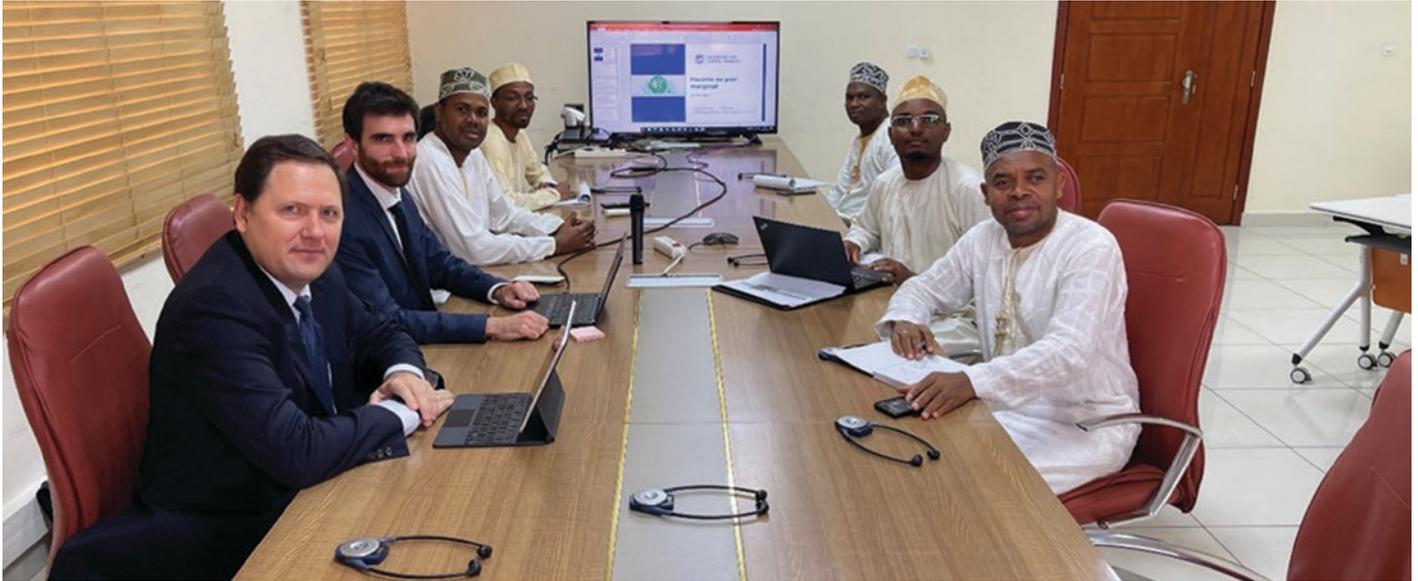
- A **Maurícia e Moçambique** elaboraram estratégias para os ciber-riscos no setor financeiro e estão atualmente a proceder à aprovação das políticas.

de um indicador avançado para efetuar previsões imediatas (*"nowcasting"*) do crescimento do PIB (**Botsuana**); sistemas de previsão e análise de políticas (**Madagáscar**); apoio à transição para o novo quadro operacional da política monetária (**Maurícia**); quadro de previsão da liquidez para nortear as operações de gestão de liquidez (**Comores, Madagáscar e Moçambique**); implementação da política monetária e respetivas operações (**Angola, Comores, Madagáscar, Moçambique e Maurícia**), desenvolvimento do mercado para apoiar a transmissão da política monetária (**Madagáscar e Moçambique**), desenvolvimento das operações cambiais e do mercado cambial (**Moçambique**), intervenções cambiais (**Maurícia e Zâmbia**), e cedência de liquidez de emergência (**Comores**).

**O DC sobre infraestruturas dos mercados financeiros e FinTech incluiu oito atividades de DC.** A rotatividade do pessoal, as alterações nas prioridades de DC e as sobreposições com o trabalho de outros prestadores de assistência técnica (como o Banco Mundial) explicam em grande medida as fraquezas ocorridas na prestação de DC. As atividades de DC incluíram os seguintes aspetos: redação da lei sobre os sistemas nacionais de pagamento (**Moçambique**); reexame e orientação sobre as diretrizes da política de supervisão dos participantes no sistema de pagamento (**Botsuana**); formação personalizada sobre os princípios das infraestruturas do mercado financeiro (**Madagáscar**); atribuição da supervisão e fiscalização da Central de Depósito de Títulos à Autoridade Reguladora das Instituições Financeiras Não Bancárias (**Botsuana**);

supervisão dos prestadores de serviços não bancários (**Essuatíni**); e reforço da capacidade de supervisão e do quadro de gestão de riscos para as infraestruturas do mercado financeiro (**Lesoto**).

**Workshops regionais no EF 2023: Em colaboração com o Departamento de Mercados Monetários e de Capitais, o Centro realizou oito eventos regionais de formação especializada para apresentar a altos funcionários da região novidades nos domínios da moeda digital, das infraestruturas dos mercados financeiros, da política monetária e desenvolvimento de mercados e dos ciber-riscos.** Todos esses eventos proporcionaram uma plataforma para a troca de pontos de vista entre pares. Seis dos eventos regionais foram organizados em formato virtual, um em formato híbrido e um presencialmente. Os temas abrangidos incluíram:



Missão às Comores sobre a implementação e operações de política monetária (julho-agosto de 2022)

#### CAIXA 7. TRANSIÇÃO PARA O REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO (ANGOLA)

Um projeto de assistência técnica do AFRITAC Sul realizou um exame aprofundado do atual quadro das metas relativas à base monetária do Banco Nacional de Angola (BNA) e elaborou uma estratégia para modernizar a política monetária e a transição para um regime de metas de inflação. Alguns dos principais domínios abrangidos pela missão foram as operações

monetárias, a política cambial, o sistema de previsão e análise de políticas, o processo de decisão da política monetária e as comunicações. Aproveitando a assistência técnica prestada anteriormente pelo FMI, o BNA procedeu a várias melhorias nos últimos anos, encontrando-se numa posição inicial globalmente favorável. As principais melhorias realizadas

incluem a adoção de uma nova lei do banco central que confere ao BNA independência operacional *de jure* e um mandato para assegurar a estabilidade dos preços; a transição bem-sucedida para um regime cambial flexível; e avanços nos modelos do sistema de previsão e análise de políticas e processos conexos.

#### CAIXA 8. OPERAÇÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA (COMORES)

O Banco Central dos Comores (BCC), com a assistência do AFRITAC Sul, realizou a sua primeira operação de política monetária de sempre a 27 de julho de 2022. O concurso dizia respeito a uma operação de absorção de liquidez de mil milhões de francos comorianos (cerca de 2 milhões de dólares dos EUA), usando depósitos ao prazo fixo de 32 dias. A tomada de decisão, a comunicação, a licitação e a liquidação das operações correram bem, conforme o esperado. A operação atraiu grande interesse

dos bancos, que apresentaram propostas dentro do prazo e dos limites das taxas de juro estipulados. As missões do Departamento de Mercados Monetários e de Capitais/AFRITAC Sul auxiliaram o BCC na melhoria do seu quadro de previsão e monitorização da liquidez, assim como na preparação para a primeira operação de política monetária. Prestaram também formação a funcionários do BCC sobre vários temas relacionados com as operações de política monetária.

Uma missão de acompanhamento, realizada em dezembro de 2022, ajudou o BCC a calibrar as suas operações de absorção e a estabelecer uma facilidade permanente de cedência de liquidez, ajudando também a melhorar os instrumentos de monitorização e previsão da liquidez. A assistência subsequente focar-se-á em i) ajustar alguns parâmetros das operações do BCC, ii) desenvolver o mercado interbancário, e iii) dar formação a funcionários do BCC e dos bancos.

## CAIXA 9. PROJETOS DE GESTÃO DA DÍVIDA FINANCIADOS PELA IDCCC

No EF2023 foi prestado apoio à elaboração de estratégias de gestão da dívida a médio prazo (Moçambique), à análise da sustentabilidade da dívida (Zâmbia) e à validação e conciliação da base de dados da dívida externa (Zimbabué), através do projeto, financiado pela IDCCC, de reforço da gestão da dívida na África Oriental e Austral.

**Zimbabué:** A assistência técnica apoiou as autoridades na realização de uma validação e conciliação aprofundadas da base de dados da dívida externa, como parte da estratégia para a regularização de atrasados e de alívio e reestruturação da dívida. O processo, realizado em duas fases, começou com uma análise interna do estado da informação sobre a dívida na base de dados do Sistema de Gestão e Análise da Dívida, para aferir se essa informação estava completa, correta e

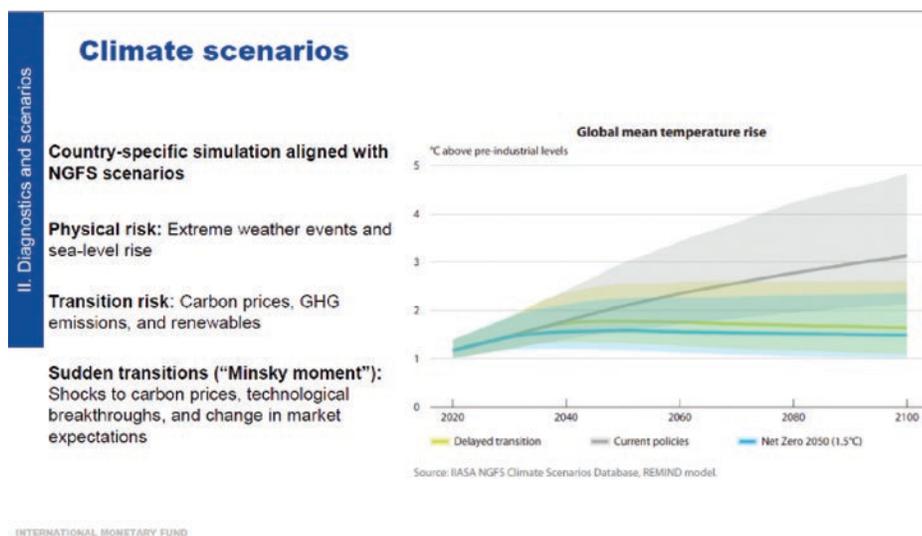
atual. Na segunda etapa, foi realizada uma conciliação detalhada, empréstimo por empréstimo, para verificar a coerência da base de dados com os registos dos credores. A conciliação foi finalizada para todos os credores bilaterais, e espera-se que as autoridades continuem a usar a mesma abordagem e conhecimentos adquiridos para conciliar essa informação com os restantes registos dos credores e para corrigir quaisquer anomalias detetadas.

**Zâmbia:** Os funcionários públicos receberam formação sobre a utilização do Quadro de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixos Rendimentos, do FMI e do Banco Mundial, para avaliar a sustentabilidade da dívida pública e com garantia pública. Servindo-se dos conhecimentos e competências adquiridos durante a formação, espera-se que os funcionários realizem as suas próprias

análises da sustentabilidade da dívida no futuro, que poderão usar como fonte de informação para o orçamento, a estratégia de gestão da dívida e os contactos com os parceiros de desenvolvimento.

**Workshops regionais no EF 2023:** Em colaboração com o Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação, o Departamento de Mercados Monetários e de Capitais e outros parceiros de desenvolvimento das capacidades, o AFRITAC Sul realizou uma ação de formação sobre a utilização do Quadro de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixos Rendimentos. Foi também realizada outra formação sobre a elaboração de um plano anual de endividamento, em conjunto com o AFRITAC Oriental, o Banco Mundial e o Instituto de Gestão Macroeconómica e Financeira da África Oriental e Austral.

- “Moeda Digital: Equilibrar a Inovação e a Regulamentação para uma nova Fronteira”, em colaboração com o Departamento Jurídico, o AFRITAC Oriental, o AFRITAC Ocidental 2 e o Banco da Reserva da África do Sul, que abordou as implicações da adoção de uma moeda digital, considerações jurídicas e regulamentares, a construção de um quadro para a supervisão e fiscalização e a compreensão das implicações da moeda digital para a política monetária e a estabilidade financeira. O *workshop* integrou o *workshop* sobre moedas digitais de bancos centrais, cuja realização estava prevista para o EF2023.
- “Infraestruturas do Mercado Financeiro: Princípios e Práticas”, em colaboração com o Instituto de Formação para África, que focou as normas internacionais aplicáveis às



infraestruturas do mercado financeiro, a fim de construir mercados financeiros robustos e resilientes.

- “Supervisão Prudencial da Cibersegurança - Redação do Manual de Inspeção”, em

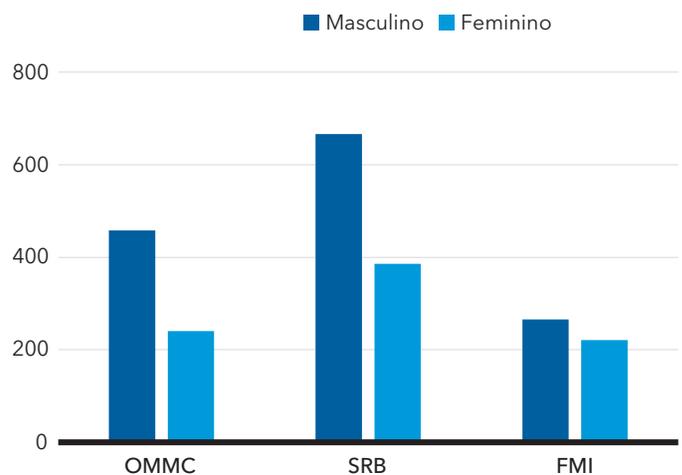
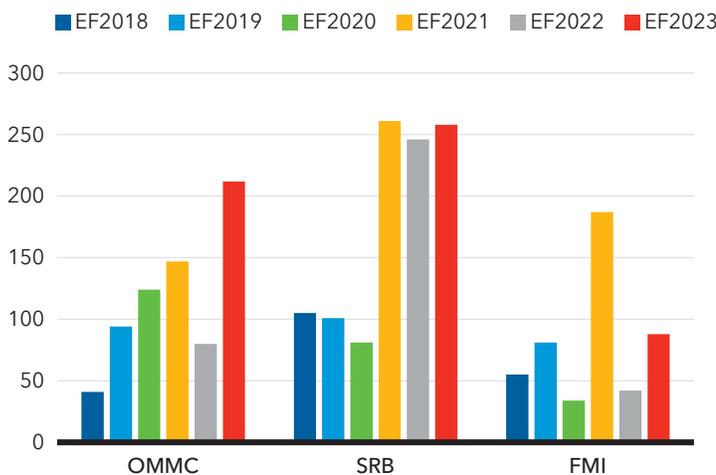
colaboração com a IDCCC, a fim de apoiar os bancos centrais no desenvolvimento de um manual de supervisão para a realização de inspeções presenciais dos riscos de cibersegurança.

- “Supervisão Prudencial da Cibersegurança - Avaliações Presenciais e Indiretas”, em colaboração com a IDCCC, que abordou formas eficientes de proceder a avaliações prudenciais dos riscos de cibersegurança nos bancos supervisionados.
- Webinar sobre “Risco Climático e Estabilidade Financeira”, que incidiu sobre a análise dos riscos climáticos do ponto de vista da regulamentação e abrangeu temas como: i) os canais através dos quais o risco climático influencia a dinâmica macrofinanceira e o risco sistémico; ii) diferentes tipos de riscos climáticos; e iii) a conceção de cenários climáticos e as fontes dos dados e das incertezas.
- “Modernização dos Quadros Operacionais da Política Monetária e Desenvolvimento do Mercado Financeiro”, ao abrigo da atual colaboração com o AFRITAC Oriental, o AFRITAC Ocidental e o AFRITAC Ocidental 2, como parte dos programas de desenvolvimento de capacidades a nível regional, e que abordou as interligações entre os quadros operacionais da política monetária e os mercados financeiros, num ambiente de troca de ideias entre pares.



**Seminário sobre o Desenvolvimento do Mercado de Acordos de Recompra, organizado na África do Sul (11-14 de abril de 2023)**

**FIGURAS 9 E 10. PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÕES DO AFRITAC SUL – VERTENTES DO SETOR FINANCEIRO E MONETÁRIO**



## WORKSHOP SOBRE O REFORÇO DA REGULAMENTAÇÃO DA GOVERNAÇÃO INSTITUCIONAL NO SETOR BANCÁRIO



ELIFAS KAMATI DIRETOR-ADJUNTO DE POLÍTICAS E REGULAMENTAÇÕES BANCO DA NAMÍBIA, REPÚBLICA DA NAMÍBIA

O seminário surgiu num momento oportuno, uma vez que proporcionou ao Banco da Namíbia a oportunidade de se avaliar e refletir sobre o seu desempenho na implementação dos princípios de governação institucional dos bancos. Os temas abordados permitirão melhorar algumas das disposições do nosso quadro regulamentar que não se encontram em plena conformidade com os princípios de governação dos bancos. O workshop permitiu-nos aprender a melhorar as nossas abordagens de supervisão, a fim de garantir que as nossas instituições bancárias adotam bons princípios de governação institucional.



LECKRAZ RAMFUL ANALISTA SENIOR BANCO DA MAURÍCIA

Todos os tópicos abordados durante o seminário proporcionaram-nos conhecimentos fundamentais sobre as boas práticas de governação que devem ser adotadas pelos bancos, bem como sobre a importância do papel da supervisão do conselho de administração. Este será, sem dúvida, o nosso principal objetivo na futura análise dos bancos.

## CURSO SOBRE AS MOEDAS DIGITAIS DE BANCOS CENTRAIS



LUNGILE DLAMINI DIRETORA-GERAL DE OPERAÇÕES BANCO CENTRAL DE ESSUATÍNI

A participação neste curso aprofundou a minha compreensão em relação às CBDC e, em particular, sobre a importância de sermos claros quanto à razão imperiosa para a emissão das CBDC no nosso contexto local, ou seja, tendo em consideração tanto os fatores do lado da procura como do lado da oferta.



JULIA NJOBO CHEFE - SERVIÇOS FINANCEIROS DIGITAIS, LICENCIAMENTO E FINTECH BANCO DE RESERVA DO ZIMBABUÉ

A parte mais interessante consistiu na partilha de experiências que resultaram dos estudos de casos no final de cada sessão. Os debates que se seguiram permitiram aproximar os temas da atualidade e cada membro pôde enquadrar os assuntos no contexto do seu próprio país.

- “Comunicação dos Bancos Centrais” (dois *workshops*), em conjunto com o AFRITAC Oriental e o AFRITAC Ocidental 2, com vista a sensibilizar os participantes para a importância, para os bancos centrais, da transparência e da comunicação, da promoção de boas relações com a comunicação social e da melhoria dos conhecimentos e familiaridade com importantes ferramentas e canais de comunicação, bem como para sensibilizar os países para a comunicação estratégica.
- “Desenvolvimento do Mercado de Acordos de Recompra, em conjunto com o AFRITAC Oriental, o AFRITAC Ocidental 2 e o Banco da Reserva da África do Sul, com o objetivo de apoiar os bancos centrais da região no desenvolvimento dos seus

mercados de acordos de recompra, permitir a partilha das experiências de cada país a fim de identificar as lacunas e as respetivas soluções que devem ser objeto de iniciativas de desenvolvimento específicas em cada país.

**Este evento permitiu a cerca de 558 profissionais (40% dos quais mulheres) - o que representa cerca de 50% do total de beneficiários de formação no EF2023 - a continuarem a reforçar conhecimentos e competências em vários domínios das operações do banco central (Figuras 9 e 10).**

### PRIORIDADES DE DC PARA O EF2024 E A MÉDIO PRAZO

**O plano para o EF2024 inclui 61 missões e 11 *workshops* regionais, representando, no seu conjunto,**

### 36% do total de atividades do AFRITAC Sul para o EF2024.

O programa de desenvolvimento do setor monetário e financeiro do AFRITAC Sul continuará a concentrar-se nas vertentes de trabalho relativas à supervisão e regulamentação bancárias, às operações dos mercados monetário e cambial e às infraestruturas dos mercados financeiros e do *FinTech*, e incluirá o apoio relativo a temas com pertinência mundial. Dentro das vertentes relativas à supervisão e regulamentação bancárias, o plano de DC visa progressos nos seguintes domínios: i) implementação dos requisitos de Basileia II/III, ii) implementação da supervisão baseada no risco, incluindo a identificação e avaliação dos riscos, as notações de risco, o planeamento da ação de supervisão

e o processo de avaliação pelo supervisor, e iii) a cibersegurança. As prioridades para as operações dos mercados monetário e cambial incluem as reformas em curso da política monetária, a facilitação da adoção de boas práticas em matéria de previsões, da implementação e operações da política monetária, divisas, desenvolvimento de mercados

e cedência de liquidez de emergência. O DC relativo a Infraestruturas dos Mercados Financeiros e *FinTech* apoiará a finalização das reformas dos sistemas nacionais de pagamentos e contribuirá para a adoção de boas práticas internacionais de gestão de riscos e de supervisão das infraestruturas dos mercados financeiros (Quadro 5). O Centro

assinala o crescente interesse dos bancos centrais pela moeda digital, as *FinTech* e as iniciativas de pagamentos transfronteiras, incluindo o desenvolvimento e reforço dos sistemas de pagamentos rápidos. O plano para o EF2024 dá resposta à procura pelos domínios tradicionais, mas também por estes domínios em crescimento.

## QUADRO 5. PRIORIDADES PARA O EF2024 E A MÉDIO PRAZO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES MONETÁRIO E FINANCEIRO

Supervisão e regulamentação financeiras	
Reformas da regulamentação - Basileia II/III	Governança institucional do setor bancário
Reforço da regulamentação do quadro de supervisão baseada nos riscos	Supervisão da cibersegurança
Regulamentação e supervisão dos riscos financeiros relacionados com o clima	
Operações dos mercados monetário e cambial	
Previsão e análise de políticas	Quadro de cedência de liquidez em situação de emergência
ME: operações e implementação de políticas	Implementação e operações de política monetária
Comunicação da política monetária	Digitalização das operações dos bancos centrais
Governança e transparência dos bancos centrais	Gestão da dívida
Infraestrutura do mercado financeiro e <i>FinTech</i>	
IMF e legislação e regulamentação no domínio das tecnologias financeiras	Revisão das avaliações dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro (PFMI)
Supervisão do sistema de pagamentos	Pagamentos digitais
Gestão da dívida (IDCCC)	
Formulação da estratégia de gestão da dívida a médio prazo	Plano anual de contração de empréstimos, plano de emissão
Gestão soberana dos ativos e passivos	Relações com investidores
Avaliação do risco da carteira de dívida	Emissão de obrigações internacionais, registo, relato e controlo da dívida
Acordos institucionais e jurídicos para a gestão da dívida Registo, relato e controlo da dívida	Desenvolvimento do mercado obrigacionista em moeda local
Análise de sustentabilidade da dívida	Disposições institucionais e jurídicas para a gestão da dívida

## PROGRAMA DE ESTATÍSTICAS

**EXECUÇÃO NO EF2023**

O programa relativo às estatísticas continuou a apoiar os países no sentido de melhorar as estatísticas do setor real, em termos da sua cobertura, periodicidade e pontualidade, e a intensificar o diálogo com países frágeis. No final de abril, cerca de 79% dos objetivos fixados já tinham sido atingidos, na totalidade ou em grande parte. As principais realizações dos países membros durante a Fase

II incluíram: a identificação de fontes de dados alternativas para as estimativas do PIB, devido à COVID-19 (**Botsuana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Seicheles e África do Sul**); a divulgação do PIB trimestral (**Angola, Essuatíni, Lesoto, Madagáscar e Namíbia**); a divulgação do PIB trimestral na ótica da produção, a preços correntes (**Essuatíni**); o primeiro ajustamento sazonal e avaliação da qualidade do PIB e a divulgação de

uma série experimental de contas nacionais trimestrais ajustadas sazonalmente (**Angola**); a compilação de estimativas das contas nacionais para anos recentes (**Comores**); a coerência das estimativas das contas nacionais com as estimativas da balança de pagamentos e a divulgação do PIB trimestral na ótica da produção e a preços correntes (**Essuatíni**); a compilação e divulgação de contas financeiras e balanços financeiros



**Workshop sobre Fundamentos das Estatísticas de Preços organizado no Lesoto (27 de fevereiro a 3 de março de 2023)**

setoriais trimestrais (**Maurícia**); a harmonização da abordagem de ajuste sazonal para o comércio de retalho e a série pertinente sobre o consumo final das famílias (**África do Sul**); a divulgação das contas nacionais anuais e trimestrais rebaseadas (**Botsuana, Maurícia, Moçambique, Seicheles, África do Sul**); e a divulgação de estimativas atualizadas do índice de preços no consumidor (**Botsuana, Lesoto e Seicheles**), assim como do índice de preços no produtor para a indústria transformadora e os serviços públicos (**Botsuana**).

**O Centro realizou 39 missões de assistência técnica e três seminários regionais - uma taxa de execução de 83% para a região do AFRITAC Sul e de 84% para o grupo de Estados frágeis e afetados por conflitos (Quadro 4).** O apoio ao DC incluiu os seguintes aspetos: atualização da base das contas nacionais anuais e melhoria das contas nacionais trimestrais (**Angola, Botsuana, Comores, Essuatíni,**

**Lesoto, Madagáscar, Moçambique, Namíbia, Seicheles e Zimbabué**); tabelas para o processamento do PIB (**Madagáscar**); melhoria das estimativas do PIB (**Angola, Botsuana, Comores, Lesoto e Zimbabué**); elaboração de contas financeiras e balanços financeiros setoriais trimestrais (**Maurícia**), atualização do índice de preços no consumidor (**Angola, Comores, Essuatíni, Madagáscar e Seicheles**); elaboração/melhoria de um índice de preços no produtor (**Botsuana, Essuatíni, Namíbia, Seicheles, Zâmbia e Zimbabué**); e elaboração de um índice de preços residenciais (**Maurícia e África do Sul**).

**Programa de Destacamentos Profissionais (Essuatíni):** O AFRITAC Sul financiou um plano de ação prioritário para ajudar o Gabinete Central de Estatísticas do Essuatíni a identificar requisitos para um novo sistema informático destinado a compilar o índice de preços no consumidor e o índice de preços no

**produtor com base nas melhores práticas internacionais, conforme as aplicadas na África do Sul.** O Stats SA, o instituto de estatística da África do Sul, introduziu recentemente novos sistemas informáticos para a recolha e compilação destes dois índices. O evento permitiu a três funcionários do Essuatíni compreenderem melhor o processo de desenvolvimento e as características técnicas dos sistemas sul africanos. Foram apresentadas as metodologias usadas pela Stats SA para recolher os índices de preços no consumidor e no produtor, bem como o processo de documentação das necessidades dos utilizadores, que poderia ser usado num novo sistema no Essuatíni.

**Workshops regionais no EF 2023: Em colaboração com o Departamento de Estatística, o AFRITAC Sul organizou três ações de formação regionais, que permitiram a cerca de 104 funcionários (dos quais 40% eram mulheres) de agências de estatística**

## CAIXA 10. ÍNDICE DE PREÇOS RESIDENCIAIS (ÁFRICA DO SUL)

**Na sequência do pedido do Banco da Reserva da África do Sul, o Stats SA, o instituto de estatística do país, compilou um IPR oficial.** Um índice de preços residenciais pode ser usado para acompanhar as alterações no património das famílias, medir a estabilidade financeira e dos preços e ajudar as pessoas a tomarem decisões sobre a compra ou venda de um imóvel. A elaboração do novo índice apoia a missão estratégia do Stats SA de “transformar a produção, coordenação e utilização de estatísticas através da otimização, de parcerias e da inovação”. Em 2020, o FMI publicou um manual para ajudar os países a compilar um índice de preços residenciais em conformidade com as boas práticas internacionais. O AFRITAC Sul tem prestado apoio técnico ao

Stats SA ao longo do projeto. Por isso, a metodologia do índice de preços residenciais cumpre na íntegra os métodos e normas internacionais. O IPR é compilado com base em dados do registo de escrituras, que contém os registos legais de propriedade de bens imobiliários na África do Sul. Por se tratar de uma base de dados administrativa, são necessários trabalhos de monta para tornar os dados adequados ao processamento e análise estatísticos. Uma vez que cada bem é único e vendido com pouca frequência, um dos principais desafios da compilação de um índice de preços residenciais é evitar que os resultados sejam afetados pelas diferenças entre os bens vendidos em cada período. O Stats SA utilizará, por conseguinte, um modelo de regressão hedónica para

calcular o índice. A regressão hedónica usa todas as transações disponíveis num período e ajusta os dados em função de diferenças na localização, no tamanho do bem e em função de o bem se tratar de uma unidade autónoma ou de uma fração de um imóvel maior. O modelo de regressão gera coeficientes através da utilização de dados referentes ao mês em curso e aos 11 meses anteriores, formando um índice encadeado. Os resultados iniciais são voláteis, pelo que é usado um algoritmo de suavização para destacar a principal tendência. Foram calculados índices para cada um dos oito municípios metropolitanos, os quais estão agregados num índice global. O aumento global dos preços da habitação foi de 228%, entre janeiro de 2010 e abril de 2022.

melhorarem os seus conhecimentos e capacidades analíticas no domínio das contas nacionais e das estatísticas de preços, incluindo o índice de preços no produtor (Figuras 11 e 12).

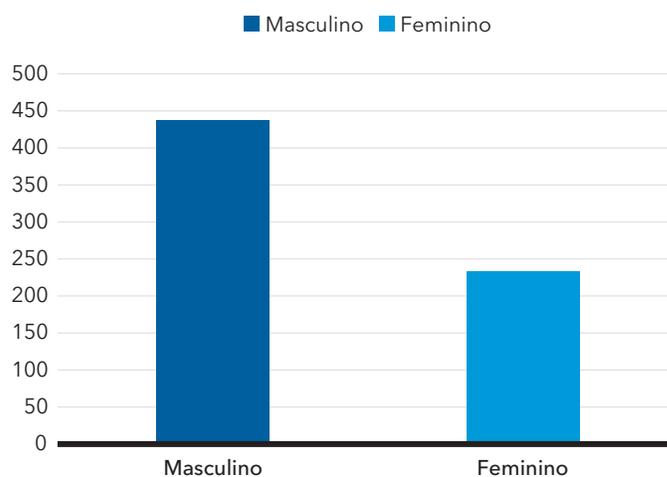
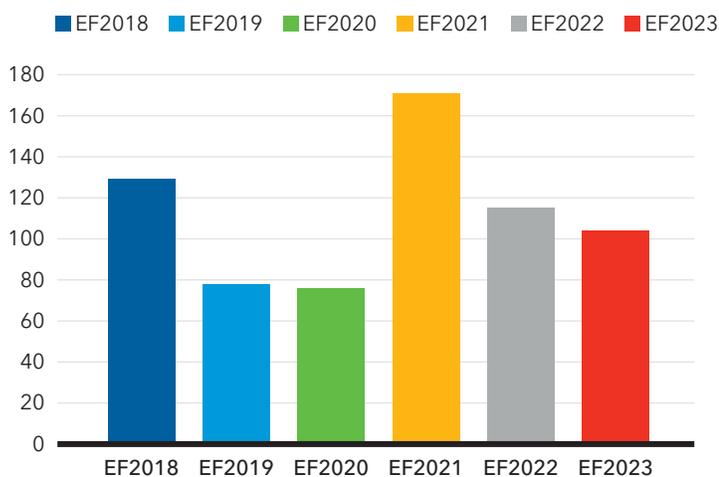
Um *workshop* sobre “Competências analíticas para as contas nacionais”, organizado presencialmente, permitiu compreender as competências analíticas fundamentais necessárias para compilar e divulgar estimativas do PIB. Um *workshop* virtual sobre “Elaboração de um Índice de Preços no Produtor” (IPP) focou-se no desenvolvimento de capacidades para reforçar os conhecimentos dos participantes sobre conceitos e métodos aplicáveis ao IPP, e um *workshop* sobre “Fundamentos das Estatísticas de Preços”, realizado presencialmente no Lesoto, centrou-se no reforço de capacidades para reforçar os conhecimentos dos participantes sobre conceitos e métodos gerais aplicáveis à compilação de índices de preços.

#### QUADRO 6. EXECUÇÃO DO PLANO DE DC PARA O EF2023 – PROGRAMA DE ESTATÍSTICAS

	Plano revisto	Execução	Taxa de execução
Angola	4	4	100%
Botsuana	3	3	100%
Comores	7	5	71%
Essuatíni	4	2	50%
Lesoto	3	3	100%
Madagáscar	3	2	67%
Maurícia	2	2	100%
Moçambique	2	2	100%
Namíbia	3	2	67%
Regional 1/	3	3	100%
Seicheles	4	5	125%
África do Sul	3	2	67%
Zâmbia	3	1	33%
Zimbabué	3	3	100%
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>39</b>	<b>83%</b>
Taxa de execução		83%	
d/q: EFAC		84%	

1/ Refere-se a *workshops* regionais, seminários, cursos e webinários.

#### FIGURAS 11 E 12. PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÕES DO AFRITAC SUL – VERTENTES SOBRE ESTATÍSTICAS



## PRIORIDADES DE DC PARA O EF2024 E A MÉDIO PRAZO

As prioridades relativamente às estatísticas do setor real permanecem, no geral, inalteradas. O plano proposto prevê 29 missões de assistência técnica, que representam

cerca de 14% o total de atividades para o EF2024 e que apoiarão as agências nacionais de estatística a continuarem a melhorar as contas nacionais (PIB anual e trimestral) e as estatísticas de preços, com base em metodologias estatísticas e práticas de compilação aceites (Quadro 7).

Com a redução de um assessor residente responsável pelas contas nacionais, o Centro tentará assegurar, na medida do possível, que qualquer eventual redução do apoio ao desenvolvimento de capacidades prestado pelo AFRITAC Sul seja compensada pela Sede do FMI.

### QUADRO 7. PRIORIDADES PARA O EF2024 E A MÉDIO PRAZO – PROGRAMA DE ESTATÍSTICAS

#### Prioridades para o EF2024 e a médio prazo – Programa de estatísticas

Divulgação das estimativas do PIB anual rebaseadas/revistas/melhoradas e planeamento da atualização da base

Desenvolvimento/melhoria/divulgação das contas nacionais trimestrais

Validação e divulgação das contas e balanços financeiros

Atualização/melhoria do índice de preços no consumidor

### CAIXA 11. NOVO ASSESSOR RESIDENTE ESPECIALIZADO EM ESTATÍSTICAS DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Na reunião de junho de 2023, o Comitê de Pilotagem reconheceu a necessidade de desenvolver capacidades nos domínios das estatísticas das finanças públicas e das estatísticas da dívida do setor público, a fim de melhorar a abrangência, metodologia e periodicidade das estatísticas nesta matéria. Estes domínios são também apoiados pelas recentes análises realizadas pelas equipas do FMI/ Departamento de África, que apelam à migração do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 86/01 para o Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 2014, a fim de assegurar um melhor alinhamento com o Sistema de Contas Nacionais 2008 e com a 6.ª edição do Manual da Balança de Pagamentos, de colmatar incoerências nos dados e uma abrangência deficiente, e de melhorar a comunicação de dados orçamentais. O apoio prestado aos países membros no domínio das estatísticas das finanças públicas contribuirá para melhorar a gestão da dívida,

a comunicação de riscos orçamentais decorrentes das empresas estatais e a previsão e análise de políticas. Em coordenação com o Departamento de Estatística, incumbirá ao assessor:

- preparar planos de trabalho anuais para a assistência técnica, formações e destacamentos de profissionais para países membros específicos, com base na procura e na avaliação das necessidades efetuada pelo Departamento de Estatística e as equipas de país, bem como nos compromissos assumidos pelo país a nível regional (especialmente com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e o Mercado Comum para a África Oriental e Austral), e nos pontos de vista dos parceiros de desenvolvimento;
- prestar formação personalizada nos países sobre estatísticas das finanças públicas e estatísticas da dívida do setor público às agências nacionais

de estatística, dependendo do seu nível de progresso, e organizar programas de destacamento de profissionais;

- prestar aconselhamento sobre as disposições institucionais necessárias para criar plataformas a fim de debater a colaboração sobre intercâmbios de dados e de recolher eficazmente dados para a produção e divulgação de estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público; e
- contribuir para a análise da legislação em vigor, a fim de apoiar boas práticas estatísticas.

**O AFRITAC Sul está atualmente a trabalhar com o Departamento de Estatística para finalizar a contratação do novo assessor especializado em estatísticas das finanças públicas, que deverá assumir funções no início de 2024.**

# TRABALHO SOBRE QUESTÕES JURÍDICAS, INCLUINDO O CBC/FT<sup>11</sup>

## EXECUÇÃO NO EF2023

### O desenvolvimento de capacidades em matéria de legislação fiscal e financeira continua a ser liderado e apoiado pelo Departamento Jurídico.

Ao longo do EF2023, o AFRITAC Sul financiou 11 missões de assistência técnica e outros compromissos de desenvolvimento de capacidades (por exemplo, trabalho administrativo), incluindo três missões a Estados frágeis e afetados por conflitos. Por exemplo, as seguintes atividades de desenvolvimento de capacidades foram lideradas pelo Departamento Jurídico e financiadas pelo AFRITAC Sul: reforma da legislação fiscal (**Botsuana**, em colaboração com o Departamento de Finanças Públicas); redação de legislação sobre o sistema nacional de pagamentos (**Moçambique**, em colaboração com o Departamento de Mercados Monetários e de Capitais); reforma da legislação aduaneira (**Madagáscar** e **Comores**, em colaboração com o Departamento de Finanças Públicas); reforma jurídica do quadro de resolução bancária (**Seicheles**), em

colaboração com o Departamento de Mercados Monetários e de Capitais); reforma do quadro jurídico para a gestão da dívida pública (**Lesoto**). O Departamento Jurídico também tem prestado DC noutros países do AFRITAC Sul, por exemplo, relativamente ao quadro jurídico dos bancos centrais (**Botsuana, Lesoto e Maurícia**), moedas digitais de bancos centrais (**Lesoto e Maurícia**), quadro jurídico dos sistemas de pagamento (**Botsuana**) e quadro jurídico da atividade bancária e da resolução bancária (**Botsuana e Namíbia**).

## PRIORIDADES PARA O EF2024 E A MÉDIO PRAZO

No futuro, o AFRITAC Sul, em colaboração com o Departamento Jurídico e outros Departamentos de Desenvolvimento das Capacidades, continuarão a apoiar os países membros para que melhorem a sua legislação fiscal e financeira. O plano para o EF2024 inclui DC sobre a legislação bancária (**Maurícia**) e aduaneira (**Comores**). O novo assessor residente mobilizado pelo Departamento

Jurídico para a África Subsariana prestará apoio relativamente aos aspetos jurídicos da governação e do combate à corrupção.<sup>12</sup> Apoiará também as autoridades na conceção e implementação de políticas de combate à corrupção, na legislação e regulamentação e no domínio das instituições e das medidas a tomar, a fim de fazer avançar a agenda de governação e de combate à corrupção. Especificamente para a região do AFRITAC Sul, o plano para o EF2024 inclui a prestação de assistência técnica de seguimento, prestada pelo Departamento Jurídico, para apoiar a aplicação das recomendações em matéria de Estado de direito e combate à corrupção feitas no diagnóstico sobre a **Zâmbia**. Inclui também um curso para vários países sobre “Abordagens Jurídicas, Organizacionais e Estratégias para Enfrentar a Corrupção”, em colaboração com o Instituto de Formação para África e o AFRITAC Ocidental 2. Os assessores trabalharão também em projetos com países não membros do AFRITAC Sul.

<sup>11</sup> O trabalho do FMI no domínio do combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) abrange várias dimensões para além das considerações jurídicas, como, por exemplo, os quadros regulamentares, as práticas de supervisão, os procedimentos operacionais e a colaboração internacional, entre outros.

<sup>12</sup> O assessor apoiará também países não membros do AFRITAC Sul.

## CAIXA 12. FUNDO FIDUCIÁRIO TEMÁTICO PARA O CBC/FT

Os países membros do AFRITAC Sul continuaram a receber DC em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) financiado pelo Fundo Fiduciário Temático para esta matéria.

O apoio prestado no EF2023 inclui a seguinte assistência técnica e formação:

- Assistência focada no reforço do quadro jurídico e regulamentar, na implementação de uma abordagem baseada nos riscos para a supervisão do setor financeiro em termos de CBC/FT, no reforço das unidades de informação financeira e na melhoria das relações de correspondência bancária (**Angola**);
- Elaboração e implementação de uma abordagem robusta e eficaz, baseada nos riscos, para a supervisão do combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (**Botsuana**);
- Uma formação presencial, com vários países, sobre bancos correspondentes, realizada em

conjunto com o Fundo Mundial da UE para o CBC/FT e o Banco das Maurícia (para os países do Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral);

- Um curso *online* sobre “Transparência dos Beneficiários Efetivos: das recomendações técnicas à implementação”, em colaboração com o Fundo Mundial da UE para o CBC/FT (**países da África Subsariana**);
- Assistência técnica para colmatar as lacunas identificadas durante a avaliação mútua em matéria de CBC/FT (**Namíbia**);
- Uma formação em formato virtual, com vários países, sobre ativos virtuais e prestadores de serviços de ativos virtuais (**países da África Subsariana**).

**Com o apoio do Fundo Fiduciário Temático para o CBC/FT, temos um assessor regional para a região de África e estamos a recrutar mais um assessor para reforçar ainda mais**

**as nossas capacidades na região.**

Estes assessores desempenham um papel fulcral na medida em que colaboram de perto com o AFRITAC Sul, trabalham em conjunto em domínios comuns e intensificam os esforços de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

**No futuro, as prioridades para a região centrar-se-ão na continuação dos projetos no Botsuana e na Namíbia e na colaboração com a instância regional instituída segundo o modelo do Grupo de Ação Financeira sobre o Branqueamento de Capitais (o Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral), com vista a reforçar os sistemas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo na região.** No EF2024, o Fundo Fiduciário Temático organizará duas ações de formação sobre o financiamento do terrorismo e os ativos virtuais.

# PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES

## EXECUÇÃO NO EF2023

O AFRITAC Sul, em colaboração com o Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, realizou três cursos, que permitiram a cerca de 102 profissionais (40% dos quais mulheres) dos bancos centrais e ministérios das finanças reforçarem conhecimentos sobre previsões imediatas ("nowcasting"), moedas digitais dos bancos centrais e desenvolvimento financeiro e inclusão financeira.

O Centro continuou também a colaborar com o Instituto de Formação para África, através da participação de assessores do AFRITAC Sul em cursos desse instituto. Os três cursos enumerados em seguida foram muito apreciados pelos participantes.

- O curso presencial sobre moedas digitais de bancos centrais incluiu uma seleção de questões fundamentais sobre a concepção, características e papel dessas moedas. Apresentou os benefícios, custos e riscos decorrentes da emissão de uma moeda digital do banco central, no que toca à transmissão da política monetária e à inclusão, integridade e estabilidade financeiras. Debateu ainda questões regulamentares e considerações internacionais. O curso deu aos participantes conhecimentos de base



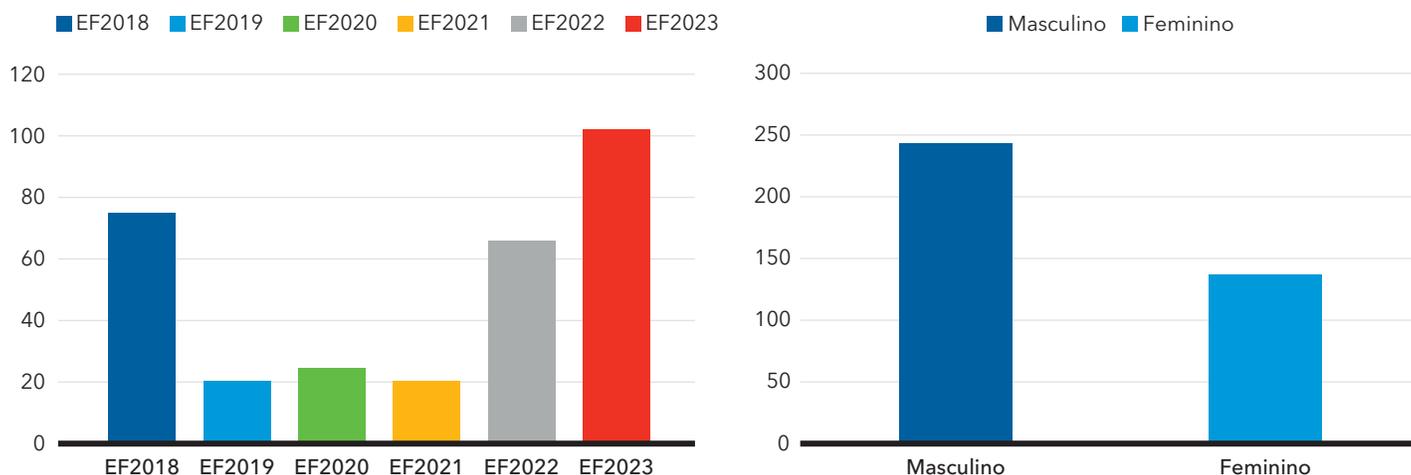
**Curso sobre moedas digitais dos bancos centrais na Maurícia (7-11 de novembro de 2022)**

sobre as moedas digitais de bancos centrais e avaliou os argumentos em favor da adoção de uma moeda digital, do ponto de vista dos utilizadores e dos bancos centrais.

- O curso sobre desenvolvimento financeiro e inclusão financeira, realizado presencialmente, introduziu a inclusão financeira como dimensão indispensável do

desenvolvimento financeiro. Os assuntos tratados incluíram: os indicadores atualmente em uso para medir o desenvolvimento financeiro; o impacto macroeconómico; as principais estratégias políticas para promover o desenvolvimento e a inclusão financeiras; a forma como os países podem desenvolver mercados de capitais (mercados bolsista e de obrigações); estratégias

## FIGURAS 13 E 14. PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÕES DO AFRITAC SUL – CURSOS DO INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES



para aumentar o acesso das PME ao financiamento; elaboração de um programa de literacia financeira para aumentar a inclusão financeira; e o potencial da tecnologia financeira (*FinTech*) para promover a inclusão financeira.

- O curso virtual sobre “Previsões Imediatas”, realizado em colaboração com o Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades e o Instituto de Formação para África visou funcionários séniores dos ministérios das finanças, dos bancos centrais e das agências de estatística. Os temas abrangidos incluíram: métodos de elaboração

de previsões imediatas; tipos de dados e técnicas para desenvolver indicadores de alta frequência; e duas abordagens de modelagem (modelos de fatores e aprendizagem automática) que permitem a integração de indicadores de dados de frequência mista nas previsões imediatas e prognósticos do PIB.

### PRIORIDADES PARA O EF2024 E A MÉDIO PRAZO

**A estratégia de formação do AFRITAC Sul concentra-se em assegurar o contacto dos participantes com temas prioritários e em alargar o acesso a cursos que poderão não ser realizados**

**no âmbito do Instituto de Formação para África e/ou que sejam muito procurados.** Em colaboração com o Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades e o Instituto de Formação para África, o AFRITAC Sul realizará dois cursos sobre o clima: o conhecido “Macroeconomia das Alterações Climáticas” e um *workshop* mais pormenorizado sobre “Alterações Climáticas e Políticas Macrofinanceiras”. Além disso, o Centro realizará um curso sobre “Supervisão do Setor Financeiro” e, pela primeira vez na região do AFRITAC Sul, um curso de modelagem mais avançado sobre “Análise de Política Monetária e Orçamental usando Modelos DSGE”.



**SECÇÃO V**

ORÇAMENTO  
E FINANCIAMENTO

# ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO

**As estimativas iniciais para o orçamento do EF2023, de 13,3 milhões de dólares dos EUA, previam um crescimento significativo no volume de DC, um aumento da formação presencial e um desembolso da totalidade das contribuições pendentes dos países membros.**

Com base na execução durante o primeiro semestre, e face às preocupações quanto à liquidez no futuro, o AFRITAC Sul apresentou um plano revisto para o desenvolvimento de capacidades na reunião intercalar do Comité de Pilotagem, realizada em dezembro de 2022, com dois cenários: um com um orçamento de 9,6 milhões de dólares dos EUA, tendo em conta os recursos disponíveis, e outro de 10,5 milhões, contando com os desembolsos dos países com contribuições pendentes.

**Após os atrasos verificados nesses desembolsos, o AFRITAC Sul reviu o plano de desenvolvimento de capacidades no último trimestre do EF2023.** O AFRITAC Sul solicitou aos Departamentos de Desenvolvimento das Capacidades que financiassem algumas atividades de DC e adiou outras para o EF2024, especialmente as missões não urgentes e

não confirmadas. O AFRITAC Sul terminou o exercício com um total de despesas de 10,3 milhões de dólares dos EUA, um montante 7% superior ao previsto no orçamento de funcionamento conservador apresentado durante a reunião intercalar do Comité de Pilotagem para o EF2023<sup>13</sup>. O Centro colmatará essa lacuna com os contributos pendentes dos países membros. As despesas totais da Fase II ascenderam a 54,6 milhões de dólares dos EUA, contra a estimativa de 59,4 milhões do programa da Fase II (Quadro 8). O total dos contributos recebidos dos parceiros e países membros ascendeu a 51,3 milhões de dólares dos EUA (Quadro 9).

**O programa da Fase III do AFRITAC Sul prevê um orçamento de 59,4 milhões de dólares dos EUA para os próximos cinco anos - a mesma quantia do que a estimativa do programa para a Fase II.** No final de julho de 2023, o total de promessas dos doadores (UE, Suíça e Alemanha), dos países membros (Maurícia e Botsuana) e do FMI ascendia a 25,1 milhões de dólares dos EUA, restando, portanto, uma lacuna de financiamento de 34,3 milhões de dólares dos EUA

<sup>13</sup> Algumas das despesas do EF23 ainda não foram liquidadas. O Centro apresentará os números finais no relatório intercalar.

**QUADRO 8. FASE II DO AFRITAC SUL, EXECUÇÃO DO EF2023 E ESTIMATIVAS ORÇAMENTAIS PARA O EF2024 (EM MILHARES DE DÓLARES DOS EUA)**

Programa de financiamento	Fase II						Fase III
	Síntese da fase			EF2023			EF2024 Orçamento de trabalho
	Orçamento do programa	Orçamento de trabalho	Despesas	Orçamento de trabalho	Despesas	Execução (%)	
Gestão das finanças públicas	15.238	12.974	13.264	1.756	2.017	115%	2.287
Administração aduaneira	5.133	6.498	6.699	1.051	1.206	115%	1.074
Administração tributária	5.179	5.666	5.854	894	1.060	119%	1.041
Supervisão e regulamentação bancárias	5.047	4.356	4.473	934	1.033	111%	900
Operações de política monetária	5.047	3.986	4.022	749	779	104%	1.088
Infraestruturas do mercado financeiro	2.514	2.180	2.089	544	455	84%	601
Estatísticas do setor real	7.719	6.705	6.751	1.391	1.417	102%	1.203
Legislação fiscal e financeira	1.214	1.060	1.110	119	186	157%	300
Projeto administrativo	3.662	3.820	3.740	860	779	91%	745
Formação personalizada	122	-	-	-	-	-	-
Projeto de formação	525	1.050	1.134	321	358	112%	701
Governança e avaliação	686	421	388	50	17	35%	77
Reserva orçamental estratégica	1.000	-	-	-	-	-	200
<b>Subtotal</b>	<b>53.087</b>	<b>48.717</b>	<b>49.525</b>	<b>8.668</b>	<b>9.309</b>	<b>107%</b>	<b>10.217</b>
<b>Gestão do fundo fiduciário</b>	<b>3.716</b>	<b>3.410</b>	<b>3.467</b>	<b>607</b>	<b>652</b>		<b>715</b>
<b>Total</b>	<b>56.803</b>	<b>52.127</b>	<b>52.992</b>	<b>9.275</b>	<b>9.960</b>	<b>107%</b>	<b>10.932</b>
<b>Despesas do FMI</b>	<b>2.600</b>	<b>2.625</b>	<b>1.647</b>	<b>300</b>	<b>309</b>	<b>103%</b>	<b>482</b>
<b>Total</b>	<b>59.403</b>	<b>54.752</b>	<b>54.639</b>	<b>9.575</b>	<b>10.269</b>	<b>107%</b>	<b>11.414</b>

(Quadro 10). O FMI está a organizar consultas com outros parceiros acerca das suas contribuições financeiras para a Fase III do AFRITAC Sul.

**O acordo da UE em desembolsar a totalidade do montante prometido no início da Fase III, e os compromissos precoces dos países membros e de outros parceiros doadores assegurarão a liquidez necessária para financiar os planos para os EF2024 e EF2025.** O AFRITAC Sul toma também nota da redução dos montantes prometidos para a Fase III por alguns importantes doadores, bem como dos possíveis atrasos na finalização das Cartas de Entendimento por parte de alguns

países membros durante a Fase III. O AFRITAC Sul, em colaboração com a Sede, adotou disposições temporárias, a título de medida cautelar, para aceder a outras fontes de financiamento, nomeadamente para três novos cargos de assessor residente para a Fase III. Tal inclui financiamento do desenvolvimento de capacidades em matéria de gestão da dívida pela IDCCC e em matéria de governação e combate à corrupção pelo Departamento Jurídico no EF2024. Os trabalhos sobre as previsões imediatas/sistema de previsão e análise de políticas serão liderados pelo assessor residente apoiado pelo Departamento

de Mercados Monetários e de Capitais. A análise estratégica a 5 anos do desenvolvimento das capacidades do FMI, atualmente em curso, contemplará formas de reforçar a presença do FMI no terreno, incluindo o seu modelo de governação e financiamento.

**O orçamento para o EF2024 está estimado em 11,4 milhões de dólares dos EUA, 41% dos quais afetados ao apoio às vertentes de trabalho sobre questões orçamentais, 24% às vertentes sobre questões monetárias e financeiras e 11% às vertentes sobre estatísticas.** No início do EF2024, o FMI começará a cobrir parte das despesas administrativas.

**QUADRO 9. CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A FASE II DO AFRITAC SUL (EM MILHÕES DE DÓLARES DOS EUA)**

Informação sobre o acordo/emenda					Contribuição recebida		Contribuição esperada (USD)	
Parceiros/membros	Data de assinatura <sup>1/</sup>	Moeda	Montante	USD	Moeda acordada	USD	Solicitado	Contribuições futuras <sup>2/</sup>
<b>Parceiros</b>				<b>44,4</b>		<b>45,5</b>	<b>-</b>	<b>0,02</b>
Austrália	5/23/2016	AUD	0,3	0,2	0,3	0,2	-	-
China	7/13/2018	USD	2,0	2,0	2,0	2,0	-	-
Comissão Europeia	6/15/2021	EUR	21,0	24,7	21,0	25,6	-	-
Banco Europeu de Investimento	4/19/2018	EUR	0,2	0,2	0,2	0,2	-	-
Alemanha	12/11/2018	EUR	2,5	2,8	2,5	2,8	-	-
Alemanha	11/30/2017	EUR	2,5	3,0	2,5	2,9	-	-
Países Baixos	11/6/2015	EUR	1,0	1,1	1,0	1,2	-	-
Suíça	10/8/2016	CHF	5,0	5,1	5,0	5,1	-	-
Reino Unido	10/11/2017	GBP	1,1	1,5	1,1	1,5	-	-
Reino Unido	12/12/2018	GBP	3,0	3,7	3,0	3,8	-	0,02
<b>Membros</b>				<b>4,0</b>		<b>3,4</b>	<b>0,6</b>	<b>-</b>
Angola	10/1/2018	USD	0,3	0,3	0,3	0,3	-	-
Botsuana	8/28/2017	USD	0,5	0,5	0,5	0,5	-	-
Madagáscar	12/21/2018	USD	0,5	0,5	0,4	0,4	0,1	-
República de Moçambique	12/22/2017	USD	0,5	0,5	0,5	0,5	-	-
Namíbia	12/2/2019	USD	0,5	0,5	0,5	0,5	-	-
Seicheles	12/20/2017	USD	0,5	0,5	0,5	0,5	-	-
África do Sul	3/21/2018	USD	0,3	0,3	0,3	0,3	-	-
Zâmbia	8/28/2017	USD	0,5	0,5	0,5	0,5	-	-
Zimbabué	5/11/2022	USD	0,5	0,5	-	-	0,5	-
<b>Parceiros e membros, total</b>				<b>48,4</b>	<b>-</b>	<b>48,9</b>	<b>0,6</b>	<b>0,02</b>
<b>Total de transferências internas<sup>3/</sup></b>				<b>0,4</b>		<b>0,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Em negociação</b>								
Comores		USD	0,5	0,5				
Essuatíni		USD	0,5	0,5				
Lesoto		USD	0,5	0,5				
<b>Em negociação, total</b>				<b>1,5</b>				
País anfitrião e FMI								
País anfitrião								
Numerário		USD	2,0	2,0				
Em espécie				-				
<b>FMI</b>				<b>2,6</b>		<b>2,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>País anfitrião e FMI, total</b>				<b>4,6</b>				
<b>Total geral</b>				<b>54,9</b>		<b>51,3</b>	<b>0,6</b>	<b>0,02</b>

1/ Pode também referir-se a acordos que estão em vias de negociação e à data de aprovação de acordos de Parcerias de Desenvolvimento de Capacidades (como acordos flexíveis/acordos-quadro).

2/ A contribuição futura é indicada como zero caso as parcelas já tenham sido recebidas.

3/ Refere-se a transferências de uma fase do programa para outra (por exemplo, encaminhamento de fase) e inclui a contribuição da conta da Iniciativa COVID19 no valor de 240 mil USD.

**QUADRO 10. CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A FASE III DO AFRITAC SUL (EM MILHÕES DE DÓLARES DOS EUA)**

Informação sobre o acordo/emenda			Contribuição	Contribuição esperada (USD)	
Parceiros/membros	Data de assinatura <sup>1/</sup>	USD	USD	Solicitado	Contribuições futuras <sup>2/</sup>
<b>Parceiros</b>		<b>12,3</b>	<b>11,3</b>	-	<b>1,1</b>
Comissão Europeia	5/22/2023	9,1			
Alemanha	12/22/2022	1,1	-	-	1,1
Suíça	11/14/2022	2,1	2,1	-	-
<b>Membros</b>		<b>0,5</b>	-	<b>0,1</b>	<b>0,4</b>
Botsuana	3/28/2023	0,5	-	0,1	0,4
<b>Parceiros e membros, total</b>		<b>12,8</b>	<b>11,3</b>	<b>0,1</b>	<b>1,5</b>
<b>Em negociação</b>					
Comissão Europeia		5,5			
<b>Em negociação, total</b>		<b>5,5</b>			
<b>País anfitrião</b>					
Numerário		4,0	1,6	-	2,4
Em espécie		-			
<b>FMI</b>		<b>2,8</b>			
<b>País anfitrião e FMI, total</b>		<b>6,8</b>			
<b>Total geral</b>		<b>25,1</b>	<b>12,9</b>	<b>0,1</b>	<b>3,9</b>
Orçamento programático		59,4			
		<b>(34,3)</b>			

1/ Pode também referir-se a acordos que estão em vias de negociação e à data de aprovação de acordos de Parcerias de Desenvolvimento de Capacidades (como acordos flexíveis/acordos-quadro).

2/ A contribuição futura é indicada como zero caso as parcelas já tenham sido recebidas.



# ANEXOS

# Anexo I

## Execução do plano de trabalho para o exercício de 2023

Programa de financiamento	País	Tema	Plano do EF23	EF23 revisto (nov 2022)	Execução efetiva do EF23	Modalidade de prestação
SRB	Regional	Supervisão prudencial da cibersegurança - avaliações no local e remotas	1		1	Pr
SRB	Regional	Supervisão prudencial da cibersegurança - Manual de inspeção no local	1		1	V
SRB	Regional	Avaliação do quadro regulatório de governo das sociedades bancárias (4 países)		1		
SRB	Regional	Risco climático e estabilidade financeira		1	1	V
SRB	Regional	Reforço da regulação do governo das sociedades no setor bancário		1	1	V
SRB	Regional	Reforço da regulação do governo das sociedades no setor bancário	1		1	V
SRB	Regional	Normas Internacionais de Relato Financeiro 17 (IFRS 17)		1	1	V
SRB	Angola	Basileia II/III - aplicação da reforma	1	1		
SRB	Angola	Finalização da reforma do Basileia II/III	1			
SRB	Botsuana	Avaliação da regulação de cibersegurança	1	1	1	V
SRB	Botsuana	Reforma regulamentar do risco de liquidez - início do projeto de regulamento LCR NSFR	1	1	1	V
SRB	Botsuana	Reforma regulamentar do risco de liquidez - avaliação do projeto de regulamento LCR NSFR	1	1		
SRB	Botsuana	Inspeção no local - cibersegurança	1	1		
SRB	Comores	Aplicação da reforma do Basileia II/III - Reforma do regulamento e das orientações	1	1		
SRB	Comores	Aplicação da reforma do Basileia II/III - Reforma do regulamento e das orientações	1			
SRB	Essuatíni	Reforma regulamentar da governação		1	1	V
SRB	Essuatíni	Reforma regulamentar da governação		1		
SRB	Lesoto	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - auditoria e notação de risco remotas e SAP Final	1	1	1	Pr
SRB	Lesoto	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - inspeção no local - quadro	1	1	1	V
SRB	Lesoto	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - inspeção no local - exame	1	1		
SRB	Madagáscar	Reforma do Basileia II/III	1	1	1	Pr
SRB	Madagáscar	Reforma do Basileia II/III	1	1	1	H
SRB	Madagáscar	Reforma do Basileia II/III			1	H
SRB	Maurícia	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeção no local (primeiro)	1	1	1	Pr

Programa de financiamento	País	Tema	Plano do EF23	EF23 revisto (nov 2022)	Execução efetiva do EF23	Modalidade de prestação
SRB	Maurícia	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeção no local (segundo)	1	1	1	Pr
SRB	Maurícia	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeção no local (terceiro)	1	1		
SRB	Maurícia	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Finalização do regulamento de cibersegurança	1	1	1	V
SRB	Moçambique	Inspeção no local - cibersegurança (primeiro)	1	1	1	Pr
SRB	Moçambique	Inspeção no local - cibersegurança (segundo)	1			
SRB	Namíbia	Inspeção no local - cibersegurança	1	1		
SRB	Namíbia	Melhoria do quadro de SBR - Inspeção remota - Relatório trimestral de risco	1	1	1	V
SRB	Namíbia	Melhoria do quadro de SBR - Notação de risco e planeamento de ações de supervisão	1	1	1	Pr
SRB	Seicheles	Basileia II/III - reforma regulamentar	1	1	1	Pr
SRB	Seicheles	Basileia II/III - Processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) - Formação		1	1	Pr
SRB	Seicheles	Basileia II/III - Processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP)	1	1	1	Pr
SRB	Zâmbia	Regulação dos riscos de cibersegurança	1	1		
SRB	Zâmbia	Inspeção no local - cibersegurança (primeiro)	1	1	1	Pr
SRB	Zâmbia	Inspeção no local - cibersegurança (segundo)	1		1	Pr
SRB	Zâmbia	Aplicação da reforma do Basileia II/III - Reforma do LCR e NSFR		1	1	Pr
SRB	Zimbabué	Inspeção no local - cibersegurança (primeiro)	1	1	1	Pr
SRB	Zimbabué	Inspeção no local - cibersegurança (segundo)	1			
SRB	Zimbabué	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco	1	1		
ADMA	Regional	Comércio ilícito em colaboração com a SADC	1			
ADMA	Regional	Continuidade operacional, recuperação em caso de catástrofes e planeamento de emergência	1	1		
ADMA	Regional	Diretrizes relativas à continuidade operacional financiada pela CCCDI	1	1	1	V
ADMA	Angola	Plano de continuidade operacional (CCCDI)	1	1	1	V
ADMA	Angola	Gestão de projetos e auditoria interna	1	1	1	Pr
ADMA	Botsuana	Gestão do risco (Fase II)	1			
ADMA	Botsuana	Avaliação (Fase III)	1			
ADMA	Comores	Avaliação aduaneira (em conjunto com a Conta Administrada pela JSA-Japão para Atividades Seleccionadas do FMI)	1	1	1	V
ADMA	Comores	Estratégia a médio prazo (em conjunto com a JSA)	1	1	1	V
ADMA	Comores	Fase II da gestão do risco	1	1	1	Pr
ADMA	Comores	Procedimentos relativos aos impostos especiais de consumo	1	1		
ADMA	Comores	Legislação relativa aos impostos especiais de consumo (em conjunto com o LEG)	1	1	1	Pr

Programa de financiamento	País	Tema	Plano do EF23	EF23 revisito (nov 2022)	Execução efetiva do EF23	Modalidade de prestação
ADMA	Comores	Legislação (em conjunto com o LEG)	1	1	1	Pr
ADMA	Comores	Fase II da auditoria pós-desalfandegamento	1			
ADMA	Comores	Gestão do risco (em conjunto com a JSA)			1	Pr
ADMA	Essuatíni	Imposto especial de consumo (Fase V)	1	1	1	Pr
ADMA	Lesoto	Estudo de diagnóstico aduaneiro (em conjunto com o FADR2)	1			
ADMA	Lesoto	Imposto especial de consumo (Fase II)	1	1	1	Pr
ADMA	Lesoto	Gestão coordenada das fronteiras (Fase II)	1	1	1	Pr
ADMA	Lesoto	Gestão coordenada das fronteiras (Fase III)	1	1		
ADMA	Madagáscar	Plano de continuidade operacional (CCCDI)	1	1	1	V
ADMA	Madagáscar	Gestão de projetos	1	1	1	V
ADMA	Madagáscar	Legislação (em conjunto com o LEG)	1	1	1	Pr
ADMA	Madagáscar	Isonções e suspensões (em conjunto com a JSA)	1	1		
ADMA	Madagáscar	Avaliação aduaneira	1	1		
ADMA	Madagáscar	Revisão do CD e Planeamento da Fase III do AFS (em conjunto com a JSA)	1	1	1	Pr
ADMA	Madagáscar	Auditoria pós-desalfandegamento	1	1	1	Pr
ADMA	Madagáscar	Gestão de informações e riscos	1	1	1	Pr
ADMA	Maurícia	Auditoria informática	1			
ADMA	Moçambique	Governança e transparência	1			
ADMA	Namíbia	Plano de continuidade operacional (CCCDI)	1	1	1	V
ADMA	Namíbia	Revisão intercalar da estratégia	1	1	1	Pr
ADMA	Namíbia	Gestão de riscos e formação e desenvolvimento		1	1	Pr
ADMA	Namíbia	Gestão de desempenho e envolvimento de partes interessadas	1	1	1	Pr
ADMA	Namíbia	Fase I dos procedimentos aduaneiros		1	1	Pr
ADMA	Namíbia	Fase II da gestão do risco			1	Pr
ADMA	Namíbia	Fase II dos procedimentos aduaneiros		1	1	Pr
ADMA	Seicheles	Processamento de entrada	1	1	1	Pr
ADMA	Seicheles	Auditoria pós-desalfandegamento	1	1	1	Pr
ADMA	Zâmbia	Fase II da gestão de informações e riscos	1	1	1	Pr
ADMA	Zâmbia	Análise de dados	1	1		
ADMA	Zimbabué	Auditoria pós-desalfandegamento (Fase II)	1	1	1	V
ADMA	Zimbabué	Gestão coordenada das fronteiras (Fase II)	1	1	1	Pr
ADMA	Zimbabué	Avaliação aduaneira (Fase II)	1	1		Pr
ADMA	Zimbabué	Gestão de informações e riscos	1	1	1	Pr
LFF	Regional	Papel dos quadros jurídicos no combate à desigualdade entre homens e mulheres	1			
LFF	Botsuana	Reforma da legislação fiscal	1	1	1	V
LFF	Botsuana	Reforma da legislação fiscal			1	V
LFF	Comores	Legislação aduaneira	1	1	1	Pr

Programa de financiamento	País	Tema	Plano do EF23	EF23 revisto (nov 2022)	Execução efetiva do EF23	Modalidade de prestação
LFF	Essuatíni	Quadros Jurídicos de Gestão das Finanças Públicas	1			
LFF	Lesoto	Projeto de Lei de Gestão da Dívida Pública e da Ajuda			1	V
LFF	Madagáscar	Legislação aduaneira	1	1	1	Pr
LFF	Moçambique	Redação da Lei do sistema nacional de pagamentos			1	Pr
LFF	Moçambique	Quadros Jurídicos de Gestão das Finanças Públicas	1	1	1	Pr
LFF	Namíbia	Quadro de resolução bancária			1	V
LFF	Seicheles	Quadro de resolução bancária			1	Pr
LFF	Seicheles	Quadro de resolução bancária			1	Pr
LFF	Seicheles	Lei do Banco Central			1	V
LFF	Maurícia	Avaliação da alteração à legislação bancária	1	1		
IMFF	Regional	Pagamentos Transfronteiras na Era Digital	1			
IMFF	Regional	Desenvolvimentos e quadros da CBDC	1			
IMFF	Regional	Curso regional de infraestruturas do mercado financeiro: teoria e prática	1	1	1	V
IMFF	Regional	Moeda digital: Equilibrar a Inovação e a Regulamentação para uma nova Fronteira		1	1	H
IMFF	Angola	Missão de diagnóstico para infraestrutura do mercado financeiro e análise <i>fintech</i>	1	1		
IMFF	Botsuana	Redação da Lei do sistema nacional de pagamentos	1			
IMFF	Botsuana	Supervisão do sistema nacional de pagamentos	1	1	1	Pr
IMFF	Botsuana	Formação em inspeção e supervisão do CDT (NBFIRA)		1	1	Pr
IMFF	Comores	Inspeção dos prestadores de serviços de pagamento <i>fintech</i>	1	1		
IMFF	Essuatíni	Formação em superintendência - Prestadores de serviços de pagamento não bancários	1	1	1	H
IMFF	Lesoto	Formação em superintendência - Prestadores de serviços de pagamento não bancários	1	1	1	H
IMFF	Lesoto	Revisão do Regulamento do sistema nacional de pagamentos		1		
IMFF	Madagáscar	Formação em princípios das infraestruturas do mercado financeiro	1	1	1	V
IMFF	Maurícia	Inspeção e regulação das <i>fintech</i>	1	1		
IMFF	Maurícia	Avaliação dos princípios das infraestruturas do mercado financeiro	1			
IMFF	Moçambique	Redação da Lei do sistema nacional de pagamentos	1	1	1	Pr
IMFF	Namíbia	Inspeção e regulação das <i>fintech</i>	1	1		
IMFF	Seicheles	Avaliação dos princípios das infraestruturas do mercado financeiro	1	1		
IMFF	África do Sul	Responsabilidade dos princípios para infraestruturas do mercado <i>financeiro</i>	1			
IMFF	África do Sul	Gestão do risco do sistema de pagamentos - supervisão	1	1		
IMFF	África do Sul	Pagamentos digitais - <i>stablecoins</i> (moedas estáveis)	1	1		
IMFF	Zâmbia	Avaliação da Lei do Sistema Nacional de Pagamentos	1			
IMFF	Zimbabué	Inspeção e regulação das <i>fintech</i>	1	1		

Programa de financiamento	País	Tema	Plano do EF23	EF23 revisto (nov 2022)	Execução efetiva do EF23	Modalidade de prestação
FOR-IDC	Regional	Supervisão do Setor Financeiro	1	1		
FOR-IDC	Regional	Políticas do Setor Financeiro	1	1		
FOR-IDC	Regional	Desenvolvimento financeiro e inclusão financeira			1	Pr
FOR-IDC	Regional	Análise macroeconómica geral - previsões imediatas (nowcasting)	1	1	1	V
FOR-IDC	Regional	Moeda digital de bancos centrais	1	1	1	Pr
FOR-IDC	Regional	Clima	1			
FOR-IDC	Regional	Indicadores de alta frequência/introdução às contas nacionais trimestrais	1	1		
OMMC	Regional	Sistema de previsão e análise de políticas	1	1		
OMMC	Regional	Fundamentos de uma Comunicação Sólida do Banco Central	1	1	1	V
OMMC	Regional	Modernizar a Comunicação do Banco Central	1	1	1	V
OMMC	Regional	Desenvolvimento do Mercado de <i>Acordos de Recompra</i>	1	1	1	H
OMMC	Regional	Desenvolvimento do mercado básico e avançado	1	1		
OMMC	Regional	Modernização dos quadros operacionais de política monetária e desenvolvimento do mercado financeiro 1/	1		1	V
OMMC	Angola	Cedência de liquidez de emergência	1			
OMMC	Angola	Operações e implementação da política monetária	1	1	1	V
OMMC	Angola	Modernização do quadro operacional de política monetária e transição para o regime de metas de inflação	1	1	1	V
OMMC	Botsuana	Sistema de previsão e análise de políticas	1	1	1	Pr
OMMC	Botsuana	Operações e implementação da política monetária	1			
OMMC	Botsuana	Cedência de liquidez de emergência	1			
OMMC	Botsuana	Desenvolvimento de indicadores avançados compósitos para previsões imediatas ( <i>nowcasting</i> ) do crescimento do PIB			1	Pr
OMMC	Comores	Operações e implementação da política monetária	1	1	1	Pr
OMMC	Comores	Operações e implementação da política monetária	1	1	1	Pr
OMMC	Comores	Cedência de liquidez de emergência	1	1	1	Pr
OMMC	Essuatíni	Cedência de liquidez de emergência	1	1		
OMMC	Essuatíni	Previsão e Gestão de Liquidez	1			
OMMC	Lesoto	Operações e implementação da política monetária	1			
OMMC	Madagáscar	Desenvolvimento do mercado interbancário	1	1	1	Pr
OMMC	Madagáscar	Operações e implementação da política monetária	1	1	1	Pr
OMMC	Madagáscar	Sistema de previsão e análise de políticas	1	1	1	Pr
OMMC	Madagáscar	Operações e implementação da política monetária	1	1	1	Pr
OMMC	Maurícia	Operações de câmbio	1	1	1	V
OMMC	Maurícia	Operações de câmbio		1	1	Pr
OMMC	Maurícia	Operações e implementação da política monetária	1	1		
OMMC	Maurícia	Anexo	1			
OMMC	Maurícia	Apoiar a transição do Banco da Maurícia para um novo quadro de política monetária			1	Pr
OMMC	Moçambique	Execução da estratégia operacional de política monetária	1	1	1	Pr

Programa de financiamento	País	Tema	Plano do EF23	EF23 revisto (nov 2022)	Execução efetiva do EF23	Modalidade de prestação
OMMC	Moçambique	Acompanhamento da execução das intervenções cambiais	1	1	1	Pr
OMMC	Namíbia	Cedência de liquidez de emergência		1		
OMMC	Seicheles	Comunicações da política monetária	1			
OMMC	Seicheles	Operações e implementação da política monetária	1			
OMMC	Seicheles	Cedência de liquidez de emergência	1			
OMMC	Zâmbia	Sistema de previsão e análise de políticas	1	1		
OMMC	Zâmbia	Operações de Câmbio	1	1	1	V
OMMC	Zimbabué	Operações e implementação da política monetária	1			
GFP	Regional	Dados e governação orçamentais	1			
GFP	Regional	Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público	1	1	1	H
GFP	Regional	Soluções GovTech para melhorar a gestão das finanças públicas	1	1	1	Pr
GFP	Regional	Sustentabilidade orçamental a longo prazo e riscos orçamentais relacionados com o clima	1	1	1	Pr
GFP	Regional	Gestão dos riscos orçamentais de garantias soberanas	1	1	1	Pr
GFP	Angola	Quadro de despesas a médio prazo	1	1	1	Pr
GFP	Angola	Prevenção de atrasados e gestão de tesouraria	1	1		
GFP	Angola	Gestão do investimento público	1	1		
GFP	Botsuana	Gestão da dívida e do passivo contingente	1	1		
GFP	Botsuana	Avaliação da Lei de Gestão das Finanças Públicas	1			
GFP	Botsuana	Atualização do PIMA com o Módulo clima (participação do AFS na missão da sede)	1	1	1	Pr
GFP	Botsuana	Riscos orçamentais			1	Pr
GFP	Comores	Conta Única do Tesouro e Gestão de tesouraria (missão de acompanhamento)	1	1		
GFP	Comores	Aplicação da Lei orgânica	1	1		
GFP	Comores	Criação da Agência Central de Contabilidade (missão de acompanhamento)	1	1		
GFP	Comores	Quadro orçamental de médio prazo	1	1		
GFP	Comores	Gestão dos riscos orçamentais	1	1	1	Pr
GFP	Comores	Preparação e execução do orçamento			1	Pr
GFP	Comores	Formação em ferramenta de previsão e análise dos fluxos de tesouraria (CFAT)			1	H
GFP	Essuatíni	Quadro orçamental de médio prazo	1	1		
GFP	Essuatíni	Gestão do investimento público	1	1		
GFP	Essuatíni	Gestão de riscos orçamentais advindos de passivos contingentes (participação do AFS na missão da sede)	1	1	1	Pr
GFP	Essuatíni	Gestão de riscos orçamentais advindos de passivos contingentes (acompanhamento)	1	1		
GFP	Lesoto	Quadro orçamental de médio prazo	1	1	1	Pr
GFP	Lesoto	Orçamentação sensível ao género	1	1	1	Pr
GFP	Lesoto	Contabilidade/análise de lacunas na comunicação de dados	1	1	1	Pr

Programa de financiamento	País	Tema	Plano do EF23	EF23 revisto (nov 2022)	Execução efetiva do EF23	Modalidade de prestação
GFP	Lesoto	Gestão dos riscos orçamentais			1	Pr
GFP	Lesoto	Hackathon sobre gestão das finanças públicas			1	Pr
GFP	Madagáscar	Contabilidade de exercícios	1	1	1	Pr
GFP	Madagáscar	Manual de gestão do investimento público	1		1	H
GFP	Madagáscar	Gestão de ativos	1	1		
GFP	Madagáscar	Ferramenta de gestão de riscos orçamentais e verificação de saúde das empresas públicas	1	1	1	V
GFP	Madagáscar	Conta Única do Tesouro e Gestão de tesouraria	1	1		
GFP	Maurícia	Guia das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público	1	1	1	H
GFP	Maurícia	Gestão do investimento público	1	1	1	V
GFP	Moçambique	Reformas do tesouro	1	1	1	V
GFP	Moçambique	Reformas do tesouro			1	Pr
GFP	Moçambique	Quadro orçamental de médio prazo	1	1		
GFP	Namíbia	Avaliação da Lei de Gestão das Finanças Públicas	1	1	1	Pr
GFP	Namíbia	PIMA (participação do AFS na missão da sede)	1	1		
GFP	Namíbia	Cálculo do custo/orçamentação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	1	1		V
GFP	Seicheles	Gestão de Caixa	1	1	1	V
GFP	Seicheles	Acompanhamento da estratégia SIGFE	1	1	1	Pr
GFP	Seicheles	PIMA (participação do AFS na missão da sede)	1	1	1	Pr
GFP	Seicheles	Acompanhamento do SIGFE			1	V
GFP	Seicheles	Gestão da avaliação do investimento público com o Módulo Clima			1	Pr
GFP	Seicheles	Gestão de ativos e passivos			1	V
GFP	África do Sul	Orçamentação sensível ao género	1	1	1	Pr
GFP	Zâmbia	Gestão dos riscos orçamentais	1	1	1	Pr
GFP	Zâmbia	Gestão de tesouraria/Conta Única do Tesouro.	1	1		
GFP	Zâmbia	Gestão do risco orçamental e EP		1	1	Pr
GFP	Zimbabué	Preparação do orçamento - cálculo do custo base	1	1		
GFP	Zimbabué	Informação orçamental - acompanhamento das despesas	1	1	1	Pr
GFP	Zimbabué	Passivo contingente/gestão de riscos orçamentais	1	1		
GFP	Zimbabué	Gestão do investimento público	1	1	1	V
GFP	Zimbabué	Acompanhamento da gestão de investimentos públicos	1			
GFP	Zimbabué	Gestão de tesouraria/Conta Única do Tesouro.		1	1	V
GFP	Zimbabué	Previsão macro-orçamental			1	Pr
ESR	Regional	Melhoria do índice de preços no produtor	1	1	1	V
ESR	Regional	Competências analíticas para os contabilistas nacionais	1	1	1	Pr
ESR	Regional	Fundamentos das estatísticas de preços	1	1	1	Pr
ESR	Angola	Alinhamento das séries trimestrais do PIB com as novas séries anuais de contas nacionais	1	1	1	Pr

Programa de financiamento	País	Tema	Plano do EF23	EF23 revisto (nov 2022)	Execução efetiva do EF23	Modalidade de prestação
ESR	Angola	Melhoria da medição do volume do PIB e dos preços	1	1	1	V
ESR	Angola	Atualizar o Índice de Preços no Consumidor	1	1	1	Pr
ESR	Angola	Atualizar o Índice de Preços no Consumidor	1	1	1	V
ESR	Angola	Atualizar o Índice de Preços no Produtor	1			
ESR	Botsuana	Planeamento estratégico para o rebaseamento das CNA e evolução futura das contas nacionais	1	1	1	Pr
ESR	Botsuana	Melhoria do índice de preços no produtor	1	1	1	Pr
ESR	Botsuana	Contas nacionais	1	1	1	Pr
ESR	Comores	Assistência na aplicação de técnicas estatísticas melhoradas e do SCN 2008	1	1	1	Pr
ESR	Comores	Compilação do PIB anual recente	1	1		
ESR	Comores	Melhoria das contas nacionais	1	1	1	Pr
ESR	Comores	Melhoria das contas nacionais	1	1	1	Pr
ESR	Comores	Atualizar o Índice de Preços no Consumidor	1	1	1	Pr
ESR	Comores	Atualizar o Índice de Preços no Consumidor	1	1	1	Pr
ESR	Comores	Atualizar o Índice de Preços no Consumidor	1	1		
ESR	Essuatíni	Colaboração entre congéneres - Índice de Preços no Consumidor	1	1	1	Pr
ESR	Essuatíni	Rebaseamento das contas nacionais anuais e melhoria das contas nacionais trimestrais	1	1	1	Pr
ESR	Essuatíni	Rebaseamento das contas nacionais anuais e melhoria das contas nacionais trimestrais	1	1		
ESR	Essuatíni	Avaliação do sistema de cálculo do Índice de Preços no Produtor	1	1		
ESR	Lesoto	Rebaseamento das contas nacionais anuais e melhoria das contas nacionais trimestrais	1	1	1	Pr
ESR	Lesoto	Rebaseamento das contas nacionais anuais e melhoria das contas nacionais trimestrais	1	1	1	Pr
ESR	Lesoto	Melhoria das contas nacionais	1	1	1	V
ESR	Madagáscar	Atualização do Índice de Preços no Consumidor	1			
ESR	Madagáscar	Melhoria do PIB trimestral por produção a preços correntes	1	1		
ESR	Madagáscar	Rebaseamento das contas nacionais anuais e melhoria das contas nacionais trimestrais	1	1	1	Pr
ESR	Madagáscar	PIB - quadros de processo	1	1	1	V
ESR	Maurícia	Desenvolvimento de contas do setor institucional	1			
ESR	Maurícia	Desenvolvimento de contas financeiras trimestrais setoriais e balanços financeiros	1	1	1	Pr
ESR	Maurícia	Avaliar o alinhamento do Índice de Preços de Imóveis Residenciais	1	1	1	V
ESR	Moçambique	Avaliar as fontes e os métodos de dados trimestrais do PIB(D)	1	1	1	Pr
ESR	Moçambique	Avaliar as fontes e os métodos de dados trimestrais do PIB(D)	1	1	1	Pr
ESR	Namíbia	Rebaseamento das contas nacionais anuais e melhoria das contas nacionais trimestrais	1	1	1	V

Programa de financiamento	País	Tema	Plano do EF23	EF23 revisto (nov 2022)	Execução efetiva do EF23	Modalidade de prestação
ESR	Namíbia	Rebaseamento das contas nacionais anuais e melhoria das contas nacionais trimestrais	1	1		
ESR	Namíbia	Melhoria do índice de preços no produtor	1	1	1	V
ESR	Namíbia	Melhoria do índice de preços no produtor	1			
ESR	Seicheles	Rebaseamento das contas nacionais anuais e melhoria das contas nacionais trimestrais	1		1	Pr
ESR	Seicheles	Rebaseamento das contas nacionais anuais e melhoria das contas nacionais trimestrais	1	1	1	Pr
ESR	Seicheles	Atualização e desenvolvimento do Índice de Preços no Produtor	1	1	1	Pr
ESR	Seicheles	Atualização/desenvolvimento do Índice de Preços no Produtor	1	1	1	V
ESR	Seicheles	estatísticas de preços		1	1	Pr
ESR	África do Sul	Melhoria do ajustamento sazonal	1	1		
ESR	África do Sul	Desenvolvimento do Índice de Preços de Imóveis Residenciais	1	1	1	V
ESR	África do Sul	Desenvolvimento do Índice de Preços de Imóveis Residenciais	1	1	1	Pr
ESR	Zâmbia	Assistência na retopolação do PIB anual	1	1		
ESR	Zâmbia	Melhoria da medição do volume do PIB e dos preços	1	1		
ESR	Zâmbia	Atualização do Índice de Preços no Produtor	1	1	1	Pr
ESR	Zimbabué	Avaliação das estimativas do PIB de 2019, 2020 e 2021	1	1	1	Pr
ESR	Zimbabué	Rebaseamento das contas nacionais anuais e desenvolvimento das contas nacionais trimestrais	1	1	1	Pr
ESR	Zimbabué	Melhoria do índice de preços no produtor	1	1	1	Pr
ADMT	Angola	Execução da estratégia	1			
ADMT	Angola	Imposto sobre o Valor Acrescentado	1	1		
ADMT	Angola	Gestão do Risco de Cumprimento	1	1	1	Pr
ADMT	Botsuana	Gestão do Risco de Cumprimento	1	1	1	Pr
ADMT	Botsuana	Unidade de Grandes Contribuintes	1	1	1	Pr
ADMT	Botsuana	A estrutura organizacional	1	1	1	V
ADMT	Botsuana	Questão específica		1		
ADMT	Comores	Gestão da regularidade	1	1		
ADMT	Comores	Registo	1	1		
ADMT	Comores	Implementação do SIGIT	1	1		
ADMT	Comores	Reformas da administração tributária			1	Pr
ADMT	Essuatíni	Formação em auditoria	1	1	1	V
ADMT	Essuatíni	Seguros	1	1		
ADMT	Essuatíni	Seguros	1	1		
ADMT	Essuatíni	Avaliação da administração tributária			1	Pr
ADMT	Lesoto	Gestão do Risco de Cumprimento	1	1		
ADMT	Lesoto	Cobrança de dívidas 2	1	1	1	Pr
ADMT	Lesoto	Gestão do Risco de Cumprimento	1			
ADMT	Lesoto	Preços de transferência	1			
ADMT	Lesoto	Gestão da dívida fiscal			1	Pr

Programa de financiamento	País	Tema	Plano do EF23	EF23 revisto (nov 2022)	Execução efetiva do EF23	Modalidade de prestação
ADMT	Madagáscar	Serviços ao contribuinte	1	1	1	Pr
ADMT	Madagáscar	Serviços ao contribuinte	1			
ADMT	Madagáscar	Cumprimento do IVA	1	1	1	V
ADMT	Madagáscar	Cumprimento do IVA 2	1	1	1	Pr
ADMT	Madagáscar	Análise dos dados sobre gestão do risco de conformidade (3)	1	1		
ADMT	Madagáscar	Marcação digital		1	1	V
ADMT	Maurícia	Análises avançadas	1			
ADMT	Moçambique	Auditoria	1			
ADMT	Moçambique	Pagamento e dívida - FU	1			
ADMT	Namíbia	Avaliação do processo empresarial	1	1	1	Pr
ADMT	Namíbia	Gestão do Risco de Cumprimento	1	1	1	Pr
ADMT	Namíbia	Auditoria	1	1	1	Pr
ADMT	Seicheles	Cobrança de dívidas	1	1	1	Pr
ADMT	Seicheles	Gestão do Risco de Cumprimento	1	1	1	V
ADMT	Seicheles	Cumprimento da FATCA (lei de conformidade fiscal das contas estrangeiras dos Estados Unidos)	1	1	1	Pr
ADMT	Seicheles	Cumprimento da FATCA (lei de conformidade fiscal das contas estrangeiras dos Estados Unidos)		1		
ADMT	África do Sul	Avaliação de preços de transparência	1	1	1	Pr
ADMT	África do Sul	Preços de transferência 1		1	1	Pr
ADMT	África do Sul	Preços de transferência 1		1		
ADMT	Zâmbia	Regularidade setorial	1			
ADMT	Zâmbia	Regularidade setorial - IVA	1	1	1	V
ADMT	Zâmbia	Imposto sobre o Valor Acrescentado - gestão do risco de conformidade			1	Pr
ADMT	Zimbabué	Execução da estratégia	1	1		
ADMT	Zimbabué	Auditoria	1	1	1	Pr
ADMT	Zimbabué	Cobrança de dívidas	1	1	1	Pr
ADMT	Zimbabué	Cobrança de dívidas	1	1	1	Pr
ADMT	Zimbabué	Sistema de gestão fiscal e tributária	1	1	1	Pr
ADMT	Zimbabué	Execução da estratégia	1			
			<b>275</b>	<b>246</b>	<b>202</b>	
<b>DC sobre gestão da dívida e administração tributária financiada pela CCCDI</b>						
GD	Regional	Gestão de carteiras internacionais de dívida soberana em condições de mercado adversas				
GD	Regional	Análise de Sustentabilidade da Dívida			1	Pr
GD	Regional	Desenvolvimento de planos anuais de endividamento			1	Pr
GD	Moçambique	Estratégia de gestão da dívida de médio prazo			1	Pr
GD	Zâmbia	Análise de Sustentabilidade da Dívida			1	Pr
GD	Zimbabué	Validação e conciliação da base de dados da dívida pública externa			1	Pr

Programa de financiamento	País	Tema	Plano do EF23	EF23 revisto (nov 2022)	Execução efetiva do EF23	Modalidade de prestação
ADMT	Comores	Missão da sede e acompanhamento dentro do Programa da ECF			1	Pr
ADMT	Comores	Execução da estratégia de reforma			1	H
ADMT	Comores	Apoio à aplicação das reformas			1	V
ADMT	Lesoto	Avaliação TADAT			1	Pr
ADMT	Madagáscar	Desempenho do IVA			1	V
ADMT	Madagáscar	Avaliação TADAT			1	Pr
ADMT	Madagáscar	Acompanhamento do desempenho do IVA e estratégia pós-TADAT			1	Pr

AML CFT Thematic Fund CD						
FT para o CBC/FT	Regional	Formação multi-país sobre "Correspondentes bancários", em conjunto com o Mecanismo Global CBC/FT da UE e o Banco da Maurícia.			1	V
FT para o CBC/FT	Regional	Curso sobre "Transparência dos beneficiários efetivos: das recomendações técnicas à execução", em colaboração com o Fundo Mundial da UE para o CBC/FT.			1	V
FT para o CBC/FT	Regional	Formação multi-país sobre "Ativos Virtuais (AV) e Prestadores de Serviços de Ativos Virtuais (PSAV)"			1	Pr
FT para o CBC/FT	Angola	Quadro jurídico e regulamentar, abordagem do setor financeiro baseada no risco, reforço da unidade de informação financeira e relações com correspondentes bancários			1	Pr
FT para o CBC/FT	Botsuana	Elaboração e aplicação de uma abordagem robusta e eficaz, baseada no risco, para a supervisão de CBC/FT			1	Pr
FT para o CBC/FT	Namíbia	Assistência para colmatar as lacunas identificadas durante a avaliação mútua em matéria de CBC/FT (Namíbia)			1	Pr

1/ Incluiu o *workshop* sobre desenvolvimento de mercado de base e avançado.

SRB - Supervisão e regulamentação bancárias; ADMA - Administração aduaneira; GD - Gestão da dívida; LFO - Lei de finanças e orçamental; IMFF - Infraestruturas dos mercados financeiros e *FinTech*; FOR-IDC - Ações de formação sobre macroeconomia lideradas pelo IDC; OMMC - Operações dos mercados monetário e cambial; GFP - Gestão das finanças públicas; ESR - Estatísticas do setor real; e ADMT - Administração tributária.

Observação: Algumas das ações de formação regionais foram realizadas em colaboração com parceiros regionais e o ATI. Algumas missões inicialmente planeadas pelo AFS foram realizadas pela sede.

V - Virtual; Pr - Presencial; H - Híbrida;

## Anexo II

### Plano de trabalho para o exercício de 2024

Programas de financiamento	País	Departamento de DC	Tema	Modalidade de prestação
SRB	Regional	MCM	Trabalhar com os Princípios Básicos de Basileia	Pr
SRB	Regional	MCM	Supervisão do risco de liquidez, risco de taxa de juro na carteira bancária e risco climático	Pr
SRB	Botsuana	MCM	Reforma regulamentar do risco de liquidez - avaliação do projeto de regulamento LCR NSFR	V
SRB	Botsuana	MCM	Supervisão de ciber-riscos - Guia de inspeção no local (primeiro)	Pr
SRB	Comores	MCM	Aplicação da reforma do Basileia II/III - Reforma do regulamento e das orientações	Pr
SRB	Comores	MCM	Aplicação da reforma do Basileia II/III - Reforma do regulamento e das orientações	H
SRB	Lesoto	MCM	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - inspeção no local - exame	Pr
SRB	Lesoto	MCM	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - intervenção precoce	V
SRB	Madagáscar	MCM	Reforma do Basileia II/III - desenvolvimento da regulação	V
SRB	Madagáscar	MCM	Reforma do Basileia II/III - desenvolvimento da regulação	Pr
SRB	Moçambique	MCM	Supervisão prudencial - introdução - formação	Pr
SRB	Moçambique	MCM	Supervisão prudencial - intermédio - formação	Pr
SRB	Moçambique	MCM	Inspeção no local - cibersegurança (segundo)	Pr
SRB	Namíbia	MCM	Avaliação da regulação do ciber-risco	Pr
SRB	Namíbia	MCM	Supervisão do ciber-risco - Guia de inspeção no local (primeiro)	Pr
SRB	Namíbia	MCM	Supervisão do ciber-risco - Guia de inspeção no local (segundo)	Pr
SRB	Namíbia	MCM	Melhoria do quadro de SBR	Pr
SRB	Seicheles	MCM	Melhoria do quadro de supervisão baseado em risco - Notação de risco e planeamento de ações de supervisão	Pr
SRB	Seicheles	MCM	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - inspeção remota	Pr
SRB	Zâmbia	MCM	Aplicação da reforma do Basileia II/III - Reforma do rácio de cobertura de liquidez e rácio de financiamento estável líquido	Pr
SRB	Zâmbia	MCM	Aplicação da reforma do Basileia II/III - Reforma do rácio de cobertura de liquidez e rácio de financiamento estável líquido	V
SRB	Zimbabué	MCM	Supervisão baseada no risco - Análise de risco / modelo de negócio - formação	Pr
SRB	Zimbabué	MCM	Supervisão de ciber-riscos - Guia de inspeção no local (segundo)	Pr
ADMA	Regional	FAD	Zona de Comércio Livre Continental Africana	Pr
ADMA	Regional	FAD	Gestão de projetos	V
ADMA	Angola	FAD	Gestão de projetos	Pr
ADMA	Comores	FAD	Gestão do risco	Pr

Programas de financiamento	País	Departamento de DC	Tema	Modalidade de prestação
ADMA	Comores	FAD	Legislações	V
ADMA	Comores	FAD	Procedimentos relativos aos impostos especiais de consumo	Pr
ADMA	Essuatíni	FAD	Imposto especial de consumo	Pr
ADMA	Lesoto	FAD	Gestão coordenada das fronteiras	Pr
ADMA	Lesoto	FAD	Imposto especial de consumo	Pr
ADMA	Madagáscar	FAD	Avaliação do projeto	Pr
ADMA	Madagáscar	FAD	Isenções	Pr
ADMA	Madagáscar	FAD	Auditoria pós-desalfandegamento	Pr
ADMA	Madagáscar	FAD	Gestão de informações e riscos	Pr
ADMA	Moçambique	FAD	Diagnóstico aduaneiro (em conjunto com o FADR2)	Pr
ADMA	Namíbia	FAD	Formação aduaneira inicial (Fase 1)	Pr
ADMA	Namíbia	FAD	Procedimentos aduaneiros (Fase III)	Pr
ADMA	Namíbia	FAD	Avaliação aduaneira (Fase 1) e gestão do risco	Pr
ADMA	Seicheles	FAD	Auditoria pós-desalfandegamento	Pr
ADMA	Zâmbia	FAD	Gestão de informações e riscos	Pr
ADMA	Zimbabué	FAD	Auditoria pós-desalfandegamento (Fase 2)	Pr
ADMA	Zimbabué	FAD	Avaliação aduaneira (Fase 2)	Pr
ADMA	Zimbabué	FAD	Gestão de informações e riscos	Pr
LFF	Regional	LEG	Gestão da dívida soberana em condições de mercado adversas	V
LFF	Maurícia	LEG	Avaliação da alteração à legislação bancária (missão)	V
LFF	Maurícia	LEG	Avaliação da alteração à legislação bancária (missão)	Pr
LFF	Comores	LEG	Legislação aduaneira	V
IMFF	Regional	MCM	Políticas Eficazes para Criptoativos	V
IMFF	Regional	MCM	Risco potencial das moedas estáveis	V
IMFF	Regional	MCM	Moedas digitais de bancos centrais	Pr
IMFF	Regional	MCM	Princípios para as infraestruturas do mercado financeiro - criar uma perspetiva de risco	V
IMFF	Regional	MCM	Modernização da infraestrutura dos sistemas de pagamentos	V
IMFF	Angola	MCM	Diagnóstico de desenvolvimento das infraestruturas do mercado financeiro	Pr
IMFF	Angola	MCM	Princípios para a formação em infraestruturas do mercado financeiro	Pr
IMFF	Botsuana	MCM	Princípios para a formação em infraestruturas do mercado financeiro	Pr
IMFF	Botsuana	MCM	Fintech E - supervisão monetária	Pr
IMFF	Comores	MCM	Desenvolvimento de sistemas de pagamentos - CSD	Pr
IMFF	Essuatíni	MCM	Avaliação dos princípios para a formação em infraestruturas do mercado financeiro CSD	V
IMFF	Lesoto	MCM	Revisão do regulamento do Sistema Nacional de Pagamentos	V
IMFF	Lesoto	MCM	Inspeção do sistema de pagamentos de retalho	Pr
IMFF	Madagáscar	MCM	Avaliação dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro Liquidação por bruto em tempo real	V
IMFF	Maurícia	MCM	Inspeção e regulação das <i>fintech</i>	Pr
IMFF	Maurícia	MCM	Avaliação dos princípios para infraestruturas do mercado financeiro	Pr

Programas de financiamento	País	Departamento de DC	Tema	Modalidade de prestação
IMFF	Moçambique	MCM	Programa de destacamentos profissionais	V
IMFF	Namíbia	MCM	Infraestruturas do mercado financeiro Ciber-resiliência	V
IMFF	Namíbia	MCM	Fintech: Orientações sobre a caixa de areia regulamentar	V
IMFF	Seicheles	MCM	Avaliação dos princípios relativos às responsabilidades em matéria de infraestruturas do mercado financeiro	V
IMFF	Seicheles	MCM	Análise dos princípios relativos à avaliação das infraestruturas do mercado financeiro	V
IMFF	África do Sul	MCM	Stablecoins para pagamentos digitais - webinários	V
IMFF	África do Sul	MCM	Supervisão dos participantes na mudança nacional dos pagamentos	Pr
IMFF	Zâmbia	MCM	Avaliação da Lei nacional da mudança dos pagamentos	V
IMFF	Zimbabué	MCM	Inspeção e regulação das fintech	Pr
FOR-IDC	Regional	IDC	Análise de Política Monetária e Orçamental com Modelos DSGE	Pr
FOR-IDC	Regional	IDC	Supervisão do Setor Financeiro	V
FOR-IDC	Regional	IDC	Macroeconomia das Alterações Climáticas	V
FOR-IDC	Regional	IDC	Alterações climáticas e políticas macrofinanceiras	Pr
OMMC	Regional	MCM	Cedência de liquidez de emergência/Gestão de garantias	V
OMMC	Regional	MCM	Operações e Intervenções Cambiais	H
OMMC	Regional	MCM	Previsão e gestão de liquidez	V
OMMC	Regional	MCM	Processos do sistema de previsão e análise de políticas	H
OMMC	Angola	MCM	Quadro de cedência de liquidez de emergência	Pr
OMMC	Angola	MCM	Sistema de previsão e análise de políticas	Pr
OMMC	Angola	MCM	Operações e implementação da política monetária	Pr
OMMC	Botsuana	MCM	Cedência de liquidez de emergência	Pr
OMMC	Botsuana	MCM	Sistema de previsão e análise de políticas	Pr
OMMC	Comores	MCM	Operações e implementação da política monetária	Pr
OMMC	Essuatíni	MCM	Previsão e Gestão de Liquidez	Pr
OMMC	Essuatíni	MCM	Cedência de liquidez de emergência	Pr
OMMC	Lesoto	MCM	Operações e implementação da política monetária	Pr
OMMC	Madagáscar	MCM	Sistema de previsão e análise de políticas	Pr
OMMC	Madagáscar	MCM	Operações cambiais e execução da política cambial	Pr
OMMC	Madagáscar	MCM	Operações e implementação da política monetária	Pr
OMMC	Maurícia	MCM	Operações e implementação da política monetária	Pr
OMMC	Maurícia	MCM	Operações e implementação da política monetária	Pr
OMMC	Moçambique	MCM	Operações e implementação da política monetária	Pr
OMMC	Moçambique	MCM	Operações e implementação da política monetária	Pr
OMMC	Moçambique	MCM	Operações cambiais e execução da política cambial	Pr
OMMC	Namíbia	MCM	Cedência de liquidez de emergência	Pr
OMMC	Seicheles	MCM	Operações e implementação da política monetária	Pr
OMMC	Zâmbia	MCM	Sistema de previsão e análise de políticas	Pr
GFP	Regional	FAD	Digitalização - Integrar a Gestão de Riscos e a Conformidade nas Soluções Digitais de GFP	H
GFP	Regional	FAD	Unidades macro-orçamentais	Pr

Programas de financiamento	País	Departamento de DC	Tema	Modalidade de prestação
GFP	Regional	FAD	Riscos orçamentais (países lusófonos)	pr
GFP	Regional	FAD	Gestão dos riscos orçamentais	Pr
GFP	Regional	FAD	Governança de dados orçamentais	Pr
GFP	Angola	FAD	Quadro de despesas a médio prazo	H
GFP	Angola	FAD	Gestão de tesouraria - Formação em ferramenta de fluxos de tesouraria	H
GFP	Angola	FAD	Prevenção de atrasados e gestão de tesouraria	H
GFP	Angola	FAD	Gestão do investimento público	H
GFP	Botsuana	FAD	Acompanhamento da avaliação da gestão do investimento público (PIMA)	Pr
GFP	Botsuana	FAD	Gestão dos riscos orçamentais	Pr
GFP	Comores	FAD	Lei orgânica das finanças do Estado	H
GFP	Comores	FAD	Agência Central de Contabilidade do Tesouro	H
GFP	Comores	FAD	Agência Central de Contabilidade do Tesouro	H
GFP	Comores	FAD	Conta Única do Tesouro	H
GFP	Comores	FAD	Empresas públicas - ferramenta de verificação da situação financeira	H
GFP	Essuatíni	FAD	Cenários orçamentais de médio prazo	Pr
GFP	Essuatíni	FAD	Gestão dos riscos orçamentais	Pr
GFP	Essuatíni	FAD	Manual e <i>workshop</i> de gestão do investimento público	Pr
GFP	Lesoto	FAD	Quadro orçamental de médio prazo	Pr
GFP	Lesoto	FAD	Regulamento da gestão das finanças públicas	LB
GFP	Lesoto	FAD	Acompanhamento da comunicação de dados orçamentais	Pr
GFP	Lesoto	FAD	Declaração de Riscos Orçamentais/Fiscais	Pr
GFP	Lesoto	FAD	Avaliação de risco orçamental das empresas públicas	Pr
GFP	Madagáscar	FAD	Gestão de tesouraria, acompanhamento da Conta Única do Tesouro e contabilidade	H
GFP	Madagáscar	FAD	Acompanhamento da gestão dos riscos orçamentais (1 perito)	H
GFP	Madagáscar	FAD	Contabilidade de exercícios	H
GFP	Madagáscar	FAD	Gestão de ativos	H
GFP	Maurícia	FAD	<i>Workshop</i> sobre gestão do investimento público	Pr
GFP	Maurícia	FAD	Manual de gestão financeira	Pr
GFP	Moçambique	FAD	Quadro orçamental de médio prazo	H
GFP	Moçambique	FAD	Reformas do tesouro	H
GFP	Namíbia	FAD	Comunicação e gestão dos riscos orçamentais	Pr
GFP	Namíbia	FAD	Gestão dos riscos orçamentais - acompanhamento	Pr
GFP	Namíbia	FAD	Avaliação da gestão do investimento público climático macro-orçamental	Pr
GFP	Namíbia	FAD	Acompanhamento da digitalização	LB
GFP	Seicheles	FAD	<i>Workshop</i> de formação em previsão de tesouraria	Pr
GFP	África do Sul	FAD	Orçamento base zero	Pr
GFP	África do Sul	FAD	Orçamentação sensível ao género	Pr

Programas de financiamento	País	Departamento de DC	Tema	Modalidade de prestação
GFP	África do Sul	FAD	Avaliação da transparência orçamental	Pr
GFP	África do Sul	FAD	Apoio na gestão de riscos orçamentais das EP	Pr
GFP	Zâmbia	FAD	Acompanhamento sobre gestão de tesouraria	Pr
GFP	Zâmbia	FAD	Quadro orçamental de médio prazo	Pr
GFP	Zâmbia	FAD	Gestão dos riscos orçamentais	Pr
GFP	Zimbabué	FAD	Macro-orçamental	Pr
GFP	Zimbabué	FAD	Macro-orçamental	Pr
GFP	Zimbabué	FAD	Apoio na gestão de riscos orçamentais das EP	Pr
GFP	Zimbabué	FAD	Relatórios orçamentais	Pr
ESR	Angola	STA	Rebaseamento das contas nacionais	Pr
ESR	Angola	STA	Atualização do Índice de Preços no Consumidor	Pr
ESR	Botsuana	STA	Atualização/desenvolvimento do Índice de Preços no Produtor	Pr
ESR	Botsuana	STA	Rebaseamento das contas nacionais anuais	Pr
ESR	Comores	STA	Rebaseamento das contas nacionais	Pr
ESR	Comores	STA	Rebaseamento das contas nacionais	Pr
ESR	Comores	STA	Atualização do Índice de Preços no Consumidor	Pr
ESR	Essuatíni	STA	Rebaseamento das contas nacionais	V
ESR	Essuatíni	STA	Desenvolver/atualizar o Índice de Preços no Produtor	Pr
ESR	Lesoto	STA	Rebaseamento das contas nacionais anuais e melhoria das contas nacionais trimestrais	Pr
ESR	Lesoto	STA	Desenvolvimento do Índice de Preços no Produtor	Pr
ESR	Madagáscar	STA	Rebaseamento das contas nacionais	Pr
ESR	Madagáscar	STA	Rebaseamento/atualização do Índice de Preços no Consumidor	Pr
ESR	Maurícia	STA	Setor informal	Pr
ESR	Maurícia	STA	Desenvolver/atualizar o Índice de Preços no Produtor	Pr
ESR	Maurícia	STA	Setor informal	Pr
ESR	Moçambique	STA	Atualização do Índice de Preços no Consumidor	Pr
ESR	Moçambique	STA	Rebaseamento das contas nacionais anuais	Pr
ESR	Moçambique	STA	Rebaseamento das contas nacionais anuais	Pr
ESR	Namíbia	STA	Rebaseamento das contas nacionais anuais	Pr
ESR	Namíbia	STA	Desenvolvimento do Índice de Preços no Produtor	Pr
ESR	Seicheles	STA	Desenvolvimento do produto interno bruto trimestral	Pr
ESR	Seicheles	STA	Atualização do Índice de Preços no Consumidor	Pr
ESR	África do Sul	STA	Desenvolvimento do Índice de Preços de Imóveis Residenciais	Pr
ESR	Zâmbia	STA	Rebaseamento das contas nacionais	Pr
ESR	Zâmbia	STA	Atualização do Índice de Preços no Consumidor	Pr
ESR	Zimbabué	STA	Desenvolvimento de contas nacionais trimestrais	Pr
ESR	Zimbabué	STA	Melhoria do índice de preços no produtor	Pr
ESR	Zimbabué	STA	Desenvolvimento de contas nacionais trimestrais	Pr
ADMT	Regional	FAD	Inquérito Internacional sobre a Administração da Receita (ISORA)	Pr

Programas de financiamento	País	Departamento de DC	Tema	Modalidade de prestação
ADMT	Angola	FAD	Auditoria	Pr
ADMT	Botsuana	FAD	Serviços ao contribuinte	Pr
ADMT	Comores	FAD	Estrutura da Unidade de Grandes e Médios Contribuintes	Pr
ADMT	Comores	FAD	Estrutura da reforma pós-Ferramenta de Avaliação e Diagnóstico das Administrações Fiscais (TADAT)	Pr
ADMT	Comores	FAD	Gestão da regularidade - cadastro fiscal	Pr
ADMT	Essuatíni	FAD	Auditoria	Pr
ADMT	Lesoto	FAD	Pós-Ferramenta de Avaliação Diagnóstica das Administrações Fiscais	Pr
ADMT	Madagáscar	FAD	Reforma pós-Ferramenta de Avaliação e Diagnóstico das Administrações Fiscais (TADAT)	Pr
ADMT	Madagáscar	FAD	Reforma pós-Ferramenta de Avaliação e Diagnóstico das Administrações Fiscais (TADAT) 2	Pr
ADMT	Namíbia	FAD	Auditoria	Pr
ADMT	Namíbia	FAD	Avaliação do processo empresarial	Pr
ADMT	Namíbia	FAD	TADAT liderada pela sede	Pr
ADMT	Seicheles	FAD	Gestão do Risco de Cumprimento	Pr
ADMT	Seicheles	FAD	Definição de estratégia liderada pela sede	Pr
ADMT	África do Sul	FAD	Preços de transferência 1	V
ADMT	África do Sul	FAD	Preços de transferência 2	Pr
ADMT	Zâmbia	FAD	Plano de melhoria da regularidade para o controlo do Imposto sobre o Valor Acrescentado	Pr
ADMT	Zâmbia	FAD	Faturação eletrónica	Pr
ADMT	Zâmbia	FAD	Faturação eletrónica	Pr
ADMT	Zimbabué	FAD	Auditoria	Pr
ADMT	Zimbabué	FAD	Auditoria 2	Pr
<b>DC sobre gestão da dívida e administração tributária financiado pela CCCDI</b>				
Gestão da dívida	Comores	MCM	Processos e técnicas de emissão de títulos públicos	Pr
Gestão da dívida	Comores	MCM	Desenvolvimento de procedimentos operacionais e regulamentares para a emissão de títulos públicos	Pr
Gestão da dívida	Comores	MCM	Acompanhamento de processos e procedimentos	Pr
Gestão da dívida	Lesoto	MCM	Transparência do mercado e gestão de relações com investidores	Pr
Gestão da dívida	Lesoto	MCM	Desenvolver um quadro para a gestão de garantias de empréstimos	Pr
Gestão da dívida	Lesoto	MCM	Desenvolvimento de um plano anual de endividamento	Pr
Gestão da dívida	Moçambique		Desenvolvimento do mercado obrigacionista em moeda local	Pr
Gestão da dívida	Moçambique	MCM	Processos operacionais/procedimentos de gestão da dívida	Pr
Gestão da dívida	Regional	MCM	Análise de Sustentabilidade da Dívida para Países com Acesso aos Mercados	Pr
Gestão da dívida	Regional	MCM	Desenvolvimento do Mercado Obrigacionista em Moeda Local	Pr
Gestão da dívida	Regional	MCM	Relato da Dívida e Relações com Investidores	Pr
Gestão da dívida	Regional	MCM	Gestão da dívida soberana em condições de mercado adversas	Pr
Gestão da dívida	Seicheles	MCM	Avaliação do regime jurídico da gestão da dívida	Pr

Programas de financiamento	País	Departamento de DC	Tema	Modalidade de prestação
Gestão da dívida	Seicheles	MCM	Avaliação do regime jurídico da gestão da dívida	V
Gestão da dívida	África do Sul	MCM	Negociação de empréstimos e interpretação dos respetivos contratos	Pr
Gestão da dívida	Zâmbia	MCM	Formação em estratégia de endividamento de médio prazo/plano anual de endividamento	Pr
<b>DC financiado pelo LEG-GAD</b>				
LEG-GAD	Zâmbia		Missão de diagnóstico	Pr
LEG-GAD	Regional		Abordagens Jurídica, Organizacional e Estratégica para Enfrentar a Corrupção	Pr

SRB - Supervisão e regulamentação bancárias; ADMA - Administração aduaneira; GD - Gestão da dívida; LFO - Lei de finanças e orçamental; IMFF - Infraestruturas dos mercados financeiros e *FinTech*; FOR-IDC - Ações de formação sobre macroeconomia lideradas pelo IDC; OMMC - Operações dos mercados monetário e cambial; GFP - Gestão das finanças públicas; ESR - Estatísticas do setor real; e ADMT - Administração tributária.

# Anexo III

## Plano de ação atualizado sobre a avaliação externa intercalar

Recomendações	Resposta do FMI	Medida tomada	Responsável principal
<b>Da relevância</b>			
<b>Justificação: O âmbito do programa do AFS foi aumentado e requer a redefinição de prioridades seguida da sua reestruturação orçamentária.</b>			
<p>1. Ao nível do DC: O Comité de Pilotagem (PC) do AFS deve procurar um orçamento reestruturado na Fase III em relação à Fase II, acomodando as novas prioridades - países frágeis e tópicos globais - e revendo a composição das dotações orçamentais por programa de financiamento: ou seja, uma nova fórmula de afetação de recursos. Deve-se considerar a racionalização das carteiras de GFP e ESR das atividades de DC e dar prioridade a áreas essenciais (faixa 1) ou demonstram uma conformidade forte.</p>	<p>O programa da Fase III e a afetação orçamentária entre os programas de financiamento refletirão as novas prioridades, incluindo DC sobre temas globais e para países que enfrentam condições frágeis. O DC continuará a ser orientada pela procura e estreitamente ligada aos programas de reforma interna dos países membros. Novos conselheiros residentes apoiarão os temas globais.</p> <p>O Centro será guiado por documentos de política ligados ao FMI e notas de orientação na execução do programa (por exemplo, Novo Quadro para um Envolvimento Melhorado em Questões de Governança e Corrupção, Estratégia do FMI sobre Género, Nova Estratégia do FMI sobre o Clima, Estratégia do FMI orientada para EFC, Relatórios do corpo técnico, programas do FMI com os países membros etc.). Na Fase III, serão envidados mais esforços para reforçar a integração do DC a supervisão e a concessão de crédito. O Centro continuará a coordenar as prioridades de DC para a região com os parceiros doadores.</p>	<p>A partir do EF24, a dotação orçamental a todos os programas de financiamento está a ser avaliada tendo em conta i) o orçamento do programa da fase III endossado pelo CP, ii) novos programas de financiamento, inclusivamente sobre gestão da dívida e governação apoiados pelo MCM e LEG, respetivamente e iii) o financiamento de outros veículos em apoio dos membros do AFS, ou seja, a CCCDI. Os países elegíveis para o FCS e os temas globais continuam a ser uma prioridade. Os membros observarão o número relativamente maior de intervenções de DC planeadas nos países FCS e o seu aumento sobre os temas globais no EF24.</p>	<p>AFS em consulta com o AFR e os departamentos de DC do FMI (CDD)</p>

Recomendações	Resposta do FMI	Medida tomada	Responsável principal
<b>Justificação: A orientação estratégica do CP beneficiaria de um acompanhamento e uma participação mais regulares.</b>			
2. Ao nível das entidades: A monitorização do CP do AFS deve ser fortalecida com a adoção de uma reunião intercalar virtual de avaliação do programa, para além de sua reunião anual, e considerar a participação de organismos de Planeamento, Impostos e Alfândegas, Estatísticas e órgãos regionais relevantes.	A reunião de junho de 2022 do CP aprovou a adoção de uma reunião intercalar virtual e a participação de autoridades fiscais/aduaneiras, institutos de estatística e órgãos regionais relevantes como observadores. A reunião de avaliação semestral será realizada em dezembro de 2022/janeiro de 2023.	A primeira reunião intercalar do CP foi realizada em formato virtual em dezembro de 2022. Os organismos fiscais, aduaneiros e de estatísticas passaram a ser convidados a participar virtualmente nas reuniões anuais e intercalares do CP.	AFS
<b>Da coerência e do impacto</b>			
<b>Justificação: O ritmo das reformas afetado por condicionalismos de economia política.</b>			
3. Ao nível do DC: O Centro AFS, com o apoio dos peritos de longo prazo (LTX), deve dar prioridade às atividades de DC que enfrentam menos condicionalismos iniciais de economia política passíveis de impedir/atrasar a aplicação das recomendações relativas ao DC ou cumprimento de respetivos marcos. Os condicionalismos de economia política podem ser divididos em: i) interesses instalados contra a aplicação de reformas, ii) ambientes eleitorais contrários à rutura do status quo ou iii) ausência ou baixa influência por parte dos defensores da reforma para fazer mudanças regulamentares ou obter orçamento suficiente.	As considerações de economia política são tidas em conta na formulação dos planos de DC, o que inclui a avaliação dos riscos relacionados com o apoio político, o apoio administrativo e a capacidade/empenho dos quadros técnicos e as estratégias de atenuação dos riscos. Os conselheiros do AFS estão a recolher atualizações sobre as condições da economia política de várias fontes, incluindo departamentos de DC, equipas nacionais, parceiros doadores e beneficiários de DC. Estas condições são descritas em relatórios - documentos de orientação e relatórios de fim de missão.	A economia política continua a ser um dos principais fatores considerados na formulação dos planos de DC. O CDMAP fornece avaliações de risco com base em informações atualizadas de diferentes partes interessadas. Os relatórios do AFS continuarão a destacar os principais riscos e a estratégia para a sua atenuação.	AFS
<b>Justificação: As reuniões de encerramento das missões do AFS com doadores são irregulares e esporádicas e o co-financiamento das atividades de DC por vários doadores é pontual.</b>			
4. Ao nível das entidades: O Centro AFS deve organizar, através dos LTX, reuniões informativas regulares com doadores, definindo previamente e por programa de financiamento o presidente (pontos focais): seja o Representante Residente do FMI local ou um DP líder com um programa significativo nessa área. A sede do FMI deve procurar de forma mais proativa projetos estratégicos em que a participação plurianual complementar dos doadores possa ajudar a garantir uma execução sustentada.	O AFS está a enviar notificações aos parceiros doadores para reuniões de balanço. O Centro também os consulta durante as ações de sensibilização. As reuniões de avaliação intercalares oferecerão uma plataforma adicional para discutir as prioridades de DC da região.	Os LTX estão a realizar reuniões de balanço regulares. O AFS continua a informar os doadores sobre os calendários das missões e a disponibilidade de LTX para estas reuniões.	AFS

Recomendações	Resposta do FMI	Medida tomada	Responsável principal
<b>Da eficácia</b>			
<b>Justificação: Alguns resultados e marcos mostram progressos mínimos e podem estar desatualizados. No caso dos temas globais, a melhor prática dos RTAC deve ser a realização de diagnósticos sólidos antes de qualquer aplicação.</b>			
<p>5. Ao nível do DC: O Centro AFS, apoiado pelos LTX e em colaboração com a sede do FMI, deve avaliar cuidadosamente os resultados e marcos existentes no país do quadro lógico RBM e colaborar com a sede na definição gradual de quais se referem a temas globais. Estes devem contribuir para justificar as reafetações orçamentais em apoio à execução de serviços de DC na Fase III. É de salientar que o MCM já iniciou este exercício. Uma avaliação deste tipo deve ser feita em consulta com as autoridades e os doadores envolvidos em determinadas atividades de DC para que estes se apropriem da definição dos objetivos. E assim que os diagnósticos sobre os novos temas globais forem concluídos, o Centro AFS deve colaborar com os respetivos departamentos na sede do FMI para definir gradualmente os resultados e marcos nacionais no catálogo RBM que justificarão o orçamento afetado aos seus serviços de DC. Devem também ser previamente estabelecidas bases de referência adequadas.</p>	<p>O quadro de governação do RBM prevê a atualização regular do quadro lógico, a fim de ter em conta a evolução das prioridades do FMI.</p> <p>O AFS contribuirá ativamente para acrescentar e comentar quaisquer deficiências do quadro RBM, em especial sobre se há uma boa ligação entre os resultados e objetivos existentes e as atividades de DC financiadas pelo AFS. O Centro também fortalecerá a coordenação com as autoridades para garantir a adequação dos marcos e resultados dos projetos de DC.</p>	<p>Foram introduzidos novos objetivos e resultados no quadro lógico RBM para fornecer uma melhor cobertura dos temas globais.</p> <p>Exemplos de novos resultados: O orçamento é uma ferramenta eficaz para a afetação estratégica de recursos a políticas que promovem a igualdade de género, o país melhora a legislação fiscal para responder às alterações climáticas, o país melhora a legislação fiscal fortalecer a governação, as autoridades têm uma compreensão básica dos riscos de corrupção, ...</p>	<p>AFS e equipa do ICD/RBM em consulta com o AFR e CDD</p>
<b>Justificação: A facilidade de utilização do quadro de registo RBM (e do CD Port) pode ser melhorada.</b>			
<p>6. Ao nível das entidades: a sede do FMI deve continuar a ministrar formações regulares e definir verificações de gestão adequadas para garantir o cumprimento, por parte dos LTX, da atualização regular das notações no quadro lógico RBM, bem como aperfeiçoar os critérios para avaliar as notações de impacto e eficiência do CAD.</p>	<p>A implementação plena do sistema CDMAP garantirá um melhor cumprimento para efeitos de monitorização e emissão de relatórios.</p>	<p>As diretrizes da sede e o apoio da equipa RBM continuam a orientar os LTX na atualização de quadros lógicos. Em março de 2023, a equipe do AFS também recebeu formação interna em CDMAP.</p>	<p>AFS e equipa do ICD/RBM em consulta com o AFR e CDD</p>

Recomendações	Resposta do FMI	Medida tomada	Responsável principal
<b>Da eficiência</b>			
<b>Justificação: A pandemia trouxe uma economia significativa de custos com missões virtuais, mas os honorários do AFS pagos aos STX variaram bastante.</b>			
<p>7. Ao nível do DC e das entidades: A fim de promover a eficiência de custos, o Centro AFS, apoiado por LTX, deve definir um rácio ideal de missões presenciais e virtuais para cada programa de financiamento; e a sede do FMI deve avaliar e, se possível, ajustar os valores diários dos peritos de curto prazo (STX) de modo a reduzir a sua variação. Os novos rácios poderão basear-se nos de 2021, ajustados por atividades de DC que i) tenham prioridade estratégica, ii) exijam missões presenciais e iii) mostrem avanços nos marcos alcançados. E como o AFS não define os salários dos STX e, portanto, não pode ajustar unilateralmente as suas diárias, em especial se estes trabalharem para outros RTAC do Fundo, esta revisão só pode ser feita pela sede do FMI, reconhecendo a formação profissional e as escalas salariais internacionais que justifiquem diferentes níveis de remuneração.</p>	<p>Alguns rácios sobre a modalidade de prestação de DC foram considerados no plano de trabalho do AF23. No futuro, estas serão parte da discussão nas reuniões do CP.</p>	<p>Os relatórios do CP incluirão informações sobre a modalidade de prestação de DC, a qual se baseará nas preferências das autoridades e na viabilidade de se prestarem serviços à distância, tendo em conta as diferentes circunstâncias locais.</p>	<p>AFS em consulta com o AFR e CDD do FMI</p>

Recomendações	Resposta do FMI	Medida tomada	Responsável principal
<b>Do impacto</b>			
<p><b>Justificação: O avanço e o impacto de reformas selecionadas propostas pela prestação de DC podem se beneficiar da união de esforços com a condicionalidade dos programas do FMI (supervisão de DC). Em relação à introdução de cinco temas globais - boa governação e luta contra a corrupção, alterações climáticas, género, digitalização e inclusão financeira - as duas questões principais são: a consciência nacional sobre a sua importância ainda é baixa e o conjunto de peritos do FMI em temas globais continua a ser limitado e com discriminação ligada ao sexo.</b></p>			
<p>8. Ao nível das entidades: O Centro AFS, em colaboração com a sede do FMI, i) deve considerar a possibilidade de vincular certas prestações de DC à condicionalidade de certos indicadores de referência estruturais ou metas quantitativas (supervisão de DC), quando adequado, uma vez que as atividades de DC são geralmente orientadas pela procura, ii) organizar conferências nacionais sobre temas globais, para que não sejam percebidos como impostos pelos doadores nas consultas nacionais da Fase III e iii) a sede do FMI deve continuar a criar um grupo mais amplo de potenciais peritos STX e LTX. Deve se realizar uma ampla divulgação dos seus diagnósticos, através de um Programa de Sensibilização e Comunicação bem planeado e implementado. Além disso, devem ser envidados esforços especiais na contratação para incluir mais LTX e STX regionais da ASS e, em particular, mulheres. Poderia ser útil replicar para todos os departamentos funcionais do FMI o exercício do STA em curso de avaliação da sua lista de peritos.</p>	<p>O AFS continuará a trabalhar com a equipa do AFR e os departamentos de DC do FMI para garantir a coerência do DC do AFS com as condicionalidades do programa do FMI. Os relatórios AFS incluirão recomendações dos relatórios do Artigo IV e programas do FMI. O Centro utilizará eventos de alto nível adequados para sensibilizar ainda mais os países membros sobre os temas globais (como o organizado pela AFR/ATI/AUC/AFS sobre governação).</p> <p>As Equipas de AFR e AFS continuarão a trabalhar para aumentar a participação de especialistas da região ASS</p>	<p>A AFS está a realizar consultas regulares com as equipas de países do AFR e os departamentos de DC para garantir a coerência dos planos de DC com o aconselhamento de políticas, incluindo as prioridades do programa. Nesta fase, o Centro não planeia nenhum evento de alto nível, tendo em conta os desafios de financiamento na fase III. Atualmente, 7 dos 14 peritos residentes do AFS são da região ASS (incluindo peritos residentes financiados pelo LEG, CCCDI e Fundo Temático CBC-FT colocados no AFS).</p>	<p>AFS em consulta com o AFR e CDD do FMI</p>

Recomendações	Resposta do FMI	Medida tomada	Responsável principal
<b>Da sustentabilidade</b>			
<b>Justificação: A sustentabilidade enfrenta também três questões: i) a menor capacidade de absorção, sobretudo nos países frágeis, ii) as missões de supervisão de acompanhamento estão atualmente suborçamentadas e iii) a falta de uma estratégia clara de sustentabilidade/saída/reforço das capacidades.</b>			
<p>9. Ao nível do DC: No caso dos países frágeis de baixa capacidade, o Centro AFS não deve abster-se de solicitar à sede do FMI a nomeação de um LTX residente dedicado; e para todos os países, deve garantir um orçamento suficiente para missões de supervisão de aprendizagem entre pares e/ou acompanhamento, bem como para a conceção de estratégias personalizadas de desenvolvimento sustentável de capacidades de saída. Deve ser nomeado um LTX para países frágeis em disciplina(s) bem justificada(s) e ter um programa de DC abrangente, de modo a otimizar a sua contratação. As missões de acompanhamento e as estratégias de saída devem ser particularmente necessárias para as atividades de DC cujo cumprimento positivo inicial dos marcos e das recomendações da AT revele resultados promissores.</p>	<p>O centro apoiará ativamente a Nova Estratégia do FMI para Estados Frágeis e Afetados por Conflitos e aumentará o apoio a este grupo de países, inclusivamente por meio de formação personalizada e oportunidades de aprendizagem entre pares.</p>	<p>O Centro está a apoiar ativamente a Nova Estratégia do FMI para Estados Frágeis e Afetados por Conflitos com um número relativamente elevado de missões de DC, incluindo formação personalizada e oportunidades de aprendizagem entre pares.</p>	<p>AFS em consulta com o AFR e CDD do FMI</p>
<b>Justificação: As lacunas de rotação dos LTX têm sido muito grandes e afetam a execução do programa.</b>			
<p>10. Ao nível das entidades: O Centro AFS deve monitorizar os novos procedimentos destinados a garantir o recrutamento avançado, atempado e eficaz de LTX pela sede do FMI, liderado por responsáveis locais. Em caso de atrasos inesperados, deve ter a capacidade de contratar STX temporários, a fim de preencher a lacuna do período de transição, ligando assim os LTX cessantes com os STX para facilitar a transferência.</p>	<p>Os LTXs cessantes estão a ser usados como peritos a curto prazo para apoiar a execução do plano de trabalho anual e a integração dos novos peritos.</p>	<p>Não se registaram atrasos inesperados no EF23 em matéria de recrutamento. Um LTX de GFP que ingressou no FAD continuou a acompanhar a execução dos projetos do AFS até a chegada do novo LTX. O perito saiu em setembro de 2022 e o novo LTX entrou em novembro de 2022.</p>	<p>AFS em consulta com o AFR e CDD do FMI</p>

# Anexo IV

## Principais indicadores económicos

População (milhões)									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	29.2	30.2	31.3	32.4	33.4	34.5	35.7	36.8	39.0
Botsuana	2.4	2.4	2.5	2.5	2.5	2.6	2.6	2.7	2.8
Comores	0.8	0.8	0.9	0.9	0.9	0.9	1.0	1.0	1.1
Essuatíni	1.1	1.1	1.1	1.1	1.1	1.1	1.2	1.2	1.2
Lesoto	2.0	2.0	2.0	2.0	2.1	2.1	2.1	2.1	2.2
Madagáscar	24.2	24.9	25.7	26.5	27.3	28.2	29.0	29.8	31.5
Maurícia	1.3	1.3	1.3	1.3	1.3	1.3	1.3	1.3	1.3
Moçambique	27.8	28.6	29.4	30.3	31.2	32.1	33.0	33.9	35.8
Namíbia	2.3	2.4	2.4	2.5	2.5	2.6	2.6	2.6	2.7
Seicheles	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
África do Sul	56.3	57.1	57.9	58.8	59.6	60.1	60.6	61.5	63.4
Zâmbia	16.8	17.3	17.8	18.4	18.9	19.5	20.0	20.6	21.7
Zimbabué	14.2	14.4	14.6	14.9	15.2	15.5	15.8	16.2	16.8
<b>AFS, total</b>	<b>178.4</b>	<b>182.7</b>	<b>187.0</b>	<b>191.6</b>	<b>196.2</b>	<b>200.5</b>	<b>204.9</b>	<b>209.7</b>	<b>219.6</b>
PIB real per capita (USD)									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	7,482	7,210	6,873	6,597	6,025	5,901	5,863	5,891	5,985
Botsuana	14,374	14,657	14,962	15,118	13,546	14,872	15,538	15,823	16,534
Comores	2,949	2,980	3,007	2,979	2,895	2,879	2,844	2,825	2,833
Essuatíni	8,537	8,651	8,769	8,918	8,686	9,271	9,216	9,374	9,652
Lesoto	2,931	2,832	2,776	2,703	2,580	2,603	2,626	2,652	2,705
Madagáscar	1,610	1,625	1,628	1,646	1,483	1,521	1,542	1,563	1,624
Maurícia	21,328	22,149	23,017	23,686	20,220	20,963	22,741	23,791	25,656
Moçambique	1,274	1,284	1,293	1,285	1,233	1,227	1,243	1,270	1,366
Namíbia	10,623	10,317	10,232	9,960	8,993	9,066	9,245	9,332	9,473
Seicheles	27,490	28,531	29,121	29,736	27,213	29,117	31,411	32,354	34,280
África do Sul	13,886	13,839	13,846	13,690	12,640	13,146	13,312	13,126	13,166
Zâmbia	3,384	3,395	3,426	3,372	3,184	3,237	3,257	3,296	3,403
Zimbabué	2,234	2,312	2,387	2,201	1,991	2,117	2,137	2,143	2,176
<b>AFS, média</b>	<b>9,085</b>	<b>9,214</b>	<b>9,334</b>	<b>9,376</b>	<b>8,514</b>	<b>8,917</b>	<b>9,306</b>	<b>9,495</b>	<b>9,912</b>

<b>PIB real (variação percentual)</b>									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	-2.6	-0.2	-1.3	-0.7	-5.6	1.1	2.8	3.5	3.9
Botsuana	7.2	4.1	4.2	3.0	-8.7	11.8	6.4	3.7	4.1
Comores	3.3	3.8	3.6	1.8	-0.2	2.1	2.4	3.0	4.0
Essuatíni	1.1	2.0	2.4	2.7	-1.6	7.9	0.5	2.8	2.6
Lesoto	1.9	-2.7	-1.3	-2.0	-3.9	2.1	2.1	2.2	2.1
Madagáscar	4.0	3.9	3.2	4.4	-7.1	5.7	4.2	4.2	4.7
Maurícia	3.9	3.9	4.0	2.9	-14.6	3.5	8.3	4.6	3.7
Moçambique	3.8	3.7	3.4	2.3	-1.2	2.3	4.1	5.0	6.1
Namíbia	0.0	-1.0	1.1	-0.8	-8.0	2.7	3.8	2.8	2.6
Seicheles	5.4	4.5	3.2	3.1	-7.7	7.9	8.8	3.9	3.8
África do Sul	0.7	1.2	1.5	0.3	-6.3	4.9	2.0	0.1	1.6
Zâmbia	3.8	3.5	4.0	1.4	-2.8	4.6	3.4	4.0	4.5
Zimbabué	0.5	5.0	4.7	-6.1	-7.8	8.5	3.0	2.5	2.7
<b>AFS, média</b>	<b>2.5</b>	<b>2.4</b>	<b>2.5</b>	<b>0.9</b>	<b>-5.8</b>	<b>5.0</b>	<b>4.0</b>	<b>3.3</b>	<b>3.6</b>
<b>Inflação (variação percentual)</b>									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	30.7	29.8	19.6	17.1	22.3	25.8	21.4	11.7	9.8
Botsuana	2.8	3.3	3.2	2.7	1.9	6.7	12.2	6.5	4.7
Comores	0.8	0.1	1.7	3.7	0.8	0.0	12.0	8.1	2.0
Essuatíni	7.8	6.2	4.8	2.6	3.9	3.7	4.8	5.4	4.6
Lesoto	6.6	4.4	4.8	5.2	5.0	6.0	8.2	6.8	5.5
Madagáscar	6.1	8.6	8.6	5.6	4.2	5.8	8.2	9.5	8.1
Maurícia	1.0	3.7	3.2	0.5	2.5	4.0	10.8	9.5	5.5
Moçambique	17.4	15.1	3.9	2.8	3.1	5.7	9.8	7.4	6.2
Namíbia	6.7	6.1	4.3	3.7	2.2	3.6	6.1	5.0	4.6
Seicheles	-1.0	2.9	3.7	1.8	1.2	9.8	2.7	3.1	3.5
África do Sul	6.3	5.3	4.6	4.1	3.3	4.6	6.9	5.8	4.6
Zâmbia	17.9	6.6	7.5	9.2	15.7	22.0	11.0	8.9	7.3
Zimbabué	-1.6	0.9	10.6	255.3	557.2	98.5	193.4	172.2	104.2
<b>AFS, média</b>	<b>7.8</b>	<b>7.2</b>	<b>6.2</b>	<b>24.2</b>	<b>47.9</b>	<b>15.1</b>	<b>23.6</b>	<b>20.0</b>	<b>13.1</b>
<b>Excl. Zimbabué</b>	<b>8.6</b>	<b>7.7</b>	<b>5.8</b>	<b>4.9</b>	<b>5.5</b>	<b>8.1</b>	<b>9.5</b>	<b>7.3</b>	<b>5.5</b>

**Dívida bruta da administração pública (percentagem do PIB)**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	75.7	69.3	93.0	113.6	138.9	86.9	67.1	63.3	56.8
Botsuana	16.4	14.5	14.9	16.5	18.7	19.0	19.9	20.6	18.1
Comores	16.0	18.6	17.7	22.0	24.0	25.4	29.1	32.5	37.1
Essuatíni	24.9	27.6	33.9	39.5	41.2	41.5	45.4	39.3	37.8
Lesoto	43.6	44.1	45.9	48.9	60.0	56.4	57.9	58.5	56.0
Madagáscar	40.3	40.1	42.9	41.0	51.2	52.3	57.0	53.1	52.4
Maurícia	63.0	62.2	64.0	82.2	94.6	88.4	80.9	78.1	76.3
Moçambique	126.2	104.2	106.7	99.0	120.0	107.2	76.1	102.8	100.8
Namíbia	45.8	43.8	50.4	59.4	66.6	72.0	71.3	68.5	65.5
Seicheles	66.1	60.3	55.9	54.2	84.8	72.9	63.4	62.5	55.8
África do Sul	47.1	48.6	51.7	56.2	69.0	69.0	71.0	72.3	77.0
Zâmbia	58.0	63.4	75.2	94.4	140.2	110.8	-	-	-
Zimbabué	49.9	74.1	51.0	82.3	84.4	59.8	92.8	102.3	91.4
AFS, média	51.8	51.6	54.1	62.2	76.4	66.3	61.0	62.8	60.4
excl. Zâmbia	51.3	50.6	52.3	59.6	71.1	62.6	61.0	62.8	60.4

**Saldo orçamental (percentagem do PIB)**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	-4.5	-6.6	2.3	0.8	-1.9	3.8	1.6	-0.2	-2.5
Botsuana	0.7	-1.1	-5.0	-8.5	-10.9	-2.4	-2.0	-2.7	-0.6
Comores	-5.5	-0.1	-1.3	-4.3	-0.5	-2.8	-3.7	-6.4	-4.3
Essuatíni	-9.0	-6.8	-9.5	-6.7	-4.5	-4.6	-5.7	0.7	-2.1
Lesoto	-9.4	-1.9	-4.0	-5.0	0.3	-4.4	-3.4	2.5	2.7
Madagáscar	-1.1	-2.1	-1.3	-1.4	-4.0	-2.8	-6.8	-3.0	-3.8
Maurícia	-2.7	-1.6	-2.2	-8.2	-10.4	-4.0	-3.2	-4.2	-3.1
Moçambique	-5.1	-2.0	-5.6	0.1	-5.4	-3.6	-5.2	-4.8	-2.1
Namíbia	-9.3	-5.0	-5.1	-5.5	-8.1	-8.8	-7.3	-4.1	-2.9
Seicheles	0.2	0.5	-0.5	1.4	-16.3	-5.5	-1.0	-2.0	-0.5
África do Sul	-3.7	-4.0	-3.7	-4.7	-9.6	-5.6	-4.5	-5.9	-6.4
Zâmbia	-5.7	-7.5	-8.3	-9.4	-13.8	-8.1	-7.9	-6.3	-6.1
Zimbabué	-6.6	-10.6	-5.4	-0.9	0.8	-2.2	-2.1	-3.0	-2.2
AFS, média	-4.8	-3.8	-3.8	-4.0	-6.5	-3.9	-3.9	-3.0	-2.6

**Receitas da administração pública (percentagem do PIB)**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	17.5	17.5	22.9	21.2	21.3	23.3	23.4	21.5	19.9
Botsuana	34.8	33.5	30.6	28.3	25.7	29.5	29.8	30.8	29.5
Comores	13.4	18.8	17.8	15.8	18.3	17.0	13.9	14.3	14.7
Essuatíni	25.2	28.2	25.1	27.3	28.9	25.4	25.3	31.4	28.4
Lesoto	44.7	48.4	47.2	46.8	53.4	48.5	44.5	51.0	49.4
Madagáscar	12.4	12.8	13.0	13.9	12.4	11.2	13.6	14.6	15.2
Maurícia	20.6	22.0	21.8	22.1	21.6	24.0	23.8	23.9	23.7
Moçambique	23.9	27.1	25.8	29.9	27.5	27.9	29.2	28.6	28.1
Namíbia	32.5	33.1	31.2	31.9	33.4	30.8	30.1	32.4	32.5
Seicheles	36.3	34.8	35.1	35.7	34.0	34.0	31.9	33.9	34.4
África do Sul	26.2	25.8	26.5	26.8	25.0	27.1	27.7	27.5	27.2
Zâmbia	18.2	17.5	19.4	20.4	20.3	22.3	20.8	22.0	22.2
Zimbabué	17.0	18.1	14.9	10.8	13.3	15.4	16.0	15.6	15.6
AFS, média	24.8	26.0	25.5	25.5	25.8	25.9	25.4	26.7	26.2

**Despesas da administração pública (percentagem do PIB)**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	22.0	24.1	20.6	20.4	23.3	19.5	21.8	21.7	22.3
Botsuana	34.1	34.7	35.6	36.9	36.5	32.0	31.8	33.6	30.0
Comores	18.9	18.8	19.2	20.2	18.8	19.8	17.6	20.7	19.0
Essuatíni	34.2	35.1	34.6	34.0	33.5	30.0	31.0	30.7	30.5
Lesoto	54.1	50.3	51.2	51.8	53.1	52.9	47.8	48.5	46.7
Madagáscar	13.5	14.9	14.4	15.4	16.4	14.0	20.3	17.6	19.1
Maurícia	23.3	23.6	23.9	30.2	32.1	28.1	27.1	28.2	26.8
Moçambique	29.0	29.1	31.3	29.8	32.9	31.5	34.4	33.4	30.3
Namíbia	41.8	38.1	36.3	37.4	41.5	39.6	37.3	36.6	35.4
Seicheles	36.1	34.3	35.6	34.3	50.2	39.5	32.9	35.8	34.9
África do Sul	29.9	29.9	30.2	31.5	34.6	32.7	32.2	33.4	33.7
Zâmbia	23.9	25.0	27.7	29.8	34.1	30.4	28.7	28.3	28.3
Zimbabué	23.7	28.7	20.3	11.7	12.5	17.5	18.1	18.5	17.8
AFS, média	29.6	29.7	29.3	29.5	32.3	29.8	29.3	29.8	28.8

**Poupança nacional bruta (percentagem do PIB)**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	24.3	23.5	28.7	27.0	26.9	36.1	34.7	30.5	26.8
Botsuana	30.8	31.4	26.6	23.8	25.6	28.9	29.6	33.3	36.0
Comores	8.8	12.0	13.0	13.0	16.3	16.3	6.9	2.5	-0.1
Essuatíni	20.7	19.1	14.6	17.5	19.3	16.7	15.3	20.6	19.6
Lesoto	19.3	20.9	19.5	23.6	27.3	19.2	13.8	23.9	25.6
Madagáscar	16.8	15.4	21.4	20.4	12.3	10.1	17.8	19.6	20.7
Maurícia	20.0	22.0	22.4	21.5	19.8	21.5	25.4	21.6	19.5
Moçambique	14.4	13.6	19.7	41.0	23.5	27.0	25.9	23.5	26.8
Namíbia	5.8	13.3	11.4	13.5	16.5	5.9	1.9	9.9	11.6
Seicheles	10.3	11.1	26.4	24.3	8.7	15.3	14.3	16.7	16.9
África do Sul	14.3	14.2	13.2	13.3	14.4	16.5	14.6	13.9	14.4
Zâmbia	34.9	39.3	37.3	39.7	42.9	37.7	34.4	35.4	36.5
AFS, média	18.4	19.7	21.2	23.2	21.1	20.9	19.5	20.9	21.2

Dados sobre a poupança nacional bruta não disponíveis para o Zimbabué

**Investimento total (percentagem do PIB)**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	27.2	24.2	21.4	21.0	25.4	24.9	23.7	24.2	24.7
Botsuana	22.1	25.0	25.9	30.9	32.8	27.3	26.4	29.9	31.6
Comores	13.1	14.3	15.9	16.5	18.0	15.5	11.5	9.7	6.1
Essuatíni	12.8	12.8	13.3	13.6	12.3	14.1	17.0	17.2	16.9
Lesoto	27.1	25.0	22.8	25.2	28.3	23.6	18.2	23.3	29.4
Madagáscar	16.4	15.8	20.7	22.7	17.7	15.1	23.4	25.3	25.3
Maurícia	17.3	17.7	18.9	19.4	18.2	19.8	19.9	20.3	21.2
Moçambique	46.6	33.2	50.0	60.1	50.8	49.8	61.8	36.9	64.8
Namíbia	22.0	17.7	14.9	15.3	13.6	15.7	15.3	15.2	15.2
Seicheles	30.0	30.2	29.0	27.4	22.2	25.6	23.0	25.7	26.8
África do Sul	17.0	16.6	16.2	15.9	12.4	12.8	15.1	16.1	16.8
Zâmbia	38.2	41.0	38.6	39.3	32.3	28.5	32.0	31.5	31.7
AFS, média	24.1	22.8	24.0	25.6	23.7	22.7	23.9	22.9	25.9

Dados sobre o investimento total não disponíveis para o Zimbabué

**Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	-3.1	-0.5	7.3	6.1	1.5	11.2	11.0	6.2	2.1
Botsuana	8.0	5.6	0.4	-6.9	-8.7	-0.5	3.1	3.3	4.3
Comores	-4.4	-2.3	-2.9	-3.5	-1.7	0.8	-4.6	-7.3	-6.2
Essuatíni	7.9	6.2	1.3	3.9	7.1	2.7	-1.7	3.4	2.7
Lesoto	-7.8	-4.0	-3.3	-1.5	-1.0	-4.4	-4.4	0.6	-3.7
Madagáscar	0.5	-0.4	0.7	-2.3	-5.4	-5.0	-5.6	-5.7	-4.6
Maurícia	-3.9	-4.5	-3.8	-5.0	-8.8	-13.3	-13.5	-8.2	-5.9
Moçambique	-32.2	-19.6	-30.3	-19.1	-27.3	-22.8	-36.0	-13.3	-38.0
Namíbia	-16.5	-4.4	-3.6	-1.8	2.6	-9.8	-13.5	-5.3	-3.5
Seicheles	-19.7	-19.1	-2.6	-3.1	-13.5	-10.4	-7.3	-9.2	-10.7
África do Sul	-2.7	-2.4	-2.9	-2.6	2.0	3.7	-0.5	-2.3	-2.4
Zâmbia	-3.3	-1.7	-1.3	0.4	10.6	9.2	2.4	3.8	4.8
Zimbabué	-3.4	-1.3	-3.7	3.5	2.5	1.0	0.8	0.4	0.7
AFS, média	-6.2	-3.7	-3.4	-2.4	-3.1	-2.9	-5.3	-2.6	-4.7

**Volume das exportações de bens e serviços (variação percentual)**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	-2.0	-1.3	-10.7	-5.9	-7.3	-8.6	2.9	2.4	1.9
Botsuana	-8.4	-5.5	11.9	-8.8	-18.6	31.7	12.0	2.1	4.5
Comores	-1.7	2.1	12.9	-0.5	-50.8	121.1	4.8	-3.3	4.7
Essuatíni	3.8	4.0	-2.8	16.3	-2.4	9.9	8.6	-4.1	2.5
Lesoto	9.5	5.5	0.3	-0.4	-21.3	15.7	5.7	1.9	1.2
Madagáscar	-31.9	-9.7	-5.9	14.8	-30.6	30.2	15.2	9.3	2.4
Maurícia	-7.2	3.6	3.5	-4.7	-39.1	-7.3	37.2	6.6	5.2
Moçambique	-6.2	34.5	5.2	-3.7	-17.9	16.9	32.1	-10.7	5.3
Namíbia	9.5	20.1	10.4	-7.5	-16.2	10.1	18.9	8.9	4.6
Seicheles	-8.4	3.9	27.0	6.2	-28.4	9.0	0.0	5.3	11.1
África do Sul	0.4	-0.3	2.7	-3.4	-11.9	10.0	7.5	3.6	5.2
Zâmbia	-5.2	4.0	5.4	-11.7	9.2	-1.8	-3.2	6.9	7.8
AFS, média	-4.0	5.1	5.0	-0.8	-19.6	19.7	11.8	2.4	4.7

*Dados sobre o volume de exportações de bens e serviços não disponíveis para o Zimbabué*

**Volume das importações de bens e serviços (variação percentual)**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	-30.5	5.7	-11.2	-11.4	-33.1	8.3	28.8	-1.8	-0.1
Botsuana	-20.9	-12.9	15.9	11.6	5.0	2.3	-4.1	5.5	5.4
Comores	8.9	4.0	8.5	0.1	1.9	7.5	1.0	32.7	2.8
Essuatíni	8.3	7.3	4.6	1.5	-1.3	14.4	-9.7	-3.8	2.0
Lesoto	1.1	3.4	-4.5	0.2	-3.0	-1.6	-3.3	8.6	3.6
Madagáscar	19.1	7.0	-0.5	1.8	-20.7	10.8	3.8	15.1	3.5
Maurícia	2.9	5.5	3.8	1.4	-11.6	10.7	8.2	3.9	3.6
Moçambique	-21.4	-0.2	20.9	-8.7	-5.6	-2.1	34.3	-25.6	21.8
Namíbia	-4.9	-2.0	2.9	-8.5	-15.9	30.0	15.7	-0.6	1.4
Seicheles	7.7	7.1	14.1	0.4	-28.4	11.0	8.5	3.7	7.8
África do Sul	-4.1	1.5	3.2	0.4	-17.4	9.5	14.2	5.9	4.2
Zâmbia	-8.2	12.6	6.4	-20.3	-17.6	13.2	15.1	11.5	6.5
AFS, média	-3.5	3.2	5.3	-2.6	-12.3	9.5	9.4	4.6	5.2

Dados sobre o volume de importações de bens e serviços não disponíveis para o Zimbabué

**Reservas, líquidas, meses de bens e serviços importados, meses**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média de 2024-2026
Angola	10.3	8.4	8.7	13.6	9.5	7.1	6.8	6.5	6.8
Botsuana	13.8	12.2	10.4	9.9	6.5	6.3	6.6	6.8	7.2
Comores	6.6	6.7	7.0	7.0	7.9	9.4	7.4	7.5	7.7
Essuatíni	3.5	3.3	2.8	3.2	3.1	3.1	2.4	2.4	2.4
Lesoto	4.0	4.2	4.0	4.3	4.1	5.1	4.0	4.5	5.6
Madagáscar	3.0	3.8	4.3	5.3	4.8	4.5	3.8	3.7	3.6
Maurícia	8.3	9.5	10.4	16.9	14.4	12.4	12.0	9.6	9.4
Moçambique	2.9	3.8	3.8	5.3	4.7	2.6	2.9	2.1	2.1
Namíbia	3.5	4.6	4.4	5.0	4.1	4.5	4.6	4.7	4.8
Seicheles	3.7	3.2	3.3	5.2	3.7	3.7	3.6	3.5	3.6
África do Sul	5.7	5.6	6.0	8.4	6.4	5.5	5.2	4.8	4.4
Zâmbia	2.6	2.2	2.1	2.6	1.3	2.9	3.1	3.3	4.2
Zimbabué	0.6	0.5	0.2	0.3	0.1	1.3	0.4	0.2	0.2
AFS, média	5.3	5.2	5.2	6.7	5.4	5.3	4.8	4.6	4.8

Fonte: WEO, abril de 2023





**AFRITAC Sul**

**Sukhwinder Singh**

7th Floor Bramer House, 66C2

Cybercity Ebene, Mauritius

Tel.: +(230) 401.2500

Fax: +(230) 468.1618

Email: [SSingh@imf.org](mailto:SSingh@imf.org); [afsweb@IMF.org](mailto:afsweb@IMF.org)

[SouthAFRITAC.org](http://SouthAFRITAC.org)

[facebook.com/AFRITACsouth](https://facebook.com/AFRITACsouth)

---

**FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL**

Instituto para o Desenvolvimento de Capacidades

Divisão de Parcerias Globais

700 19th Street, NW

Washington, DC 20431, USA

Tel.: +(1) 202.623.7636

Fax: +(1) 202.623.7106

Email: [GlobalPartnerships@IMF.org](mailto:GlobalPartnerships@IMF.org)